

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Pedro Henrique Gomes Muniz

**Pensamentos fregeanos, dinâmica cognitiva e
pensamentos na primeira pessoa**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Filosofia da PUC-Rio.

Orientador: Ludovic Soutif

Rio de Janeiro
Abril de 2013



Pedro Henrique Gomes Muniz

**Pensamentos fregeanos, dinâmica cognitiva e
pensamentos na primeira pessoa**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Ludovic Soutif

Orientador
PUC-Rio

Prof. Oswaldo Chateaubriand Filho

PUC-Rio

Prof. Denis Lucien Perrin

Université de Grenoble

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas - PUC-
Rio

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2013

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Pedro Henrique Gomes Muniz

Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará, em 2011. Tem experiência em filosofia analítica em geral, em especial filosofia da linguagem. Participou no projeto PROCAD “Sujeito e liberdade na filosofia alemã” de um estágio de estudo na PUC-RS, em Porto Alegre, no período de 01/03 a 30/03/2010. Foi bolsista do PIBIC/CNPq de 2010 a 2011, participando da pesquisa “Compreensão Linguística Espontânea”, tendo como orientador o Prof. André Leclerc. Atualmente dedica sua pesquisa principalmente à análise da repercussão das contribuições de Frege na filosofia da linguagem contemporânea.

Ficha Catalográfica

Muniz, Pedro Henrique Gomes.

Pensamentos fregeanos, dinâmica cognitiva e pensamentos na primeira pessoa / Pedro Henrique Gomes Muniz; orientador: Ludovic Soutif - 2013.

112 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Filosofia, 2013. Inclui Bibliografia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Filosofia - Dissertações. 2. Dinâmica cognitiva. 3. Frege. 4. Pensamentos. 5. Pensamentos singulares. 6. Pensamentos na primeira pessoa. I. Soutif, Ludovic. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Filosofia. III. Título.

CDD: 100

Aos meus pais.

Agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Ludovic Soutif, que tanto passei a admirar. Espero um dia recompensá-lo devidamente. *Un grand merci*, Ludovic.

Ao CNPq e à PUC-Rio. Ao CNPq pelos auxílios financeiros concedidos, e a PUC-Rio pelo auxílio e acolhimento, sem os quais o presente trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos professores que participaram da banca examinadora: Oswaldo Chateaubriand e Denis Perrin.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Filosofia da PUC-Rio.

Em especial, aos professores Marco Ruffino; Luiz Carlos; Guido Imaguire; Dirk Greimann e André Leclerc. Pelas aulas e pela ajuda, que foi direta e indireta, mas em todas as instâncias importante.

Aos meus pais, sempre presentes, mesmo que por vezes fisicamente distantes, por toda ajuda e carinho, essenciais em tudo o que já realizei.

Aos familiares que não foram menos importantes para o processo que culminou com a realização deste trabalho. Em especial: minha prima Irene e seu marido Júlio, meu primo Júlio César, minha tia Maria Célia, meu tio Zezinho, meu tio Bosco e sua esposa Zetinha, meu primo Marlon, minha madrinha Ogeda e meu padrinho Luiz Eduardo, minha prima Carla.

Aos amigos que me apoiaram e me ajudaram a estar no Rio de Janeiro e fazer este mestrado acadêmico, em especial: Alex Pinheiro; Christiane Dias; Davi Sampaio; Diego Nobre; Ivonilda Martins; Jeferson Pedro; Letícia Alves; Mariana Navarro; Mateus Uchôa; Patrícia Félix; Roberta Félix; Thiago Aguiar; Vítor Vasconcelos; Vítor Pinheiro e outros que também ajudaram de alguma forma – a lista é longa.

And last but definetely not least, Immanuel Lima, por todo o apoio, pela amizade e por estar comigo durante todo este processo, ajudando sempre.

Resumo

Muniz, Pedro Henrique Gomes; Soutif, Ludovic. **Pensamentos fregeanos, dinâmica cognitiva e pensamentos na primeira pessoa**. Rio de Janeiro, 2013. 112 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é analisar a noção fregeana de pensamento e discutir o problema da dinâmica cognitiva. Para tal, serão seguidos os seguintes passos. Inicialmente, faremos uma análise da noção de pensamento tal como elaborada por Gottlob Frege. A teoria fregeana será contrastada com sua principal teoria alternativa, a saber, a explicação de Bertrand Russell dos pensamentos ou proposições. Em seguida, será discutido o problema da dinâmica cognitiva, a questão que diz respeito à preservação de crenças e conhecimento por um indivíduo diante das mudanças de contexto. Entende-se ser este um problema com o qual qualquer teoria do pensamento deve lidar. Nosso objetivo é avaliar as soluções para o problema desenvolvidas tanto pelos fregeanos quanto pelos neo-fregeanos, mostrando que elas têm méritos, mas também fraquezas. Questionar-se-á também a viabilidade das propostas de solução avaliadas e será apontada qual delas parece ser a mais plausível. Por fim, discutimos um tipo específico de pensamento que também concerne à questão da dinâmica cognitiva: tratam-se dos pensamentos na primeira pessoa, ou pensamentos *de se*, ou seja, pensamentos que têm como seu objeto o sujeito referido pelo pronome da primeira pessoa “eu”. Eles são um caso especial de pensamentos para os quais a questão da dinâmica cognitiva também vale, embora apresentem atributos típicos. Um desses atributos é a imunidade ao erro por má-identificação, já discutida na obra de Gareth Evans. Outras características dos pensamentos na primeira pessoa também serão discutidas, buscando-se apontar para aquela que parece ser a melhor forma de explicar sua natureza e a dinâmica cognitiva que eles envolvem.

Palavras-chave

Frege; pensamentos; pensamentos singulares; dinâmica cognitiva; pensamentos na primeira pessoa.

Abstract

Muniz, Pedro Henrique Gomes; Soutif, Ludovic (Advisor). **Fregean thoughts, cognitive dynamics and I-thoughts**. Rio de Janeiro, 2013. 112 p. MSc. Dissertation - Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The aim of this essay is to analyze the Fregean notion of thought and discuss the problem of cognitive dynamics. To this end, I shall take the following steps. To begin with, I analyze the very notion of thought as put forward by Gottlob Frege. Frege's theory is to be contrasted with its main alternative, that is, Russell's account of thoughts or propositions. I proceed, then, to discuss the issue of cognitive dynamics, which is the issue of how it is that the subject is able to maintain his beliefs through context changes. This is, I take it, a difficulty that any theory of thought has to face. My aim is to assess the solutions devised both by the Fregeans and the Neo-Fregeans, showing that they have merits as well as weaknesses. I also question the viability of the would-be solutions and tell which seems the soundest. Finally, I discuss a specific type of thought the issue of cognitive dynamics concerns too: the so-called I-thoughts, or *de se* thoughts, that is, thoughts that have as their object the very subject referred to by the first person pronoun "I". They are a special case of thoughts for which the issue of cognitive dynamics holds too, although they present their own characteristic features. One of these features is the immunity to error through misidentification, already discussed in the work of Gareth Evans. Other characteristics of the I-thoughts will also be discussed, with a view to figure out what seems to be the best way to account for their nature and the cognitive dynamics they involve.

Keywords

Frege; thoughts; singular thoughts; cognitive dynamics; I-thoughts.

Sumário

Introdução	10
1 Pensamentos	22
1.1. A teoria fregeana do pensamento	22
1.1.1. Alguns aspectos da teoria fregeana do sentido e do pensamento	23
1.1.2. Critérios fregeanos de diferença para pensamentos	27
1.2. A proposta de Russell	33
1.2.1. Alguns aspectos da teoria russelliana das proposições	34
1.3. Fregeanismo <i>versus</i> russellianismo	39
1.3.1. Pensamentos fregeanos dependentes de objetos	51
2 O Fenômeno da Dinâmica Cognitiva	59
2.1. Um problema para as teorias do pensamento	59
2.2. A proposta fregeana de explicação do fenômeno	64
2.3. Algumas alternativas	68
2.4. Algumas considerações parciais	88
3 Um Caso Peculiar: Pensamentos na Primeira Pessoa	90
3.1. A dinâmica cognitiva dos pensamentos na primeira pessoa	90
3.2. Imunidade ao erro por má identificação	91
3.3. A proposta evansiana de explicação do fenômeno	94
3.4. Algumas considerações parciais	103
4 Considerações Finais	105
Referências Bibliográficas	107

Mas não há pensamentos que são verdadeiros hoje, mas falsos decorrido um semestre? Por exemplo, o pensamento de que aquela árvore está coberta de folhas verdes será seguramente falso com o decorrer de um semestre. Não, posto que não se trata do mesmo pensamento.

Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra “hoje”, terá que substituir esta palavra por “ontem”.

Gottlob Frege, em “O Pensamento”.

Frege’s idea is that being in the same epistemic state may require different things of us at different times; the changing circumstances force us to change in order to keep hold of a constant reference and a constant thought – we must run to keep still.

Gareth Evans, em “Understanding Demonstratives”.

Introdução

O principal objetivo deste trabalho é analisar a noção fregeana de pensamento e discutir especialmente o fenômeno da dinâmica cognitiva em relação a tal noção. Buscar-se-á estabelecer, mediante discussão da principal literatura publicada sobre o assunto, qual parece ser a melhor explicação desse fenômeno. Pretende-se ainda discutir brevemente a dinâmica cognitiva no caso específico dos pensamentos na primeira pessoa, aqueles que um indivíduo tem de si mesmo, observando como é possível fornecer uma explicação do fenômeno da dinâmica dos pensamentos neste caso, aparentemente peculiar.

A fim de servir como uma introdução para que de fato seja possível entender o fenômeno da dinâmica cognitiva, no primeiro capítulo desta dissertação será feita uma análise das características da teoria fregeana do pensamento, incluindo suas vantagens e desvantagens. Buscar-se-á discutir as motivações para se defender tal teoria frente a uma teoria alternativa, especialmente de cunho russelliano. No centro desta discussão está a questão da defesa da possibilidade de pensamentos genuinamente singulares (estritamente russellianos). Buscar-se-á estabelecer que tipo de teoria do pensamento apresenta uma boa solução para alguns problemas normalmente enfrentados pelas teorias do pensamento em geral. O objetivo final deste capítulo é indicar qual seria a teoria mais apropriada para lidar com a questão específica da retenção e mudança de estados proposicionais, a dinâmica cognitiva, com o máximo de vantagem explicativa no que concernem outras questões.

A noção de pensamento é certamente muito importante para o debate em filosofia, especialmente dentro de áreas como a filosofia da linguagem, a filosofia da mente ou mesmo a metafísica. Há mais de uma acepção na qual podemos entender tais entidades, por assim dizer, que também podemos chamar de proposições.¹

¹ No decorrer deste trabalho, os termos *pensamento* e *proposição* serão utilizados como sinônimos, mesmo que nem sempre eles sejam utilizados dessa forma na literatura. Entende-se em geral que “proposição” seja o termo cunhado na literatura inglesa equivalente ao termo fregeano “pensamento”. O termo fregeano original para pensamento é *Gedanke*, que é para Frege o sentido

Mesmo atualmente é comum entender pensamentos (ou proposições) como os portadores primários de valores de verdade: aquilo que primariamente pode ser dito verdadeiro ou falso, e essa é uma tese que herdamos de Frege.² Além disso, pensamentos são considerados os objetos do que chamamos de *atitudes proposicionais*, que são atitudes de um indivíduo em relação a um pensamento. Pensamentos nesse sentido são os objetos de crenças, conjecturas, temores, desejos, etc. Em outras palavras, eles são aquilo que aparece representado em cláusulas do tipo “que...”, como “Pedro acredita *que há vida fora do planeta Terra*”.

A noção de pensamento tem grande importância para as discussões em diversas áreas da filosofia, e é uma noção que foi elaborada de maneira embrionária já pelos estoicos.³ Sabe-se que os estoicos possuíam uma distinção entre o que eles chamavam de *significação*, o *significador* e o *portador do nome*. A *significação* é uma entidade incorpórea chamada em grego de *lekton* (que significa aproximadamente o “dizer” ou o “dizível”), enquanto *significador* (um nome) e o *portador do nome* (um indivíduo) são entidades físicas. Para eles, eram os *lekta* que poderiam ser ditos verdadeiros ou falsos. É interessante notar, no entanto, que o correspondente estoico do que hoje entendemos como proposições são na verdade um caso específico ou uma subespécie de *lekta*: são o que eles chamavam de *axiômata*. Outro aspecto interessante é que para os estoicos *axiômata* não são eternamente verdadeiros ou falsos, como veremos que é o caso para Frege, por exemplo.⁴ Ainda assim, não temos ainda um consenso de como devemos proceder para dar uma explicação realmente adequada de tal noção. De fato, as possibilidades no que concerne a noção de pensamento são variadas. A própria existência dos pensamentos não é uma questão trivial. Se uma semântica

(*Sinn*) da sentença – parte importante da expressão de seu significado. É primariamente nesta acepção que entendemos pensamento ou proposição. Quando a intenção for se referir especificamente a episódios mentais, isso ficará claro no texto. Cabe ressaltar que principalmente em suas primeiras obras, como em sua *Conceitografia*, Frege também utilizou do termo *Satz* no sentido de sentença assertiva associada a um significado, e nesse caso, no contexto da *Conceitografia*, a palavra *Satz* pode ser traduzida por *proposição*. No entanto, na maior parte de seus escritos e principalmente em suas obras posteriores, Frege utiliza o termo *Satz* para se referir ao correlato físico do pensamento, o que nos justifica a traduzir *Satz* por *sentença*. Em “O Pensamento”, Frege escreve: “Mas o que chamamos de sentença [*Satz*]? A uma sequência de sons, contanto que tenha um sentido”. FREGE, G. 1918, p. 14. Como podemos perceber, ao falar da obra de Frege, o uso do termo “proposição” é um pouco ambíguo em alguns momentos, sendo o termo “pensamento” mais apropriado no âmbito da filosofia fregeana.

² FREGE, G. 1918, pp. 14, 16, 34.

³ Cf. McGRATH, M. 2011.

que inclui essa noção é aceita, podemos entender a natureza dessas entidades de diferentes maneiras. Podemos incluir ou não vários dos diferentes tipos de pensamento/proposição em nossa teoria semântica, tendo que lidar com os diferentes problemas impostos pelos diferentes tipos de proposição que aceitamos.

Vale dizer que além do trabalho no quadro de uma semântica proposicional, a concepção de proposição relevante aqui é a de proposições como *entidades estruturadas*. Tal concepção foi aceita tanto por Frege quanto por Russell. Há alternativas a ela, e talvez a principal delas seja a perspectiva que entende proposições como conjuntos de mundos possíveis. Mais especificamente, de acordo com esta visão, uma proposição é idêntica ao conjunto dos mundos possíveis nos quais ela é verdadeira. Assim, as diversas proposições metafisicamente necessárias ou tautologias expressariam na verdade uma mesma e única proposição, pois seriam todas iguais ao conjunto de todos os mundos possíveis. Por esse motivo, esta perspectiva tem critérios de identidade para proposições com granulação mais grossa daquela que entende proposições como entidades estruturadas.⁵ Tanto para Frege quanto para Russell, uma proposição possui estrutura similar àquela da sentença que a expressa, sendo possível identificar os valores semânticos das partes da sentença através da proposição por ela expressa. Dessa forma, temos critérios de identidade mais refinados: mesmo tautologias não são entendidas como expressando a mesma proposição, já que elas têm constituintes diferentes.

Sem a intenção de fornecer uma lista exaustiva (ou termos universalmente aceitos), e entendendo proposições como entidades estruturadas, podemos citar alguns exemplos de diferentes tipos de proposições. É possível falar de um tipo específico que chamamos de *proposições singulares*, que são aquelas sobre um indivíduo apenas, sendo a existência deste indivíduo absolutamente necessária para a existência da proposição (já que ela tem o próprio indivíduo como constituinte). Há duas teses envolvidas aqui. A primeira é aquela que podemos chamar de *realismo proposicional*, que Frege aceitaria apenas em parte. Segundo

⁴ Cf. BALTZLY, D. 2012.

⁵ Para os leitores pouco familiarizados com a diferença entre teorias com granulação grossa (em inglês *coarse grained*) e teorias com granulação fina (*fine grained*), cabe aqui uma breve explicação. Estes termos metafóricos são utilizados em filosofia (especialmente em metafísica) em geral para diferenciar teorias que oferecem critérios de identidade ou individuação de entidades que, respectivamente, diferenciam menos entidades (tendo uma granulação mais grossa) ou diferenciam mais entidades (tendo uma granulação mais fina).

esta tese, proposições existem independente de nossa mente e, além disso, são constituídas pelos próprios itens da realidade. Frege aceita que proposições são entidades independentes dos sujeitos que as pensam, mas não aceitaria que têm como constituintes os próprios itens da realidade. A segunda tese diz respeito ao *singularismo* das proposições (em contraste com o *generalismo*). Segundo esta tese, além de serem compostas de propriedades de forma direta, proposições também são diretamente compostas por indivíduos particulares. A função dos termos singulares na posição de sujeito gramatical é justamente introduzir na proposição o próprio indivíduo referido. Como veremos no decorrer deste trabalho, é discutível se proposições singulares envolvam necessariamente seus constituintes de forma direta.

Podemos dizer ainda que há um caso paradigmático de proposições singulares, que reúne o que podemos chamar de proposições singulares indexicais. As sentenças que expressam esse tipo de proposição têm como constituintes expressões indexicais, como pronomes, advérbios de lugar, dentre outras. Como veremos com mais detalhes no decorrer do trabalho, parece difícil negar que, neste caso, a contribuição do termo singular indexical à proposição expressa seja o próprio objeto (particular) referido pelo indexical. É com os pensamentos indexicais que lidamos ao tratarmos dos problemas impostos pelo fenômeno da dinâmica cognitiva.

Em oposição às proposições singulares, podemos falar de *proposições gerais*, na expressão das quais ocorre algum tipo de quantificador; e ainda *proposições particularizadas*, que, assim como as proposições singulares, são proposições sobre um único indivíduo. A diferença aqui é que a referência ao indivíduo é feita de maneira indireta, através de um conceito individual (ou alguma entidade não linguística equivalente a uma descrição definida, como um conceito denotativo), ou através de um sentido (como seria o caso na teoria fregeana).

Como esperamos já estar claro, no decorrer deste trabalho, a despeito do tipo de proposição que Frege defendeu em sua obra, o foco de nossa atenção serão as assim chamadas *proposições singulares*. Nesta acepção, elas são entendidas simplesmente em oposição a *proposições gerais*. Ou seja, a princípio entendemos aqui como proposição singular uma proposição composta, entre outras coisas, do próprio indivíduo referido pelo termo singular (no contexto de sentença atômica

fechada). É comum dizer que proposições singulares são *dependentes de objetos*, no sentido de que é necessária a existência do objeto ou indivíduo denotado pelo termo singular que a compõe. Esta e as demais questões até aqui introduzidas serão abordadas com mais detalhes no decorrer do primeiro capítulo.

Para lidar de forma adequada com as questões ligadas a cada tipo de pensamento (ou proposição), é preciso escolher uma caracterização dos pensamentos que seja adequada às propostas da teoria semântica em questão – por exemplo, uma caracterização de cunho fregeano ou de inspiração russelliana. Provavelmente a mais importante alternativa à tese fregeana sobre as proposições ou pensamentos é justamente a proposta que começou com Bertrand Russell.

Como é de conhecimento de muitos, foi em seu famoso texto “Sobre o Sentido e a Referência” que Frege desenvolveu e defendeu amplamente a distinção entre o que ele chamou de sentido (*Sinn*) e referência (*Bedeutung*) dos termos da linguagem. Referência é o objeto denotado por um determinado termo. A referência do termo “O autor de *Mestre Gil de Ham*” é um indivíduo: o professor e filólogo britânico J. R. R. Tolkien, por exemplo. O sentido é a maneira como essa referência é apresentada. E ela pode ser apresentada de diversas maneiras, como no exemplo, J. R. R. Tolkien também pode ser apresentado ou conhecido como “O criador da língua artificial Quenya”. Seguindo Frege em “Sobre o Sentido e a Referência”, a noção de sentido dos termos linguísticos é por ele introduzida para explicar como dois enunciados de identidade contendo termos co-referenciais, podem ter valores cognitivos (informativos) diferentes. Esta pode ser interpretada como uma das razões da introdução por Frege de sua famosa distinção.⁶ De qualquer forma, não é errado dizer que a distinção de Frege fornece uma explicação razoável para o fato de que, ao dizer que *o autor de Mestre Gil de Ham* e *o criador da língua artificial Quenya* são a mesma pessoa, podemos estar fornecendo um novo conhecimento para alguém pouco familiarizado com a obra do referido escritor e acadêmico britânico.

Frege sustentou ainda que a mesma distinção entre sentido e referência vale para todos os tipos de expressões linguísticas, inclusive expressões complexas como sentenças. Assim, a sentença “J. R. R. Tolkien é o autor de *Mestre Gil de*

⁶ Em *Logical Forms*, Chateaubriand argumenta que embora a introdução da noção de sentido seja útil para resolver um problema epistemológico, esta é uma noção primariamente ontológica. Ver CHATEAUBRIAND, O. 2001. Em especial pp. 391 em diante.

Ham” também tem uma referência, que para Frege é um valor de verdade, o verdadeiro ou o falso (no caso, o verdadeiro). Esta mesma sentença também tem um sentido, que, como o próprio Frege colocou, é o *pensamento* por ela expresso. Nessa acepção, podemos dizer que pensamentos são os significados das sentenças de uma linguagem, mesmo que nem essa interpretação seja livre de controvérsia.⁷ Se entendermos pensamentos dessa maneira, pode ser elucidativo (e apenas elucidativo) dizer que o pensamento é aquilo que deve ser preservado quando fazemos uma tradução de sentenças de uma língua para a outra, por exemplo. Embora haja diferenças de estilo e nuances de sentido entre as línguas (bem como dentro de uma mesma língua), em uma tradução o que é preservado corresponde, *grosso modo*, ao pensamento. Vale ressaltar que “pensamento” para Frege é um termo técnico, e não necessariamente coincide com o significado linguístico – aquilo que os falantes de uma língua entendem espontaneamente ao se depararem com determinada sentença ou expressão.

Como foi dito, talvez a mais significativa alternativa à tese fregeana sobre os pensamentos é a explicação de Russell das proposições. Uma importante característica de sua análise das proposições é que em última instância Russell não aceita a noção de sentido introduzida por Frege. Vale notar neste ponto que houve um período (especificamente, entre o ano de 1903 e 1904) no qual Russell aceitou algo parecido com a distinção fregeana entre sentido e referência. Ele traçou uma distinção entre significado (no original, *meaning*) – que seria o equivalente ao sentido fregeano (*Sinn*), e denotação (*denotation*) – que seria o equivalente a referência fregeana (*Bedeutung*). No caso de Russell, essa distinção valia pelo menos para uma determinada classe de proposições, a saber, aquelas expressas por sentenças nas quais ocorrem conceitos denotativos (os correlatos não linguísticos das descrições definidas). Em particular, a distinção russelliana se aplica às

⁷ Kripke nos lembra, por exemplo, que Tyler Burge e em certo ponto John Perry defenderam que é um erro igualar de qualquer forma sentidos fregeanos (*Sinne*) com significados. Ver KRIPKE, A. S. 2011, pp. 272-275. Segundo nos escreve Kripke, o argumento de Burge (bem como o de Perry, que é citado por Burge) se baseia principalmente em observações de sentenças contendo indexicais (abordaremos esse tópico com mais detalhes no decorrer da dissertação, pois é algo intimamente relacionado ao fenômeno da dinâmica cognitiva). O significado da sentença “Está chovendo hoje em Estocolmo” não muda à medida que os dias passam. Mas o valor de verdade dessa sentença muda, se proferida em um dia no qual não está chovendo em Estocolmo, ela é falsa. O valor de verdade sofre mudança porque a referência da expressão indexical “hoje” também sofre mudança com o passar dos dias. Como é o sentido que determina a referência, o sentido de “hoje” deve variar com o passar dos dias, bem como varia o pensamento expresso pela sentença como um todo.

proposições da matemática sobre domínios infinitos.⁸ Assim como Frege, Russell também parece iniciar sua análise partindo de preocupações de natureza semântica e epistemológica. Para ele, há duas formas de entretermos pensamentos sobre indivíduos ou objetos em geral.

A primeira maneira é direta, entretendo assim um pensamento propriamente singular, um pensamento sobre um indivíduo determinado que tenha tal indivíduo como constituinte direto. Em geral, para expressar esse tipo de pensamento fazemos uso de um nome. Neste caso, Russell defende, precisamos ter o que ele chama de “familiaridade” (em inglês *acquaintance*) com o indivíduo em questão. Como veremos com mais detalhes a seguir, a noção russelliana de familiaridade é bastante restritiva.

A segunda maneira de pensar sobre algo é indireta, em geral através de um conceito individual. Russell discorda de Frege no que diz respeito à contribuição semântica das descrições definidas, que para o filósofo inglês não eram termos referenciais.

A grande diferença entre os dois filósofos, no entanto, encontra-se no fato de que Russell rejeita o apelo à noção de sentido (*Sinn*) para dar respostas, por exemplo, a questões sobre as diferenças de valor cognitivo das diferentes expressões da linguagem, bem como para resolver os paradoxos que a introdução do sentido fregeano permite resolver. Desta forma, proposições não são sentidos de sentenças para Russell, e tampouco são constituídas dos sentidos de suas partes. As proposições russellianas são como funções que nos levam não de sentidos para sentidos mais complexos, mas de objetos para proposições. Tal maneira de entender a natureza das proposições requer que haja proposições de fato singulares (no sentido mais forte: proposições que envolvem seus componentes diretamente) no nível basilar de uma hierarquia de proposições. No menor nível, precisamos aceitar que há proposições singulares que envolvem indivíduos diretamente. Assim, as proposições atômicas para Russell são ou proposições sobre nossos dados sensoriais (nossos *sense data*, os dados da nossa

Entretanto, como dito, o significado persiste, é o mesmo – em circunstâncias normais não deixamos de entender a sentença de um dia para o outro. Ver também PERRY, J. 1977.

⁸ Cf. RUSSELL, B. 1903. Russell chega a comparar explicitamente no prefácio desta obra a sua teoria sobre significado e denotação com a teoria de Frege do sentido e da referência. Cf. especialmente o capítulo V do referido livro. De forma similar a Frege, Russell utiliza sua distinção para resolver problemas com cláusulas de identidade, como em seu exemplo “Eduardo VII é o Rei”. *Ibidem*, p. 64. Para uma interessante análise desta questão, cf. WAHL, R. 1993.

experiência imediata), ou sobre universais. Para Russell, apenas com tais entidades podemos verdadeiramente ter familiaridade. Para Frege, por outro lado, mesmo as proposições atômicas são compostas não de indivíduos, mas de sentidos. Veremos que com o passar do tempo a ideia de Russell de que proposições envolvem indivíduos diretamente, sem intermédio de sentidos, foi retomada pelos defensores da assim chamada teoria da referência direta. A diferença é que neo-russellianos tenderão a restringir menos as condições para termos familiaridade (*acquaintance*) com algo. Por conseguinte, o domínio dos pensamentos (genuinamente) singulares também fica menos restrito.

Como já apontado por Ruffino,⁹ é uma vantagem para a teoria fregeana dos pensamentos que ela nos forneça uma boa explicação tanto da semântica das sentenças de nossa linguagem quanto de seu valor cognitivo. A tese de Frege explica, por exemplo, como um indivíduo perfeitamente racional pode ter diferentes atitudes epistêmicas ou atribuir diferentes valores de verdade a duas proposições que contém termos diferentes, mas que são coreferenciais. Um exemplo pode ser o seguinte: um indivíduo com suas faculdades cognitivas em perfeito estado, tendo pouco conhecimento sobre história, pode acreditar ser verdadeiro o pensamento “O mais famoso discípulo de Platão escreveu *Ética a Nicômaco*”; enquanto julga ser falso ou se atém de expressar opinião sobre o pensamento “O mestre de Alexandre Magno escreveu *Ética a Nicômaco*”.

Por um lado, a teoria russelliana descarta a noção de sentido, bem como o problema dos pensamentos sem valor de verdade, que para Frege são aqueles pensamentos que têm um componente sem referência (em geral, pensamentos da ficção). No entanto, a teoria fregeana nos fornece o que parece ser uma explicação mais intuitiva do fenômeno do significado, além de fornecer uma explicação compatível com uma teoria do conhecimento também mais intuitiva. Ainda assim, a tese de Frege encontra suas limitações. Estas questões serão discutidas durante o primeiro capítulo deste trabalho, no qual a teoria fregeana será contrastada com a teoria de Russell.

Encontramos um ponto de limite explicativo da teoria de Frege dos pensamentos ao discutirmos a explicação fregeana para o fenômeno da dinâmica cognitiva, como veremos no capítulo 2. Vale ressaltar que é possível defender

⁹ RUFFINO, M. 2007.

uma visão que reúna aspectos de uma teoria de cunho fregeano e de uma teoria de cunho russelliano, como é o caso da proposta de Evans – este ponto específico será abordado na seção 1.3.1.

No segundo capítulo deste trabalho será feita uma apresentação geral do fenômeno da dinâmica cognitiva, bem como dos problemas por ele impostos, a fim de mostrar como tal fenômeno pode impor um problema para as teorias do pensamento em seu conjunto. Serão discutidas algumas das soluções do problema propostas na literatura, desde que David Kaplan cunhou o termo que dá nome a este fenômeno em seu longo e profundo texto “Demonstratives”.

Como já foi indicado, há uma determinada classe de expressões da nossa linguagem que tratamos de forma especial tanto no escopo de uma teoria do pensamento de cunho fregeano quanto no escopo de uma teoria alternativa, como a de Russell: são os indexicais. Veremos que em relação à questão de qual teoria é mais apropriada para dar conta do conteúdo semântico expresso pelos indexicais, a teoria *a la* Russell (do singularismo das proposições) parece realmente levar vantagem frente à proposta fregeana. Por outro lado, a teoria fregeana parece apresentar mais vantagens que a teoria russelliana em relação a uma segunda questão. Na perspectiva de Frege, temos uma melhor explicação do fenômeno cognitivo da manutenção de um pensamento no passar do tempo, levando em conta o fenômeno linguístico característico da troca de indexicais (como a troca da expressão “hoje” pela expressão “ontem”, acompanhada da mudança do tempo verbal). De qualquer forma, são os pensamentos expressos por sentenças contendo indexicais que em geral causam problemas, em especial com relação à explicação de como se dá a retenção ou manutenção e a eventual mudança de uma atitude específica com relação a um pensamento, como a atitude de *acreditar* em um pensamento. Pode-se dizer que a possibilidade da mudança ou retenção de um mesmo pensamento no decorrer do tempo caracteriza, em resumo, o fenômeno da dinâmica cognitiva. O problema está em saber que tipo de contribuição uma expressão indexical faz ao pensamento no qual ela ocorre, de modo que se questiona de que forma o mesmo pensamento expresso por “Hoje está um belo dia” pode ser expresso um dia depois por “Ontem estava um belo dia”, por exemplo.

Como no primeiro capítulo uma discussão é feita acerca das teorias do pensamento de Frege e Russell, no segundo capítulo serão analisadas tanto a

proposta fregeana quanto as propostas neo-fregeanas de explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva. Serão discutidas ainda algumas alternativas de autores que de certa forma encontram inspiração em Russell. Veremos com detalhes que a visão de Frege sobre esse fenômeno parece ser a de que indexicais como “ontem”, “hoje”, “ali”, “aqui”, dentre outros, adquirem um sentido novo em cada contexto específico de uso. Essas expressões são diferentes de nomes próprios, por exemplo, por possuírem sentidos mutáveis, sensíveis a mudança de contexto no qual são utilizados. De acordo com este ponto de vista, a principal tarefa ao se explicar o fenômeno da dinâmica cognitiva é explicar quais são os ajustes linguísticos padrões ao se expressar a retenção (ou mudança) de uma crença diante da variação de contextos. A solução de Frege parece ser intuitiva e razoável, mas enfrenta diversos tipos de problemas. Um dos aspectos problemáticos na solução fregeana está associado a seu critério de identidade de pensamentos, que não funciona para pensamentos tidos no decorrer do tempo, como veremos, e como muito bem apontado por Dokic.¹⁰

Evans, que pode ser considerado um neo-fregeano (embora em certos aspectos também possamos considerá-lo um neo-russelliano), entende o problema da dinâmica cognitiva como o problema de como dar uma explicação da manutenção de um pensamento indexical através do tempo. Para ele, o tipo de pensamento necessário para se entender uma sentença contendo um indexical deve ser fregeano na medida em que tal pensamento deve envolver uma maneira específica de se pensar no objeto referido pelo indexical. No caso da manutenção ou da mudança de crença através do tempo, não basta pensar de uma maneira específica no referente do indexical. É também necessário exercer a habilidade cognitiva de *rastrear* (em inglês, *keep track of*) o objeto no espaço e no tempo. Aqui vale a pena questionar se a teoria de Evans não fica neste ponto muito depende da percepção para pensar o caráter dinâmico dos pensamentos em geral.

Quanto a alternativas que divergem muito da ideia original de Frege, discutiremos as propostas de vários autores. Perry, por exemplo, que é defensor de uma teoria da referência direta, propõe uma análise do fenômeno da dinâmica cognitiva que tem dois níveis: ele propõe a separação entre a proposição e o estado de crença (ou da atitude em questão) do indivíduo. Para ele, a mudança

¹⁰ Cf. DOKIC, J. 1997, p. 4.

ocorre não na proposição, que continua a mesma, mas no estado de crença. Já Grimaltos e Moya, contrários a Perry, argumentam que facilmente não reparamos a mudança de opinião a respeito de um pensamento, e que no caso da dinâmica cognitiva, a proposição de fato muda, e é isso que explica a mudança na crença do indivíduo com relação a ela. As teses de alguns outros autores serão discutidas, incluindo Kripke, Recanati e Luntley. Assim, também serão pontos de especial atenção neste capítulo a apresentação e análise do estado da pesquisa a respeito do fenômeno em questão.

Por fim, no terceiro capítulo, serão discutidos os problemas (aparentemente únicos) que precisamos enfrentar ao lidarmos com o fenômeno da dinâmica cognitiva quando este acontece com os pensamentos que envolvem o pronome da primeira pessoa. Não se pretende aqui, vale ressaltar, fornecer uma explicação detalhada de todas as questões ligadas aos pensamentos na primeira pessoa, (também chamados na literatura de *I-thoughts* ou pensamentos *de se*). Analisaremos o caso particular desse tipo de pensamento como um interessante e elucidativo exemplo dentro da discussão acerca da dinâmica cognitiva. Um exemplo de como a dinâmica cognitiva acontece, e de como seria possível aplicar uma proposta de explicação do fenômeno da dinâmica dos pensamentos no caso específico dos pensamentos que um indivíduo tem sobre si mesmo.

De maneira específica, será analisada a proposta de explicação de Gareth Evans para o fenômeno quando ocorre com esse tipo particular de pensamentos. Se uma explicação adequada do fenômeno da dinâmica cognitiva nesse caso puder ser dada, é possível que todas as outras instâncias do problema sejam elucidadas através de uma explicação semelhante. Buscar-se-á discutir como isso é possível, embora não tenhamos pretensões de fornecer aqui quaisquer respostas definitivas.

Concluimos o trabalho com algumas considerações finais sobre os temas discutidos no decorrer dos três capítulos anteriores. A presente pesquisa não tem a ambição de explicar de maneira determinante o fenômeno da dinâmica cognitiva em si. Mesmo porque até hoje não há nenhuma teoria abrangente e largamente discutida acerca da dinâmica cognitiva.¹¹ Existem apenas teorias (psicológicas e filosóficas) que ressaltam certos aspectos característicos desse fenômeno. Ainda

¹¹ Com exceção talvez do livro de Jérôme Dokic, que foi originalmente sua tese de doutorado, intitulado *L'esprit en mouvement: Essai sur la dynamique cognitive*. Cf. DOKIC, J. 2001. Até o momento o livro está disponível apenas em francês.

assim, esperamos que até o fim deste trabalho pelo menos alguns pontos críticos de dificuldade no tratamento do fenômeno tenham sido esclarecidos. E que no mínimo uma indicação de uma melhor forma de abordagem desses pontos tenha sido feita.

1

Pensamentos

Este capítulo é dedicado principalmente a discutir a noção de pensamento, uma noção cuja análise é muito importante se o objetivo final é apresentar uma explicação razoável do fenômeno da dinâmica cognitiva, o qual será discutido mais adiante. Pretende-se em primeiro lugar fazer uma discussão da noção de pensamento tal como defendida por Frege, em contraste com aquela que pode ser considerada a principal alternativa a ela: a noção elaborada por Russell. Buscar-se-á examinar nesse contexto um tipo de pensamento específico, conhecido na literatura como pensamento (ou proposição) singular. Será discutido se é de fato necessário defender uma posição singularista forte (característica de teorias semânticas que advogam a referência direta) com relação a pensamentos ao tratar da dinâmica cognitiva. Essa discussão é importante para o nosso melhor entendimento tanto do caso dos pensamentos na primeira pessoa, que abordaremos em última instância, quanto de uma adequada explicação do fenômeno da dinâmica dos pensamentos. Em geral o capítulo apresenta uma defesa da proposta fregeana de entendimento da noção de pensamento, em contraste com uma teoria de cunho russelliano. Ainda assim, parece claro que uma teoria *estritamente fiel* às teses de Frege não é capaz de dar conta da dinâmica dos pensamentos, embora uma teoria que guarde um espírito fregeano de maneira mais ampla pareça promissora, como veremos.

1.1.

A teoria fregeana do pensamento

Frege sem dúvidas contribuiu amplamente para a discussão atual sobre a noção de pensamento, que para ele próprio era central, já que ele entendia os pensamentos como os portadores primários de verdade ou falsidade. Na construção de sua *Begriffsschrift*, tais noções eram essenciais. Além disso, se não foi Frege o primeiro a fornecer um tratamento mais minucioso da noção de

pensamento/proposição,¹² certamente foi o seu tratamento que mais influenciou as subsequentes discussões em filosofia, especialmente em filosofia da linguagem (mesmo no que diz respeito às teorias alternativas a de Frege). Já no fim de sua carreira, Frege devotou um texto especialmente para tratar do que ele entendia por pensamento, cujo título alemão era exatamente “Der Gedanke”, ou “O Pensamento”. Buscaremos analisar aqui algumas das características mais relevantes da noção de pensamento que Frege nos deixou (especialmente no referido texto), a fim de compará-la em seguida com a proposta alternativa popularizada na literatura por Russell. O objetivo final será discutir se a proposta fregeana se apresenta de fato e em última instância como a melhor teoria do pensamento, em especial para lidar com os problemas que qualquer teoria do pensamento deve enfrentar.¹³ Mas além dos problemas mais tradicionais, questionar-se-á, sobretudo, se uma teoria de cunho fregeano é capaz de resolver satisfatoriamente os problemas impostos pela dinâmica cognitiva.

1.1.1.

Alguns aspectos da teoria fregeana do sentido e do pensamento

Como é comum para muitos estudiosos em filosofia da linguagem, e como já indicado anteriormente, podemos entender pensamentos como os *sentidos* (*Sinne*) das sentenças, um dos componentes do significado (entendido aqui em um sentido amplo) das expressões linguísticas. Herdamos tal caracterização do próprio Frege e de outros pensadores por ele influenciados. Enquanto o *Sinn* de uma sentença, seguindo o chamado *princípio de composicionalidade* (também herdado da semântica fregeana), um pensamento é composto dos sentidos (ou *Sinne*) dos componentes da sentença que o expressa. Isso explica a diferença de valor cognitivo entre, por exemplo, duas sentenças diferentes com termos diversos, mas que se referem à mesma coisa (ao mesmo indivíduo), como: “A presidente do Brasil em 2013 é de Belo Horizonte” e “A sucessora de Lula na presidência do Brasil é de Belo Horizonte”. Nesta acepção, essas sentenças

¹² É interessante notar neste ponto que há indicações de que Bolzano já tinha defendido uma noção de pensamento bastante similar àquela de Frege. Dummett faz alusão a isso em seu livro: DUMMETT, M. 1991, p. 315. De fato, Dummett sugere ainda que uma distinção muito similar àquela entre *Sinn* (sentido) e *Bedeutung* (referência) de Frege já tinha sido traçada por Bolzano. *Ibidem*, p. 268. Bem como várias outras teses que enxergamos como tão propriamente fregeanas, que teriam sido defendidas também por Bolzano, Brentano e Husserl.

¹³ Como indica autores como David Bell, em seu livro de 2005.

expressam pensamentos (ou *sentidos*) diferentes – elas *dizem* coisas diferentes. Ao usarmos tais sentenças, estamos nos referindo à mesma pessoa (Dilma Rousseff), e também dizendo a verdade em ambas as instâncias. Isso explica porque os pensamentos são diversos, apesar de atribuirmos um único predicado ao mesmo indivíduo. Dizemos uma verdade que parece ser a mesma expressando pensamentos diferentes, porque no nível dos componentes das sentenças temos sentidos diferentes. Ou seja, referimo-nos ao mesmo indivíduo de maneiras diferentes. Por composicionalidade, as sentenças como um todo expressam sentidos diferentes também. Como já indicado acima,¹⁴ e como indicado também pelo princípio fregeano de composicionalidade, Frege defende que pensamentos são entidades estruturadas. Isso quer dizer que, enquanto sentidos das sentenças, seguindo um princípio mereológico básico, pensamentos são compostos pelos sentidos das partes das sentenças.

Esta e diversas outras características que Frege buscou estabelecer como pertencentes aos pensamentos podem ser extraídas de seu famoso texto “O Pensamento”. Comentaremos agora algumas dessas características. É importante notar em primeiro lugar que, apesar do que possa parecer para o leitor que se ocupa deste assunto pela primeira vez, Frege defende que não é o caso que o sentido de toda sentença seja um pensamento. Há um determinado número de sentenças que, segundo Frege, expressam *um tipo* de sentido, mas não expressam pensamentos. São elas: 1. Sentenças imperativas; 2. Sentenças que expressam um desejo ou um pedido; 3. Exclamações nominais e 4. Interrogações nominais.¹⁵ Podemos dizer que esta tese tem duas motivações. Primeiro, Frege concebe pensamentos como os únicos reais portadores de verdade: estamos em posse de um pensamento se este for passível de ser verdadeiro ou falso. Segundo, como o próprio Frege indica em seu texto, a expressão de um pensamento depende de vários fatores, por vezes não contidos na sentença em si, para que de fato um pensamento seja expresso. Há certos aspectos da linguagem que não são

¹⁴ Na introdução deste trabalho.

¹⁵ Há uma diferença entre “sentença interrogativa” ou “interrogação completa” (cujos termos em alemão são *Fragesatz* ou *Satzfrage*), e “interrogação nominal” ou “interrogação incompleta” (cujo termo original é *Wortfrage*). Sentenças interrogativas são interrogações para as quais a resposta é um “sim” ou um “não”. Interrogações nominais ou incompletas são constituídas de expressões ou termos indeterminados como “quem” ou “o que”, e exigem uma informação adicional como resposta, não permitindo serem respondidas simplesmente com “sim” ou “não”. FREGE, G. 1918, p. 16.

diretamente expressos na sentença, como indicações espaço-temporais.¹⁶ Uma sentença que expressa de maneira incompleta um pensamento simplesmente não expressa pensamento algum – para capturar de fato o pensamento precisamos desses aspectos não contidos diretamente na sentença.

Outra importante característica da teoria fregeana dos pensamentos é que, para Frege, pensamentos não são entidades físicas. Eles são imperceptíveis fisicamente até se tornarem perceptíveis e apreensíveis publicamente através das sentenças de uma determinada linguagem. Estas são obviamente entidades físicas, enquanto instâncias (*tokens*) de sentenças-tipo (*type-sentences*).

Frege é de fato contundente em afirmar que pensamentos não são entidades do mundo físico. Em “O Pensamento”, ele também discorre longamente comparando pensamentos a ideias, a fim de mostrar que os pensamentos também não pertencem ao mundo psicológico. Ele defende que precisamos admitir a existência de um reino de entidades que não é físico nem psicológico, e a este reino pertencem também os assim chamados pensamentos: trata-se do já muito comentado e controverso *terceiro reino* – um reino de natureza similar ao mundo das ideias de Platão. A ideia é que o ato de pensar não *produz* propriamente pensamentos. Ao pensarmos, simplesmente *apreendemos* e *entretemos* pensamentos, entrando assim em contato com o terceiro reino.

A postulação do terceiro reino é certamente bastante controversa, já que é acompanhada de uma longa discussão entre aqueles que defendem de alguma forma uma visão platonista, por exemplo, em filosofia da linguagem e da matemática (similar a de Frege), e aqueles que defendem algum tipo de nominalismo. Sabemos que uma posição platonista com relação a praticamente qualquer área da filosofia traz consigo problemas difíceis de resolver, embora uma posição contrária também seja problemática. Além disso, a própria posição platonista/realista de Frege já foi tema de discussão.¹⁷ Assumindo a visão mais

¹⁶ Fatos que dizem respeito ao contexto do proferimento. Isso terá certa relevância ao analisarmos o tratamento dado por Frege a sentenças que contenham expressões indexicais, como veremos logo a seguir.

¹⁷ Não é nosso objetivo tratar dessa discussão, tampouco abordar com profundidade a questão específica da natureza ontológica dos pensamentos e dos sentidos em geral. Entendemos pensamentos como entidades apreensíveis por muitos indivíduos, mas não questionaremos aqui se eles são, por exemplo, entidades independentes ou não das mentes dos indivíduos que os apreendem. Para uma discussão acerca do platonismo fregeano, cf., por exemplo: BURGE, T. (1992) “Frege on Knowing the Third Realm”. In: *Mind*. Vol. 101, pp. 633-650. E também: WEINER, J. (1995) “Burge’s Literal Interpretation”. In: *Mind*. Vol. 104, pp. 585-597. E ainda: *Idem*. (1995) “Realism bei Frege: Reply to Burge”. In: *Synthese*. Vol. 102, 3, pp. 363-382.

comum de que Frege de fato sustentou uma teoria platônica nesta acepção, podemos dizer que esta é para ele uma forma de garantir (mesmo que a um alto custo) a natureza objetiva dos sentidos em geral, e dos pensamentos neste caso específico.

Apesar de não serem entidades físicas ou essencialmente psicológicas, e por isso não serem causalmente ativos de forma direta, pensamentos têm certa interação causal, e isso acontece quando eles são apreendidos e julgados como verdadeiros ou falsos. Em “O Pensamento”, Frege argumenta que a atuação de um homem sobre outro homem é mediada, na maioria das vezes, por pensamentos. Sendo comunicados como verdadeiros ou falsos, pensamentos podem mudar estados de coisas no mundo. E é dessa forma que podemos explicar a realidade dessas entidades, a qual é claramente de uma natureza diferente da realidade das coisas materiais.

Sendo entidades do chamado “terceiro reino”, Frege fala de pensamentos como intemporais, eternos e imutáveis. E ao defender que pensamentos possuem tais características, ele discorre também sobre os fatores por vezes extralinguísticos (fatores que dizem respeito ao contexto do proferimento, como já mencionamos), tais como a indicação temporal, que ainda assim ele diz ser pertencente “somente à expressão do pensamento”.¹⁸ Segundo Frege:

Mas não há pensamentos que são verdadeiros hoje, mas falsos decorrido um semestre? Por exemplo, o pensamento de que aquela árvore está coberta de folhas verdes será seguramente falso com o decorrer de um semestre. Não, posto que não se trata do mesmo pensamento. As palavras “Esta árvore está coberta de folhas verdes” não bastam por si mesmas para expressar o pensamento, pois o momento do proferimento também faz parte dele. Sem a indicação temporal, que é dada pelo momento do proferimento, não temos um pensamento completo, vale dizer, não temos absolutamente nenhum pensamento. Só uma sentença complementada por uma indicação temporal, e completa sob todos os aspectos, expressa um pensamento.¹⁹

Nesta passagem Frege nos dá uma indicação de sua opinião quanto a expressões indexicais, que é essencial para o tratamento fregeano do fenômeno da dinâmica cognitiva. Voltaremos a este ponto adiante.

Como vimos, para Frege pensamentos atuam no mundo sendo apreendidos e comunicados como verdadeiros ou falsos. Mas, além disso, podemos dizer que em

¹⁸ Note o itálico. Este ponto será especialmente importante para a discussão do tratamento que Frege dá a expressões indexicais.

uma perspectiva fregeana atitudes proposicionais (como a crença) são entendidas como uma relação pelo menos binária entre um indivíduo, ou um sujeito, e um pensamento, ou proposição. Esta pode ser vista como uma tentativa de explicar a natureza da crença, e é importante pressuposto ao explicar como um estado de crença pode ser preservado em um indivíduo quando ele muda de um contexto para o outro.

1.1.2. Critérios fregeanos de diferença para pensamentos

Antes de darmos continuidade a nossa análise da noção de pensamento discutindo a teoria russelliana, há ainda um aspecto específico na teoria do pensamento de Frege que merece atenção ao abordarmos o fenômeno da dinâmica cognitiva. Trata-se da questão da identidade dos pensamentos. No decorrer de sua carreira, e em diversas fases distintas de sua filosofia, Frege nos forneceu pelo menos três importantes critérios diferentes de identidade para pensamentos. Mesmo tomados individualmente, cada um desses critérios deveria ser suficiente para identificarmos se estamos na presença de pensamentos idênticos ou não. Mas além de serem problemáticos separadamente, poderíamos dizer ainda que esses critérios não são conciliáveis entre si. A questão específica da coerência dos três critérios dentro da obra de Frege deverá ser tema de uma pesquisa ulterior. Ainda assim, é benéfico para nosso trabalho que estejamos cientes das características gerais de cada um deles. Deteremos nossa atenção especialmente àquele que chamamos de “critério cognitivo”. Note que é possível se referir aos critérios fregeanos de identidade para pensamentos também como “critérios de individuação para pensamentos” ou mesmo, dependendo da reinterpretação dada a suas teses, “critérios de diferença para pensamentos”, sendo esta última talvez a nomenclatura mais comum.

Na *Begriffsschri*f, ou em português *Conceitografia*,²⁰ bem como em um trecho de “Cartas a Husserl”, Frege nos apresenta e caracteriza um critério de identidade para os sentidos das sentenças completas de seu sistema que podemos

¹⁹ *Ibidem*, pp. 36 e 37.

²⁰ Este termo é utilizado tanto para referir-se à primeira obra publicada por Frege quanto à notação lógica desenvolvida nessa obra. No que se segue, utilizar-se-á tanto o termo alemão quanto sua tradução. Deixaremos claro no texto quando referência for feita apenas à notação lógica. Ao falarmos da obra, seu título sempre será iniciado com letra maiúscula.

chamar de “critério lógico”.²¹ Este critério é conhecido também como “critério de equivalência lógica” ou como “critério de equipolência”. *Grosso modo*, de acordo com o critério lógico, duas sentenças expressam o mesmo pensamento se são logicamente equivalentes.

O objetivo de Frege com a linguagem da *Begriffsschrift* era utilizá-la para estabelecer os teoremas básicos da aritmética a partir de leis fundamentais puramente lógicas. Para que este objetivo fosse alcançado, era preciso que tal linguagem tivesse o maior rigor possível, representando apenas aquilo que é essencial no raciocínio inferencial. Por isso, a conceitografia lidava apenas com o que Frege chamou de “conteúdo conceitual”.

O próprio Frege deixa isso bastante claro ao elucidar sua noção de conteúdo conceitual (em alemão *begrifflicher Inhalt*) no parágrafo 3 da *Conceitografia*. E mesmo no prefácio desta mesma obra²² ele chama atenção para este fato, chegando a comparar sua linguagem lógica a um microscópio, enquanto a linguagem comum seria como o olho humano. Com essa metáfora ele chama atenção para o elevado grau de especialização de sua notação lógica. Um microscópio nos permite enxergar diversos detalhes invisíveis ao olho nu, mas é inapropriado para enxergar certas coisas que ao olho nu são perfeitamente observáveis. De forma similar, a notação da *Begriffsschrift* é altamente especializada, mas restrita, como já apontamos, ao que Frege chamou de conteúdo conceitual. Por exemplo: na notação da *Begriffsschrift* é impossível expressar a diferença da mudança de uma sentença da voz ativa para a voz passiva. Tal mudança fica bastante clara na linguagem natural, como no exemplo: “Davi matou Golias” e “Golias foi morto por Davi”. Tais sentenças teriam o mesmo “conteúdo conceitual”, de acordo com a terminologia da *Begriffsschrift*.

Na terminologia madura de Frege, podemos dizer que ambas essas sentenças expressam o mesmo pensamento. No entanto, em sua filosofia madura, depois da distinção entre sentido e referência, nem sempre sentenças com o mesmo conteúdo conceitual expressariam o mesmo pensamento, como ficará claro logo a seguir.

Vejam como o próprio Frege define o assim chamado “critério lógico” para a identidade de conteúdos conceituais, ao buscar elucidar a própria noção de

²¹ Cf. FREGE, G. 1879, especialmente §§ 3 e 8. E também *Idem*, 1906.

²² *Idem*, 1879, pp. 5-6.

conteúdo conceitual. Nas palavras do próprio Frege no parágrafo 3 da *Begriffsschrift*:

[...] Os conteúdos de dois juízos podem diferir em dois sentidos: ou as consequências deriváveis do primeiro, quando este é combinado com outros juízos determinados, sempre se seguem também do segundo, quando este é combinado com os mesmos juízos, [e conversamente,] ou este não é o caso. As duas proposições “Os gregos derrotaram os Persas em Plateias” e “Os Persas foram derrotados em Plateias” diferem no primeiro sentido. Mesmo que se possa detectar uma mínima diferença no significado, a conformidade é maior. Ora, eu chamo essa parte do conteúdo que é a *mesma* em ambas as proposições de *conteúdo conceitual*. Já que este apenas é significativo para a nossa conceitografia, não precisamos introduzir qualquer distinção entre proposições que têm o mesmo conteúdo conceitual.²³

É importante ressaltar que a *Conceitografia* foi a primeira obra de Frege, e nela ainda não encontramos sua famosa distinção entre sentido e referência. Embora não seja nossa intenção aqui entrar em detalhes sobre as questões que cercam a noção fregeana de conteúdo conceitual, é benéfico para nossos objetivos apontar para a variedade de critérios de identidade para pensamentos encontrados na obra de Frege. Mesmo que a rigor a noção de conteúdo conceitual não seja equivalente àquela de pensamento, vale salientar uma relação que pode ser traçada entre essas duas noções. Em uma obra posterior,²⁴ o próprio Frege afirmou que antes de distinguir entre sentido e referência (e, portanto, antes de desenvolver sua noção madura de pensamento), o conteúdo conceitual de uma sentença poderia ser considerado equivalente tanto à sua referência (um valor de verdade) quanto ao pensamento por ela expresso. De forma simples, e como o próprio Frege escreve em sua *Begriffsschrift*, conteúdo conceitual é aquilo que em um juízo é o essencial para fazer inferências. Podemos dizer que em posse das noções de sentido e referência, Frege teria falado na *Conceitografia* de “pensamento” em vez de

²³ Grifo original. FREGE, G. 1879, p. 12. Na tradução em inglês: “[...] The contents of two judgments may differ in two ways: either the consequences derivable from the first, when it is combined with certain other judgments, always follow also from the second, when it is combined with these same judgments, [and conversely,] or this is not the case. The two propositions “The Greeks defeated the Persians at Plataea” and “The Persians were defeated by the Greeks at Plataea” differ in the first way. Even if one can detect a slight difference in meaning, the agreement outweighs it. Now I call that part of the content that is the same in both the conceptual content. Since it alone is of significance for our ideography, we need not introduce any distinction between propositions having the same conceptual content.” Todas as citações de livros em língua estrangeira serão traduzidas para o português no corpo do texto. Apresentamos em nota os trechos na língua original da obra consultada. Foram consultadas as traduções inglesas.

²⁴ FREGE, G. 1893b, p. 6.

“conteúdo conceitual”,²⁵ e o chamado critério lógico apresentado no trecho supracitado talvez não tivesse sido apresentado exatamente da maneira que foi.

Em duas cartas a Husserl, Frege escreve sobre as circunstâncias nas quais sentenças diferentes expressariam o mesmo pensamento, apresentando claramente aquela que veio a ser conhecida como a sua versão do chamado “critério de equipolência”:

Em lógica, deve-se decidir considerar proposições equipolentes como diferindo apenas de acordo com a forma. Depois que é subtraída a força assertórica com a qual elas podem ter sido proferidas, proposições equipolentes têm algo em comum em seu conteúdo, e isso é o que eu chamo de o pensamento que elas expressam.²⁶

Em um trecho da segunda carta, Frege discorre novamente sobre o critério objetivo para o estabelecimento de pensamentos idênticos.

Ora, parece-me que a única forma de decidir se a proposição *A* expressa o mesmo pensamento que a proposição *B* é o seguinte, e aqui eu suponho que nenhuma das duas proposições contém um componente com um sentido logicamente evidente. Se *tanto* a suposição de que o conteúdo de *A* é verdadeiro e de que o de *B* é falso *quanto* a suposição de que o conteúdo de *A* é falso e o de *B* é verdadeiro levarem a uma contradição lógica, e se isso pode ser estabelecido sem saber se o conteúdo de *A* ou de *B* é verdadeiro ou falso, e sem exigir nada além de leis puramente lógicas para este propósito, então nada pode pertencer ao conteúdo de *A* na medida em que é capaz de ser julgado verdadeiro ou falso, que não pertença também ao conteúdo de *B*.²⁷

Ele continua, dizendo que da mesma forma, nenhum *conteúdo julgável* que pertença a *B* pode não pertencer a *A*, de forma que as duas proposições têm conteúdos exatamente idênticos. Conforme o que é dito na *Conceitografia* e nas cartas a Husserl, duas sentenças (embora na *Conceitografia* Frege fale de “juízos” e nas cartas a Husserl ele fale de “proposições”), *A* e *B*, expressam o mesmo

²⁵ Cf. FREGE, G. 1892, p. 95. E também *Idem*. 1912.

²⁶ *Idem*. 1906a, p. 302. Na tradução em inglês: “In logic, one must decide to regard equipollent propositions as differing only according to form. After the assertoric force with which they may have been uttered is subtracted, equipollent propositions have something in common in their content, and this is what I call the thought they express.”

²⁷ *Ibidem*, pp. 305-306. Na tradução em inglês: “Now it seems to me that the only possible means of deciding whether proposition *A* expresses the same thought as proposition *B* is the following, and here I assume that neither of the two propositions contains a logically self-evident component part in its sense. If *both* the assumption that the content of *A* is true and that of *B* is false *and* the assumption that the content of *A* is false and that of *B* is true lead to a logical contradiction, and if this can be established without knowing whether the content of *A* or *B* is true or false, and without requiring other than purely logical laws for this purpose, then nothing can belong to the content of *A* as far as it is capable of being judged true or false, which does not also belong to the content of *B*.”

pensamento (na *Conceitografia*: “têm o mesmo conteúdo conceitual”) se, e somente se, *A* e *B* são intersubstituíveis preservando a validade das inferências.

Em sua célebre obra *Grundgesetze der Arithmetik. Begriffsschriftlich abgeleitet*,²⁸ Frege apresenta aquele que podemos chamar de “critério semântico”.²⁹ Colocando-o de maneira simples, de acordo com esse critério, caso tenhamos duas sentenças com exatamente as mesmas condições de verdade, tais sentenças expressarão pensamentos idênticos.

Este segundo critério parece surgir como consequência da identificação de pensamentos com condições de verdade, feita por Frege no parágrafo 32 das *Grundgesetze*. Nas palavras de Frege:

[...] não apenas uma referência, mas também um sentido pertence a todos os nomes bem formados a partir de nossos sinais. Todo tal nome de um valor de verdade expressa um sentido, um *pensamento*. A saber, por nossas estipulações são determinadas sob que condições o nome se refere ao verdadeiro. O sentido deste nome – o pensamento – é o pensamento de que essas condições são satisfeitas.³⁰

Aquele que podemos chamar de “critério cognitivo” é para este trabalho certamente o mais importante dos critérios desenvolvidos por Frege. Frege o esboça em “Sobre o Sentido e a Referência”³¹ e, como já apontado por Gareth Evans,³² utiliza-o em diversos momentos de vários de seus escritos. *Grosso modo*, de acordo com este critério, temos pensamentos diferentes se for possível que um indivíduo racional, tendo suas faculdades cognitivas em perfeito estado, adote atitudes diferentes com relação às duas sentenças (como acreditar em apenas uma delas, ou acreditar em uma e suspender o juízo em relação à outra).

As palavras de Frege em “Sobre o Sentido e a Referência” são exatamente as seguintes:

[...] o pensamento da sentença “A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol” é diferente do da sentença “A estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol”.

²⁸ Infelizmente ainda não há tradução para o português das *Grundgesetze*, a não ser do prefácio. O título em português seria: *Leis Básicas da Aritmética. Exposição do Sistema*.

²⁹ Denominado “semântico” por ter ligação com as condições de verdade das sentenças, entendendo verdade enquanto uma propriedade semântica. O critério foi estabelecido por Frege durante a atribuição de uma semântica ao seu sistema, nas *Leis básicas*.

³⁰ FREGE, G. 1893b, pp. 89-90. Na tradução em inglês: “[...] not only a denotation, but also a sense, appertains to all names correctly formed from our signs. Every such name of a truth-value expresses a sense, a *thought*. Namely, by our stipulations it is determined under what conditions the name denotes the True. The sense of this name – the *thought* – is the thought that these conditions are fulfilled.”

³¹ *Idem*. 1892, p. 137.

³² EVANS, G. 1982, p. 19.

Alguém que não soubesse que a estrela da tarde é a estrela da manhã poderia sustentar um pensamento como verdadeiro e o outro como falso.³³

Há também um interessante comentário de Frege sobre esse critério em um de seus escritos póstumos:

Ora, duas sentenças *A* e *B* podem estar em tal relação que qualquer um que reconheça o conteúdo de *A* como verdadeiro deve dessa forma também reconhecer o conteúdo de *B* como verdadeiro e, conversamente, que qualquer um que aceite o conteúdo de *B* deve imediatamente aceitar o de *A*. (Equipolência).³⁴

O critério cognitivo é importante para a discussão do próximo capítulo (acerca do fenômeno da dinâmica dos pensamentos), e já foi debatido por Evans, que o denominou como “critério intuitivo da diferença de pensamentos”.³⁵ De fato, é por este rótulo que este critério cognitivo de diferenciação dos pensamentos passou a ser denominado na literatura. Basicamente, como já apontado por Evans, o problema com esse critério para Frege é que ele é limitado de duas formas. 1. Ele não pode ser aplicado para diferenciar pensamentos intersubjetivamente; e 2. Ele não funciona ao ser aplicado para diferenciar pensamentos que um indivíduo tenha com o passar do tempo. Para encontrar uma explicação fregeana para o fenômeno da dinâmica cognitiva pode ser necessário superar esta segunda limitação.

Assim, se o objetivo é fornecer uma explicação da dinâmica cognitiva pressupondo uma teoria do pensamento de cunho fregeano, parece ser necessário lidar em primeiro lugar com o problema imposto pelo “critério intuitivo de diferença dos pensamentos”. Uma possível solução para a limitação específica do critério cognitivo será brevemente apresentada no próximo capítulo.

Como aponta Ruffino em seu texto “Fregean Propositions, Belief Preservation and Cognitive Value”, a teoria fregeana dos pensamentos, e do sentido e da referência em geral, surge a partir de preocupações tanto semânticas quanto epistêmicas.³⁶ Entendida assim, a tese de Frege consiste na proposta de um

³³ FREGE, G. 1892, p. 137.

³⁴ FREGE, G. 1906b, p. 197. Na tradução em inglês: “Now two sentences *A* and *B* can stand in such a relation that anyone who recognizes the content of *A* as true must thereby also recognize the content of *B* as true and, conversely, that anyone who accepts the content of *B* must straightaway accept that of *A*. (Equipollence).”

³⁵ O critério é discutido por Evans já no capítulo inicial de *Varieties of Reference*. Ver EVANS, G. 1982, principalmente pp. 18-21 e pp. 32-33.

³⁶ Ver nota 2.

modelo de explicação uniforme tanto da linguagem (em sua relação com o mundo) quanto do conhecimento. A tese fregeana se opõe às assim chamadas “teorias da referência direta”, segundo as quais um termo refere diretamente ao objeto, sem intermédio de um sentido. As ideias de Bertrand Russell tiveram forte influência nesse tipo de teoria. Por esse motivo, na próxima seção discutiremos a noção de pensamento (ou mais precisamente, a noção de proposição) tal como defendida por Russell. Esperamos com isso sermos capazes de estabelecer, pelo menos de maneira elementar, que tipo de teoria do pensamento parece mais eficiente e que tipo de mudanças seria necessária, se de fato alguma mudança é necessária, para torná-la ideal. Um dos nossos questionamentos é sobre a real possibilidade de se estabelecer algum tipo de meio-termo entre as duas propostas: a fregeana e a russelliana. Ao que nos parece, isso é possível. Em especial e em última instância, buscamos apontar que tipo de teoria se apresenta como a mais promissora para dar conta do fenômeno da dinâmica cognitiva, a ser discutido detalhadamente no segundo capítulo. Dentre os filósofos contemporâneos que têm em algumas de suas teses fortes influências da teoria russelliana estão, por exemplo, David Kaplan e John Perry. Algumas das ideias destes pensadores também serão objeto de breve discussão a seguir e de análise mais detalhada no capítulo 2.

1.2. A proposta de Russell

As teorias da referência direta foram influenciadas principalmente pela ideia que Russell tinha da natureza dos pensamentos, ou em sua própria terminologia, das proposições. Tentaremos esboçar aqui alguns aspectos da teoria de Russell das proposições que a tornam uma alternativa à proposta fregeana. Em alguns pontos as duas propostas encontram similaridades, reservando importantes diferenças em aspectos centrais.

Uma forma de pensar em proposições russellianas é como proposições *dependentes de objetos*. Neste sentido, sendo o objeto referido um constituinte direto da própria proposição (segundo a concepção russelliana), disto se segue que a proposição expressa é *ontologicamente dependente* da existência deste objeto. No entanto, como poderemos ver, na verdade Russell fez restrições extremas em

sua teoria. Desta forma, esta leitura de proposições russellianas não corresponde exatamente à teoria de Russell. Antes, ela deriva de propostas posteriores a Russell que amenizam suas restrições. Discutiremos esses aspectos com mais detalhes a seguir, nas próximas subseções.

1.2.1.

Alguns aspectos da teoria russelliana das proposições

De maneira similar a Frege, questões de natureza semântica, mas também questões epistemológicas dão início à investigação russelliana sobre a noção de proposição. Note que as considerações semânticas estão ligadas na investigação de Russell à sua teoria do significado (ou seja, da contribuição das expressões linguísticas para a determinação da verdade ou falsidade do conteúdo expresso pela sentença). Já as considerações epistêmicas estão ligadas a sua teoria da compreensão linguística. Para Russell, a fim de pensarmos ou apreendermos de fato um pensamento sobre um indivíduo particular, devemos possuir o que ele chamou de *familiaridade* (em inglês, *acquaintance*) com tal indivíduo. *Grosso modo*, na visão russelliana, para ter familiaridade com um indivíduo, deve-se ter contato direto com ele. É claro, esta é uma maneira metafórica de dizer que para Russell a relação de familiaridade é o inverso de uma relação de apresentação do objeto ao sujeito. Em “Knowledge by Acquaintance and by Description”, Russell define sua noção de familiaridade da seguinte forma:

Eu digo que estou familiarizado com um objeto quando tenho uma relação cognitiva direta com esse objeto, ou seja, quando estou diretamente ciente do próprio objeto. Quando eu falo de uma relação cognitiva aqui, não quero dizer o tipo de relação que constitui juízo, mas o tipo que constitui apresentação. De fato, acredito que a relação de sujeito e objeto a qual eu chamo de familiaridade é simplesmente o contrário da relação de objeto e sujeito a qual constitui apresentação. Isto é, dizer que S tem familiaridade com O é essencialmente a mesma coisa que dizer que O é apresentado a S.³⁷

Na verdade, Russell defendeu que há duas maneiras de termos pensamentos sobre algo. A primeira maneira é direta, tendo, como dito, um pensamento sobre

³⁷ RUSSELL, B. (1910-1911), p. 108. No original: “I say that I am acquainted with an object when I have a direct cognitive relation to that object, i.e. when I am directly aware of the object itself. When I speak of a cognitive relation here, I do not mean the sort of relation which constitutes judgment, but the sort which constitutes presentation. In fact, I think the relation of subject and object which I call acquaintance is simply the converse of the relation of object and subject which

um indivíduo determinado e fazendo uso, por exemplo, de um nome, (nesse caso, para Russell, não um nome qualquer, mas um nome *logicamente próprio*); e neste caso precisamos ter familiaridade com o indivíduo em questão. O interessante é que Russell defendeu uma noção de familiaridade bastante restrita, para ele só podemos ter familiaridade com: 1. nossos dados sensoriais (*sense data*), ou seja, não com o indivíduo em questão, mas com o que percebemos dele; 2. com universais, como conceitos ou predicados (estes dois últimos são universais que são conhecidos por nós); e Russell também defendeu que talvez seja possível termos familiaridade com 3. nosso próprio eu (*self*), entendendo-o como uma entidade (que percebe). Estritamente, portanto, só podemos ter pensamentos *genuinamente singulares* sobre entidades dessas três categorias.

Como já foi apontado por Evans no segundo capítulo de *Varieties of Reference*, Russell empregou um tipo de teste para diferenciar diferentes tipos de termos singulares. Esses termos se encaixariam em duas categorias: eles seriam ou o que ele chamou de *nomes logicamente próprios*, ou meras descrições definidas (mais será dito sobre descrições logo a seguir). Se tal teste não mostrasse que é sem sentido (*meaningless*) a proposição no qual o termo em questão aparece, então não estaríamos diante de um termo genuinamente singular, ou um nome logicamente próprio. Naturalmente, neste caso não estaríamos de posse de um pensamento genuinamente singular. Note que aqui a motivação de Russell é de natureza semântica. Reiterando, segundo o critério de Russell: sempre que possamos supor a não existência do sujeito gramatical de uma determinada sentença sem que a sentença se torne sem sentido (*meaningless*), não temos um nome próprio genuíno (um nome que faz referência direta a um objeto).³⁸

No escopo da teoria de Russell, a segunda maneira de termos pensamentos sobre algo é indireta, através de descrições. De fato, fora os objetos mentais³⁹ com os quais podemos ter familiaridade (aqueles cujos nomes podem ser dito *nomes*

constitutes presentation. That is, to say that S has acquaintance with O is essentially the same thing as to say that O is presented to S.”

³⁸ Cf. EVANS, G. 1982, p. 43.

³⁹ Vale a pena chamar atenção aqui para o fato de que, para Russell, os *sense data* não são (necessariamente) objetos mentais ou mesmo dependentes da mente (*mind-dependent*). A concepção ontológica padrão atual dos *sense data* (para aqueles que se comprometem com sua existência) é a de que eles são entidades dependentes da mente. Mas quando Russell (junto com Moore) introduziu a noção na literatura, ele permaneceu neutro em relação à natureza metafísica dessas entidades. Os argumentos de Russell são antes de tudo epistemológicos, no sentido de que para ele *sense data* são os objetos dos quais estamos imediatamente cientes.

logicamente próprios), ao pensarmos sobre todos os outros indivíduos do mundo, nosso pensamento é indireto, em geral se utiliza de descrições definidas. Russell discordará de Frege no que tange a opinião deste de que descrições definidas podem ser consideradas termos singulares:⁴⁰ termos que se referem univocamente a um indivíduo, componentes do que entendemos por proposições (genuinamente) singulares. Russell descobriu que um pensamento pode ser acerca de um indivíduo único, sendo expresso por uma definição definida, sem ser acerca de um particular em um sentido forte (enquanto um constitutivo da realidade e da identidade do próprio pensamento). Embora pensamentos que se utilizam de descrições para se referirem a um objeto pareçam ser pensamentos singulares, eles podem ser explicados através da análise lógica desenvolvida por Russell, em sua teoria das descrições definidas. Com a análise, poderíamos ver que as descrições definidas são na verdade quantificadores que codificam a existência de indivíduos com determinadas propriedades unicamente.⁴¹

Assim, parece estar claro de que forma pensamentos que não são sobre aquelas entidades com as quais podemos ter familiaridade não são *pensamentos singulares*: eles não envolvem o indivíduo diretamente. Na teoria russelliana, pensamentos expressos entre outras coisas por descrições definidas são *pensamentos gerais*, ou seja, envolvem apenas propriedades/universais, embora envolvam também uma condição de unicidade. Talvez possamos dizer que eles são *pensamentos particularizados*, ou seja, proposições sobre um indivíduo específico, mas de maneira indireta. Vale a pena ressaltar aqui que pensamentos particularizados são casos não intuitivos de pensamentos gerais, porque ao invés

⁴⁰ Usamos aqui a expressão “termo singular”, embora o próprio Frege não a tenha usado. A expressão que ele utiliza é na verdade *Eigenname* (no plural *Eigennamen*), que pode ser traduzido por “nome próprio”. Com isso ele queria dizer mais ou menos o que queremos dizer ao utilizarmos “termo singular”: um termo que designa ou se refere a um objeto particular.

⁴¹ Basta lembrarmos do já clássico caso da sentença “O rei da França é careca”. Para Frege, que entendia descrições tais como “o rei da França” como expressões referenciais, a referida sentença não tem valor de verdade, pois se utiliza de um termo sem referência. Como Frege advogava o princípio de composicionalidade, caso parte da sentença não tenha referência, a sentença como um todo também não tem. Como vimos antes, valores de verdade são para Frege as referências das sentenças. Russell propõe não apelar para a noção de sentido para explicar o fenômeno de sentenças com componentes sem referência. Ele propõe que na verdade descrições definidas não são expressões referenciais. A sentença supracitada pode ser analisada como expressando três coisas: há uma afirmação de existência, através da qual afirmamos que existe pelo menos um indivíduo que é rei da França; há uma afirmação de unicidade, devido ao artigo definido, ou seja, afirmamos que existe no máximo um indivíduo que é rei da França; e há uma afirmação de que quem quer que seja tal indivíduo, tal indivíduo é careca – esta última afirmação corresponde à predicação. Como não existe nenhum indivíduo que seja o atual rei da França, e muito menos que seja careca, a sentença tem um valor de verdade, sim: ela é falsa.

de envolverem o próprio indivíduo, envolvem apenas um conceito individual (uma representação simbólica) deste.

Na teoria de Russell, a situação fica ainda mais dramática quando não há nenhum tipo de contato com o indivíduo sobre o qual se pensa, o pensamento então envolve diretamente apenas os dados sensoriais que temos ao recebermos de outrem a informação sobre o indivíduo em questão. Vale ressaltar que, para Russell, o conhecimento por descrição é um modo de conhecimento perfeitamente legítimo. No entanto, há uma primazia epistemológica do conhecimento por familiaridade ou *acquaintance* (que ele também chama de “conhecimento de coisas”) sobre o conhecimento por descrição (ou também “conhecimento de verdades”).

Um grande ponto forte da filosofia de Russell é sem dúvida sua teoria das descrições definidas, que é de uma sagacidade peculiar e exerceu muita influência para a filosofia da linguagem depois dele. Ainda assim, pareça verdadeiro que, pelo menos à primeira vista, a teoria russelliana se mostre menos intuitiva que a teoria fregeana que postula os níveis de sentido e referência. Como vimos, para Frege todo pensamento sobre um indivíduo é indireto por ter a mediação de um sentido, que é um modo de apresentação do referente que envolve uma perspectiva cognitiva sobre este. Sentidos são para Frege elementos epistêmicos através dos quais é possível para nós termos acesso ao mundo.⁴²

Russell rejeita a noção fregeana de sentido. Para este, proposições não são sentidos de sentenças, tampouco são constituídas dos sentidos de suas partes. Como vimos, Frege introduz a noção de sentido para, em primeiro lugar, dar conta do valor cognitivo das expressões da linguagem. Ao fazer isso, pode-se dizer que ele está descartando proposições que são propriamente singulares (ou seja, proposições para análise das quais precisaríamos apenas da noção *Bedeutung*), como não suficientes para dar conta de como capturamos o valor cognitivo das sentenças da linguagem. Dessa forma, mesmo pensamentos fregeanos sobre um único indivíduo seriam apenas pensamentos particularizados – pensamentos sobre um único indivíduo de maneira indireta. Isso nos dá margem ainda, por exemplo, para pensar em sentidos sem referência – pois como Frege postulou, é possível apresentar um indivíduo de alguma forma sem que este indivíduo existisse de fato.

⁴² Neste ponto Frege é em boa medida influenciado por Kant.

Como será discutido adiante, é um tema de debate ainda em aberto a questão de se não é possível considerar as proposições fregeanas de fato singulares. Evans and McDowell, por exemplo, advocam a tese de que há *proposições dependentes de objetos* (e, portanto, singulares no sentido forte) com uma granularidade mais fina que as assim chamadas proposições russellianas. Seria exatamente o caso de algumas proposições fregeanas particularizadas: a noção de sentido garante aos pensamentos fregeanos a granularidade fina que eles possuem. Discutiremos este ponto mais detalhadamente a seguir.

De qualquer forma, vale a pena ressaltar que em sua proposta alternativa, Russell restringe as proposições propriamente singulares à base de sua teoria das proposições. São proposições singulares apenas aquelas sobre as entidades com as quais podemos ter familiaridade. E como vimos, de um ponto de vista epistemológico, sua noção de familiaridade é extremamente restritiva. Na visão russelliana, a maioria das proposições que utilizamos no dia-a-dia são proposições particularizadas. Isso quer dizer que elas não são proposições singulares, mas sim proposições gerais. Elas se referem a um indivíduo apenas indiretamente, através de descrições ou através de outras proposições que no fundo não são sobre os objetos em si do mundo, mas sobre entidades como *sense data* (que são dependentes da mente) ou universais (que são constituintes da realidade independentes da mente, mas tem uma natureza abstrata). O mais importante neste ponto é termos em mente a natureza das assim chamadas proposições russellianas: que formam a base para as posteriores teorias da referência direta (defendidas por Kaplan e Perry, para citar apenas dois dos pensadores mais relevantes para este trabalho). Defensores da teoria da referência direta apresentam propostas bastante atraentes de explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva, como veremos mais adiante.

Na próxima seção serão debatidas algumas vantagens ou desvantagens da tese fregeana frente à teoria da referência direta. Uma das questões a serem levantadas é a seguinte: seria possível defender uma noção de pensamento/proposição que combina elementos-chave tanto da explicação de Frege quanto da de Russell e que seja útil para lidar com a dinâmica cognitiva? Esse parece ser o caso, e algumas (bastante diferentes) tentativas de conciliação de

elementos das duas filosofias já foram feitas.⁴³ Entretanto, uma destas será especialmente importante para nós. Como será discutido, em uma releitura de Frege, G. Evans (e J. McDowell, junto com ele) aceita a distinção fregeana entre sentido e referência, mas não aceita que sentidos sejam independentes da referência (como é com a interpretação padrão). Na interpretação evansiana, há uma primazia da referência (*Bedeutung*) sobre o sentido. Esse tipo de “conciliação” entre as duas teorias semânticas terá interessantes implicações para a resposta evansiana ao problema da dinâmica cognitiva, como veremos no segundo capítulo deste trabalho.

1.3. Fregeanismo *versus* russellianismo

Como já foi comentado, parece-nos verdadeiro que a teoria fregeana dos pensamentos tem a vantagem de dar conta de uma maneira intuitiva da diferença do valor cognitivo entre sentenças envolvendo termos singulares que têm a mesma referência. Além disso, a teoria de Frege nos fornece um requisito bastante intuitivo de racionalidade das crenças antagônicas em relação a sentenças contendo termos correferenciais. Através da distinção entre sentido e referência, Frege explica como um indivíduo pode acreditar em um pensamento que contém um determinado termo singular, e não acreditar ou não ter opinião sobre outro pensamento contendo um termo singular diferente que tenha a mesma referência do primeiro.

Em seu já mencionado texto, “Fregean Propositions, Belief Preservation and Cognitive Value”, Ruffino busca mostrar que além de fornecer um modelo de análise semântica da linguagem, Frege ainda unifica sua teoria semântica com uma teoria epistemológica. E ainda mais: uma teoria do pensamento de cunho (pelo menos majoritariamente) fregeano mostraria mais vantagens e enfrentaria menos problemas que uma tese de cunho (majoritariamente) russelliano ao explicar um fenômeno específico: o fenômeno da dinâmica cognitiva.

⁴³ Cf. por exemplo: CHATEAUBRIAND, O. (2002) Descriptions. “Frege and Russell Combined”. In: *Synthese*, 130, Kluwer Academic Publishers, pp. 213–226. E também KAPLAN, D. (1975) “How to Russell a Frege-Church”. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 72, 19, pp. 716-729. Para uma discussão sobre os diversos pontos de divergência entre as filosofias fregeana e russelliana, cf. WETTSTEIN, H. 1990.

Ruffino argumenta que a proposta de Frege tem exatamente essas três principais vantagens: 1. O princípio de composicionalidade, segundo o qual o sentido de uma sentença (o pensamento por ela expresso) é composto do sentido de suas partes, fornece uma explicação intuitiva e razoável para a diferença de valor cognitivo entre, por exemplo, duas sentenças cujos componentes são diversos, mas que se referem a mesma coisa/ao mesmo indivíduo. 2. Como já comentamos, para Frege, atitudes proposicionais (como crença) são entendidas como uma relação entre um indivíduo e um pensamento. Esta tese fornece um bom primeiro passo na explicação tanto da natureza de atitudes proposicionais como crença, como de que maneira um desses estados pode ser preservado em um indivíduo quando ele muda de contexto. E 3. Ruffino chama ainda atenção para outra tese defendida por Frege em “Sobre o Sentido e a Referência”: quando reportamos atitudes proposicionais de outrem, a atitude descrita passa a ter como sua referência seu sentido usual. Isso explica porque perdemos a preservação necessária de verdade se substituirmos termos com a mesma referência em contextos de crença.

Em seu texto, Ruffino faz uma longa comparação entre as respostas da teoria fregeana e as teorias que aceitam proposições tipicamente russellianas para questões envolvendo esses três pontos. As teorias concorrentes a Frege por ele analisadas são principalmente aquelas da fase tardia do pensamento de Kaplan e da fase inicial do pensamento de Perry. No centro da atenção de Ruffino está uma explicação das expressões indexicais. Para lidar com o fenômeno da dinâmica cognitiva, a questão dos indexicais é sem dúvida essencial. Vale a pena lembrar que foi Kaplan que tornou padrão tratar o problema da dinâmica cognitiva como o problema de se explicar a persistência de pensamentos indexicais através de mudanças de contexto.

Grande parte do debate de Ruffino é dedicada a uma análise das propostas de Kaplan e Perry, especialmente no que concerne o fenômeno da dinâmica dos pensamentos e de uma explicação do valor cognitivo das expressões linguísticas. As propostas destes dois autores também serão discutidas no próximo capítulo desta dissertação, de maneira crítica. Por hora, aproveitaremos os passos tomados na discussão de Ruffino para tentarmos estabelecer a resposta para duas questões. Primeiro, que tipo de teoria leva maior vantagem em explicar o fenômeno da

indexicalidade? E, além disso, que teoria explica melhor o fenômeno da dinâmica dos pensamentos? Talvez a resposta não seja a mesma para as duas questões.

Fazendo uma leitura de “O Pensamento”, a visão de Frege sobre os termos indexicais é a de que eles adquirem um novo sentido a cada contexto de uso. Ou seja, no caso dos indexicais, a cada novo contexto há uma nova maneira de sermos cognitivamente apresentados a mesma referência. Esta visão é ilustrada em um famoso trecho de “O Pensamento”, ao qual retornaremos mais tarde:

Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra “hoje”, terá que substituir esta palavra por “ontem”. Embora *o pensamento seja o mesmo*, sua expressão verbal tem que ser diferente, para que seja compensada a mudança do sentido que, de outro modo, ocorreria devido à diferença de tempo do proferimento. Dá-se o mesmo com palavras como “aqui” e “ali”. Em todos estes casos, o mero enunciado verbal, aquilo que pode ser fixado no papel, não é a expressão completa do pensamento. Necessita-se, ainda, para uma correta apreensão do pensamento, do conhecimento de certas circunstâncias que acompanham o proferimento e que servem para expressar o pensamento. Isto pode incluir também a ação de apontar com o dedo, gestos, olhares.⁴⁴

Indexicais e demonstrativos são expressões alienígenas ao sistema lógico que Frege buscava desenvolver – eles simplesmente não têm espaço em sua lógica por não possuírem sentidos constantes. Um sentido constante não poderia por si só determinar a referência de termos-tipo cujas ocorrências determinam referências que variam conforme varia o contexto – como é justamente o caso de termos indexicais e demonstrativos. Se em uma determinada segunda-feira eu afirmo “Hoje está um bom dia”, para reiterar minha afirmação no dia seguinte, eu diria: “Ontem estava um bom dia”. Em termos fregeanos, supõe-se que apesar da mudança na expressão linguística, a reiteração de um enunciado deste tipo tem o mesmo sentido do enunciado original. Assim, em uma teoria de cunho fregeano, a minha ocorrência de “Hoje está um bom dia” *deve* expressar o mesmo sentido (o mesmo pensamento) que a posterior ocorrência de “Ontem estava um bom dia”, embora elas sejam ocorrências de tipos que não são sinônimos. O que Frege defende no caso dos indexicais parece ser que o portador de sentido e referência é um composto de uma expressão-tipo e aspectos (ou pelo menos um aspecto) do contexto (como por exemplo, um intervalo temporal).⁴⁵

⁴⁴ Grifo nosso. FREGE, G. 1918, p. 19.

⁴⁵ Cf. SAINSBURY, R. M. 2002, principalmente pp. 125-126.

Como já comentou Ruffino, na opinião de Kaplan e Perry, a proposta fregeana de explicação dos indexicais falha em explicar a compreensão que todos parecemos compartilhar desse tipo de termo, pois intuitivamente há algum tipo de significado fixo para eles. Ambos os filósofos de fato chegam a essa conclusão, embora sejam diferentes os caminhos pelos quais eles o fazem. Analisaremos alguns de seus argumentos a seguir. Depois comentaremos mais uma vez a tese fregeana com o objetivo de discutir brevemente as críticas de Kaplan e Perry a visão de Frege acerca da indexicalidade.

É comum enquadrar Kaplan (e Perry junto a ele) no grupo dos teóricos que defendem a tese da referência direta, a qual tem fortes influências da concepção russelliana de proposição. No entanto, mesmo as teorias mais recentes da chamada referência direta têm bastante influência de Frege. Kaplan, por exemplo, constrói uma teoria semântica substituindo a dicotomia fregeana entre sentido e referência pelos termos *caráter* (*character*) e *conteúdo* (*content*). O novo binômio tem funções similares às daquelas da versão fregeana, mas é diferente em aspectos chave, como veremos.

Resumidamente, o caráter de um indexical é uma função que assinala um conteúdo (um indivíduo ou um objeto) para cada contexto. É interessante notar como o contexto desempenha um papel central na visão de Kaplan. O caráter de um termo/expressão determina a referência em um dado contexto e ainda serviria como uma explicação do valor cognitivo (mais sobre este ponto a seguir). Nomes próprios têm *caracteres* constantes (no sentido de que os caracteres de nomes próprios são funções constantes), que associam a mesma extensão a todo contexto no qual eles aparecem. A contribuição semântica que um indexical faz à proposição na qual ele aparece é a extensão que aquele indexical seleciona em cada contexto específico. Este é um quadro no qual a visão de proposição dominante é de natureza russelliana. Isso porque o conteúdo de um termo singular é o seu referente, e o conteúdo de uma sentença (a proposição ou o pensamento expresso) é diretamente constituído do referente.

Em “Demonstratives”, Kaplan diz ter começado suas investigações questionando o que significa dizer “Ele é suspeito” ao apontar para um indivíduo. O pronome usado é nesse sentido um demonstrativo, pois o ato de apontar é a demonstração necessária associada ao pronome. A rigor, expressões como “eu”, “agora” ou “aqui” não são demonstrativos da mesma forma. O que há de comum a

essas expressões é que seus referentes dependem do contexto de uso – a ideia é que a expressão fornece certas regras que determinam o referente em termos de certos aspectos do contexto. Uma importante diferença traçada por Kaplan entre os assim por ele chamados “verdadeiros demonstrativos” e os indexicais é que a estes últimos não é necessário que seja associada uma demonstração, a não ser por motivo de ênfase. É o caso da expressão “hoje”, por exemplo.

Kaplan formula sua tese a partir de dois princípios. De acordo com o primeiro princípio, o referente de um indexical puro depende do contexto, e o referente de um demonstrativo depende da demonstração associada. De acordo com o segundo princípio, indexicais (tanto puros quanto demonstrativos) se referem diretamente (ou seja, sem intermédio de um sentido fregeano ou aparato similar).

Kaplan discute ainda brevemente a noção de designação rígida desenvolvida por Kripke, por já ter usado o termo “designador rígido” em conexão com indexicais. De acordo com Kripke, designadores rígidos são expressões que se referem a mesma coisa em todos os mundos possíveis nos quais tal coisa existe e que não se referem a nada em outro lugar. Para Kaplan, uma expressão é diretamente referencial se uma vez determinado seu referente, este é fixo para todas as situações possíveis – seu referente é o componente proposicional. Ele chama a atenção ainda para o fato de que um termo diretamente referencial pode designar objetos diferentes em contextos diversos, mas ao se avaliar o que é dito em um determinado contexto (como ao se postular situações contrafactuais do mesmo contexto), um único objeto é relevante para se avaliar todas as circunstâncias.

É interessante perceber a influência tanto de Russell quando de Frege na teoria de Kaplan, embora a influência do primeiro pareça predominar em muitos aspectos. Kaplan considera que nomes próprios, indexicais e o que ele chama de termos “dthat”⁴⁶ se referem diretamente, sem intermédio de algo como um sentido fregeano. Mas ele nos diz que em cada um desses casos a relevância semântica de um significado descritivo varia. Nomes próprios não possuem um significado

⁴⁶ O operador “dthat” é introduzido por Kaplan para ser usado para transformar uma descrição ou qualquer tipo de termo singular em um termo singular diretamente referencial. Em “Demonstratives”, Kaplan escreve exclusivamente deste operador especial nas pp. 521 e 522, e dedica um artigo exclusivamente para ele. Cf. KAPLAN, D. (1978) “Dthat” In: *Syntax and Semantics* (Vol. 9: Pragmatics). Ed.: P. Cole. New York: Academic Press, pp. 221-243.

descritivo semanticamente relevante. Por outro lado, Kaplan afirma que indexicais “podem ter um tipo limitado de significado descritivo específico relevante para os aspectos de um contexto de uso”.⁴⁷ Ele diz ainda que o que seria para Frege o sentido de um indexical, seu significado descritivo “é relevante somente para determinar um referente em um contexto de uso e não para determinar um individual relevante em uma circunstância de avaliação”.⁴⁸ E que termos “dthat” podem ter sentidos fregeanos completos associados com eles, mas ele lembra que nenhum desses significados descritivos (nada que pareça um sentido fregeano) entra como parte do conteúdo proposicional. Kaplan defenderá uma tese fregeana segundo a qual proposições são compostas de sentidos apenas no caso de proposições gerais.

Depois de buscar estabelecer os dois princípios de sua teoria sobre a indexicalidade (aos quais chamamos atenção acima), Kaplan vai de fato apresentar suas ferramentas para lidar com indexicais a partir da seção VI de “Demonstratives”. Ele então apresenta primeiro e de uma só vez as noções de conteúdo e circunstância. O conteúdo de uma sentença é *o que é dito*, nas palavras do próprio Kaplan. Corresponde ao que Frege chamou de pensamento, mas é sempre avaliado em relação a um determinado contexto, ou em relação às circunstâncias de uso.⁴⁹ A noção de conteúdo é aplicada tanto para sentenças quanto para termos subsentenciais, e Kaplan argumenta que o resultado da avaliação do conteúdo de uma sentença em um determinado contexto será um valor de verdade, e o resultado da avaliação do conteúdo de um termo singular em um determinado contexto será um objeto.⁵⁰

Caracteres são apresentados como um segundo componente do significado de sentenças e componentes subsentenciais, e deve servir para determinar o conteúdo em contextos diversos. Kaplan escreve sobre caracteres que “é conveniente representar caracteres por funções de possíveis contextos para

⁴⁷ KAPLAN, D. 1988a, p. 497. No original: “[...] may have a limited kind of specific descriptive meaning relevant to the features of a context of use”.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 498. No original: “[...] is relevant only to determining a referent in a context of use and not to determining a relevant individual in a circumstance of evaluation”.

⁴⁹ Não entraremos aqui em detalhes da discussão acerca de contextos e circunstâncias.

⁵⁰ *Ibidem*.

conteúdos”.⁵¹ E a seguinte passagem resume bem a visão kaplaneana sobre indexicalidade:

Indexicais têm um caráter sensível ao contexto. É característico de um indexical que seu conteúdo varie com o contexto. Não-indexicais têm um caráter fixo. O mesmo conteúdo é invocado em todos os contextos. Este conteúdo será tipicamente sensível às circunstâncias, ou seja, os não-indexicais tipicamente não são designadores rígidos, mas variarão em extensão de circunstância para circunstância. Sentenças eternas são geralmente bons exemplos de expressões com um caráter fixo.⁵²

A crítica de Kaplan a tese fregeana sobre a indexicalidade se dá da seguinte forma. De acordo com a tese de Frege, o sentido de um demonstrativo é um constituinte da proposição que é expressa pela sentença na qual tal demonstrativo aparece. Kaplan se distancia da tese fregeana neste ponto, já que para ele o que seria o sentido fregeano de um demonstrativo passa a estar no caráter deste, e o caráter de um demonstrativo não varia de contexto para contexto. Como Kaplan defende que o significado é dividido em caráter e conteúdo, o conteúdo aqui corresponde ao que ele chama de *demonstratum* (aquilo que é demonstrado pela expressão demonstrativa). Segue-se que o constituinte que um demonstrativo contribui para a expressão de uma proposição não é um sentido nos termos fregeanos, mas o objeto demonstrado.⁵³

Como já apontado por Ruffino,⁵⁴ Perry tem uma tese muito similar a de Kaplan. Aquilo que Perry chama de *papel* de uma expressão é o equivalente da noção kaplaneana de *caráter*. No caso de Perry, o papel de um indexical é uma regra semântica que determina para cada contexto o conteúdo do indexical. O papel semântico de “eu” é desempenhado por quem quer que seja que fale uma sentença com esse pronome em um contexto específico. O papel semântico de “agora” é desempenhado pelo intervalo temporal no qual a sentença é proferida em um determinado contexto. O papel semântico de “aqui” é desempenhado pelo

⁵¹ *Ibidem*, p. 505. No original: “it is convenient to represent characters by functions from possible contexts to contents”.

⁵² *Ibidem*, p. 506. No original: “Indexicals have a context-sensitive character. It is characteristic of an indexical that its content varies with context. Nonindexicals have a fixed character. The same content is invoked in all contexts. This content will typically be sensitive to circumstances, that is, the nonindexicals are typically not rigid designators but will vary in extension from circumstance to circumstance. Eternal sentences are generally good examples of expressions with a fixed character.” *Sentenças eternas* são aquelas que expressam *pensamentos eternos*, sobre os quais falamos durante este trabalho.

⁵³ Cf. *Ibidem*, pp. 514-517.

⁵⁴ RUFFINO, M. 2007, principalmente p. 222.

lugar no qual a sentença é produzida em um determinado contexto. E assim por diante. Indexicais são *token reflexive* porque para que haja completo entendimento de um indexical, deve haver conhecimento do contexto no qual ele é empregado. A compreensão de um indexical se dá então, na visão de Perry, porque nós, (enquanto falantes competentes da língua) compreendemos o *papel (role)* associado com o indexical, que é desempenhado nos mais diversos contextos por pessoas, lugares, tempos, etc.

Perry já chama atenção para a dificuldade imposta por indexicais e demonstrativos na filosofia da linguagem de Frege em seu artigo de 1977 “Frege on Demonstratives”. A defesa por parte de Frege de que o pronome na primeira pessoa carrega um sentido incomunicável está na direção oposta de sua explicação de que sentidos são objetivos e publicamente acessíveis. Perry examina o problema imposto para a filosofia fregeana pela indexicalidade de certas expressões, e tenta mostrar que pelo menos três possíveis soluções para o problema no sistema de Frege não são satisfatórias. Perry termina por esboçar uma alternativa a teoria fregeana.

Perry primeiro analisa a noção fregeana de sentido. Ele argumenta que logo no início de “Sobre o Sentido e a Referência”, podemos derivar o seguinte simples critério de diferença de sentidos: *Se S e S' têm valores cognitivos diversos, então S e S' têm sentidos diferentes*. Perry assume uma interpretação de Dummett de que sentidos fregeanos são o que sabemos quando entendemos a expressão linguística que o expressa, e o que sabemos é um procedimento ideal para o estabelecimento da referência de tal expressão (seja esta um objeto ou um valor de verdade).

Então, ao analisar brevemente a noção de pensamento, Perry deriva da caracterização de Frege desta noção o seguinte simples critério de diferença de pensamentos fregeanos: *Se S e S' têm valores de verdade diferentes, S e S' expressam pensamentos diferentes*. Perry deriva ainda um terceiro critério do texto fregeano ao fazer uma análise do tema da referência indireta. O terceiro critério que ele apresenta é o seguinte: *Se “A crê que S” é verdadeiro, e “A crê que S'” é falso, então S e S' não têm a mesma referência indireta*. Como Frege identifica o sentido de uma sentença tanto com o pensamento por ela expresso quanto com sua referência indireta, Perry deriva mais um princípio da teoria fregeana que unifica estas três noções: *S e S' têm sentidos diferentes se, e somente*

se, S e S' expressam pensamentos diferentes e se, e somente se, S e S' têm referências indiretas diferentes.

Perry também chama atenção para a tese fregeana que permite que seja híbrida a classe de “completadores de sentido” (*sense completers*), como ele os chama, sendo esta formada tanto de sentidos completos quanto de sentidos incompletos (ou seja, sentidos de objetos e sentidos de funções). Em outras palavras, Frege permite que possamos “saturar” uma função com outra função. Assim, o sentido da primeira função é completado pelo sentido de outra função, sendo ambos os sentidos incompletos, tais como as funções às quais eles se ligam. A noção de completadores de sentido é importante para a distinção que Perry faz do sentido que determinada expressão tem e do sentido que ela expressa (*sense had and sense expressed*). Essa distinção é baseada na tese de Frege de que nem toda sentença expressa um pensamento. Fatores pragmáticos e em geral o contexto do uso da sentença são necessários para completar seu sentido e fazer com que ela expresse de fato um pensamento completo. Assim, Perry argumenta que para Frege embora uma sentença como “Forças norte coreanas invadiram a Coréia do Sul” tenha um sentido, ela não tem um sentido completo e, portanto, não expressa um pensamento até ser de fato expressa em um determinado contexto. Como o próprio Perry coloca, o sentido que ela tem é incompleto. O sentido que ela expressa em uma determinada situação resulta de se completar esse sentido. A partir desta interpretação de Frege, Perry explica como se dá o problema dos indexicais e demonstrativos para a filosofia da linguagem fregeana.

O termo “hoje” tal como aparece em “Hoje forças norte coreanas invadiram a Coréia do Sul” deveria nos fornecer o “completador de sentido” necessário para termos um sentido completo, e assim, a expressão de um pensamento com a referida sentença. No entanto, de acordo com Frege, supostamente isso não acontece. A sentença “Hoje forças norte coreanas invadiram a Coréia do Sul” por si só não expressa um pensamento até que seja pronunciada ou asserida dentro de um determinado contexto. Quando foi asserida no dia 25 de junho de 1950 (como de fato foi, ao redor do mundo), ela expressou um pensamento verdadeiro, se tivesse sido asserida no dia 25 de março de 2012, teria expressado um pensamento (felizmente) falso. Perry conclui que para Frege essa sentença ainda não tem um sentido completo, mesmo com o uso da indicação temporal por um indexical. Mas ele atenta para um interessante fato: “o que sabemos quando entendemos como

usar ‘hoje’ não parece mudar de um dia para o outro”.⁵⁵ Isso é o que ele chama de *papel* (*role*) do indexical. Ele continua por elucidar esta noção: o papel de um termo funciona como uma regra que nos leva de um contexto (a ocasião no qual ele é enunciado) para um objeto.

“Hoje” nos leva ao dia mesmo da enunciação, “ontem” ao dia antes do dia da enunciação, “eu” ao falante, e assim por diante. Chamarei isto de o “papel” do demonstrativo.⁵⁶

E ainda argumenta que não há nenhuma noção como esta de “papel” na semântica fregeana. Supostamente, os sentidos fregeanos nos levam diretamente para a referência (que é sempre a mesma), Perry nos diz, não de um contexto para a referência. É neste ponto que Perry anuncia o que ele entende como sendo o grande problema imposto por indexicais e demonstrativos para a filosofia de Frege. Indexicais e demonstrativos não fornecem um “sentido completador” (que seria o ideal), pois: 1. O sentido fregeano destas expressões muda a cada contexto de uso; e 2. Os elementos destes contextos não são sentidos e por isso não poderiam compor um pensamento.

No fim, o principal motivo dado por Ruffino em seu texto para considerar (mesmo que de certa forma implicitamente) a teoria de Frege mais vantajosa que suas concorrentes da linha russelliana é que a teoria fregeana consegue de forma mais simples e elegante unificar uma teoria semântica com uma teoria epistêmica. Ademais, para Ruffino, a teoria de Frege ainda teria a vantagem de eliminar completamente o problema da dinâmica cognitiva (se considerarmos esta uma vantagem). Ruffino explica que na verdade, na teoria fregeana dos pensamentos só haveria espaço para pensamentos eternos. Este é como um princípio para sua notação lógica. Em suas palavras:

É apenas quando abandonamos este princípio e postulamos as duas dimensões, caráter e proposição (e reconhecemos que nem sempre elas andam juntas) que precisamos de uma explicação adicional para a continuidade da crença.⁵⁷

⁵⁵ PERRY, J. 1977, p. 479. No original: “[...] what we know when we understand how to use “today” doesn’t seem to change from day to day.”

⁵⁶ *Ibidem*. No original: “‘Today’ takes us to the very day of utterance, ‘yesterday’ to the day before the day of utterance, ‘I’ to the speaker, and so forth. I shall call this the role of the demonstrative.”

⁵⁷ RUFFINO, M. 2007, pp. 227-228. No original: “It is only when we abandon this principle and postulate the two dimensions, character and proposition (and recognize that they do not always go together) that we need an additional explanation for the continuity of belief.”

Obviamente, dada a natureza do objetivo do principal projeto de Frege, o projeto logicista, o foco de sua atenção eram pensamentos eternos (não-indexicais). Ruffino parece estar certo em interpretar Frege dessa forma. Realmente, indexicais não têm lugar na linguagem da *Begriffsschrift*. Bem como não têm lugar mais de um sentido para cada termo ou termos sem referência. A questão é que esses fenômenos acontecem na linguagem natural. E quando Frege fala da linguagem comum, desejamos que suas teses possam ser generalizadas e de fato aplicadas em uma análise da linguagem, já que elas parecem tão intuitivas e elegantes. Então, quando ele fala de sentido e referência, e quando em “O Pensamento”, Frege aponta para uma solução do problema da dinâmica cognitiva,⁵⁸ deveríamos ser capazes de explicar os funcionamentos da linguagem com o que ele nos deixou – de fato, isso acontece, mas não sem custos. Por exemplo, temos problemas em fornecer um critério de identidade para pensamentos fregeanos que funcione com o passar do tempo. Mas aparentemente esses problemas podem ser contornados. Além disso, como veremos na subseção seguinte, é possível conceber pensamentos russellianos dentro de um quadro teórico fregeano, o que pode ser promissor para uma tentativa de resposta para o fenômeno da dinâmica de pensamentos no escopo de uma teoria fregeana.

O ponto aqui é o seguinte: Frege teve algo interessante a dizer sobre a indexicalidade. Mesmo que para ele a indexicalidade fosse, em última instância, uma característica típica das linguagens naturais, que de um ponto de vista lógico representa uma imperfeição a qual deve ser evitada em linguagens construídas para uso científico. Voltemos a mais uma passagem na qual Frege fala sobre indexicais. Em um fragmento póstumo de 1987 (intitulado simplesmente “Logic”), Frege escreve o seguinte:

Uma sentença como “Eu estou com frio” pode parecer ser um contra-exemplo para a nossa tese de que um pensamento é independente da pessoa que o pensa, na medida em que ele pode ser verdadeiro para uma pessoa e falso para outra, e dessa forma não verdadeiro por si só. A razão para isso é que a sentença expressa um pensamento diferente na boca de uma pessoa do que ele expressa na boca de outra.

⁵⁸ Vale ressaltar que a solução fregeana consiste em *eliminar* o problema da dinâmica cognitiva. Cabe questionarmos se uma solução desse tipo tem o mesmo valor que uma solução que explica o fenômeno sem aboli-lo. Parece que depende de cada caso. Com relação à dinâmica cognitiva especificamente, à primeira vista eliminar completamente o problema não parece ser a melhor saída, já que intuitivamente parece ser verdade que nosso conhecimento e nossos pensamentos estão sujeitos a certa dinâmica, podendo persistir ou mudarem com o tempo. Neste caso, uma solução para o problema da dinâmica cognitiva em linhas estritamente fregeanas não nos pareceria a mais adequada. Talvez uma proposta neo-fregeana seja mais apropriada, como veremos.

Neste caso as meras palavras não contém o sentido inteiro: temos que adicionalmente levar em conta quem as enuncia. Há muitos casos como este nos quais a palavra falada tem que ser suplementada pelo gesto e expressão do falante, e pelas circunstâncias que a acompanham. A palavra “eu” simplesmente designa uma pessoa diferente nas bocas de diferentes pessoas.⁵⁹

Ele diz ainda, no mesmo texto, que:

Palavras como “aqui” e “agora” apenas adquirem seus sentidos completos através das circunstâncias nas quais elas são usadas. Se alguém diz “está chovendo” o tempo e o lugar da enunciação devem ser supridos. Se tal sentença é escrita, frequentemente ela não tem mais um sentido completo porque não há nada para indicar quem a enunciou, e onde e quando.⁶⁰

De fato, trechos como este (e como aquele já comentado em “O Pensamento”) se repetem em vários escritos de Frege. Vejamos ainda outro trecho no qual Frege fala sobre indexicais, também de um fragmento póstumo, desta vez de 1914 (chamado “Logic in Mathematics”):

É claro que eu posso usar as palavras “este homem” para designar agora este homem, agora aquele homem. Mas ainda assim em casa ocasião eu quero que elas designem apenas um homem. As sentenças de nossa linguagem do dia-a-dia deixam bastante para um trabalho de adivinhação. São as circunstâncias circundantes que nos permitem adivinhar corretamente. A sentença que eu enuncio nem sempre contém tudo o que é necessário; muito tem que ser suprido pelo contexto, pelos gestos que eu faço e pela direção de meus olhos. Mas uma linguagem que é destinada para o emprego científico não deve deixar nada para um trabalho de adivinhação.⁶¹

⁵⁹ FREGE, G. 1897, p. 134. Na versão original utilizada, em inglês: “A sentence like ‘I am cold’ may seem to be a counter-example to our theses that a thought is independent of the person thinking it, in so far as it can be true for one person and false for another, and thus not true in itself. The reason for this is that the sentence expresses a different thought in the mouth of one person from what it expresses in the mouth of another. In this case the mere words do not contain the entire sense: we have in addition to take into account who utters it. There are many cases like this in which the spoken word has to be supplemented by the speaker’s gesture and expression, and the accompanying circumstances. The word ‘I’ simply designates a different person in the mouths of different people”.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 135. No original, em inglês: “Words like ‘here’ and ‘now’ only acquire their full sense through the circumstances in which they are used. If someone says ‘it is raining’ the time and place of the utterance has to be supplied. If such a sentence is written down it often no longer has a complete sense because there is nothing to indicate who uttered it, and where and when.”

⁶¹ FREGE, G. 1914, p. 213. No original, em inglês: “Of course I can use the words ‘this man’ to designate now this man, now that man. But still on each occasion I mean them to designate just one man. The sentences of our everyday language leave a good deal to guesswork. It is the surrounding circumstances that enable us to make the right guess. The sentence I utter does not always contain everything that is necessary; a great deal has to be supplied by the context, by the gestures I make and the direction of my eyes. But a language that is intended for scientific employment must not leave anything to guesswork.”

Estas passagens e muitas outras sugerem que para Frege o contexto de uma enunciação contendo uma expressão indexical pode desempenhar o que podemos chamar de um *papel simbólico* para a expressão do pensamento em questão, contribuindo com esse papel para a expressão do pensamento. Como no exemplo utilizado por Frege, um enunciado como “Está chovendo” só expressa um pensamento se estiver acompanhado tanto do tempo mesmo quanto do lugar mesmo da enunciação. Filósofos como Künne, além de Mulligand e Smith sugerem que em suas críticas, Kaplan e Perry não deram a devida atenção a esta forma de interpretar a visão fregeana sobre os indexicais.⁶² De acordo com esta interpretação não-padrão de Frege, a completa expressão de um pensamento indexical consistiria em uma união entre elementos linguísticos e elementos da realidade não-linguística.⁶³ Note que a expressão de um pensamento não é o mesmo que o pensamento expresso, o que parece ainda nos deixar com pensamentos incompletos quando eles são expressos através de termos indexicais.

1.3.1.

Pensamentos fregeanos dependentes de objetos

Dedicamos esta subseção a tratar da interessante e original interpretação dada de Frege por Evans. Esta reinterpretação evansiana de Frege é de nosso interesse por dois motivos principais. Primeiro, ela nos fornece um interessante exemplo de como é possível haver um meio-termo entre uma teoria de cunho fregeano e uma teoria de cunho russelliano. Além disso, ela desempenha um papel importante na explicação de Evans sobre o fenômeno da dinâmica cognitiva, que busca fornecer uma explicação de inspiração fregeana ao fenômeno, como discutiremos no capítulo subsequente.

Evans dedica o primeiro capítulo de *Varieties of Reference* a Frege, reservando o segundo capítulo de seu livro a uma análise de alguns aspectos da filosofia de Russell. Antes de tudo, é importante manter em mente que ao escrever no início de seu livro sobre Frege (bem como sobre Russell), Evans está de fato claramente nos fornecendo uma interpretação neo-fregeana da filosofia de Frege.

⁶² Dokic já chamou atenção para esta interpretação em DOKIC, J. 2012. Cf. também: KÜNNE, W. (1992) “Hybrid Proper Names”. In: *Mind*, 101, pp. 721-31. E ainda: MULLIGAN, K.; SMITH, B. (1986) “A Husserlian Theory of Indexicality”. In: *Grazer Philosophische Studien*, 28, pp. 133-163.

⁶³ KÜNNE, W. (1992) “Hybrid Proper Names”. In: *Mind*, 101, pp. 721-31.

É aparente que na interpretação de Evans é a noção de referência (*Bedeutung*)⁶⁴ que ocupa o papel mais importante na teoria de Frege. De fato, Evans defende que a noção de sentido é dependente daquela de referência – na visão evansiana a primazia é da referência sobre o sentido.

Evans se mostra ciente dos objetivos limitados que tinham as investigações de Frege acerca da linguagem e de seu funcionamento. Sabe-se que o grande objetivo de Frege era a construção de uma linguagem lógica apropriada para ser usada como ferramenta no seu projeto de fundamentação da aritmética. Como aponta Evans,⁶⁵ Frege analisa tão somente um fragmento da linguagem, que deixa de fora diversas características e peculiaridades que a linguagem do dia-a-dia apresenta. Evans faz questão de apontar ainda para a existência de uma já comentada divisão no trabalho de Frege, entre um período antes da distinção entre sentido e referência e o período posterior, que se dá de maneira completa depois da publicação de “Sobre o Sentido e a Referência”.⁶⁶ Antes deste famoso texto, Frege dispunha apenas da noção de referência.⁶⁷ O interessante e inovador na visão de Evans é que este defende que tanto antes quanto depois da introdução da noção de sentido, Frege teria sustentado que termos singulares (*Eigennamen*) não poderiam ser vazios para que tivessem *significância*. Analisaremos essa questão mais a fundo a seguir nesta seção.

⁶⁴ Utilizaremos sempre o termo "referência", embora Evans preferira utilizar o termo "Significado", ou no original "Meaning", para falar do que em português mais comumente chamamos de referência. De fato, a tradução de "Bedeutung" por "significado" é mais fiel ao termo alemão original, embora "referência" pareça captar melhor a intenção de Frege ao utilizar este termo. Evans utiliza Significado escrito com a primeira letra maiúscula, a exemplo do uso do termo em alemão, no qual substantivos são escritos desse modo. De qualquer forma, obviamente Sinn e Bedeutung são termos técnicos pra Frege, e seu uso a rigor não corresponde àquele da linguagem comum, para a qual eles são praticamente sinônimos. De fato, é esta a razão da preferência de muitos comentadores de Frege de utilizarem as palavras alemãs originais, mesmo ao fazerem seus comentários em outra língua que não o alemão.

⁶⁵ EVANS, G. 1982, p. 7.

⁶⁶ A introdução da famosa distinção fregeana foi motivada certamente pela tentativa de Frege de aperfeiçoar sua notação lógica para o projeto logicista.

⁶⁷ O que o levou a enfrentar problemas, por exemplo, em sua *Conceitografia* com a conciliação de seu critério de identidade do conteúdo conceitual de sentenças (ou juízos) com seu critério de identidade do conteúdo conceitual de termos singulares. O primeiro, que é apresentado no parágrafo 3 da *Conceitografia*, era um critério intensional e levava em conta o valor informativo das proposições. O segundo é apresentado no parágrafo 8 e tinha um caráter extensional, levando em conta a identidade dos objetos denotados pelos nomes próprios. Os dois critérios combinados resultam em certos paradoxos. Um exemplo de potencial problema é aquele apresentado por Frege no início de “Sobre o Sentido e a Referência”. De acordo com o critério apresentado no parágrafo 8 da *Conceitografia*, todas as sentenças de identidade como “A estrela matutina é a estrela vespertina” e “A estrela matutina é a estrela matutina” expressam o mesmo conteúdo conceitual. Em “Sobre o Sentido e a Referência”, Frege já não concordaria mais com isso.

A principal preocupação de Evans ao fazer uma análise crítica dessa tese fregeana é com a noção de sentido. Como já sabemos, esta noção é especialmente importante ao tratarmos da noção de pensamento, que para Frege são os sentidos das sentenças. Evans questiona se Frege conseguiu de fato conciliar sua aclamada distinção em suas investigações semânticas como um todo. Mas Evans opta por iniciar de fato sua análise com a noção de Frege de referência.

Evans faz uso de uma terminologia um tanto peculiar. Ele fala com frequência de *significância*. Mas também se utiliza de termos mais técnicos e com sentidos melhor estabelecidos, como *poder semântico* e *valor semântico*. Evans declara que Frege começou com “[...] a ideia de que a significância de uma sentença completa consistia em ser ela verdadeira ou falsa”.⁶⁸ Não parece tão claro, pelo menos a princípio, o que Evans quer dizer com significância, que pode ser um termo não-técnico, de certa maneira pré-filosófico, e que talvez possa ser interpretado na passagem acima, por exemplo, como *importância* ou *relevância*. Em outro momento do texto,⁶⁹ Evans diz que a *significância* de uma sentença completa é *ser* algo possível de ser usada para fazer uma asserção.

Evans define poder semântico como “o poder [de um termo] de afetar o valor de verdade das sentenças nas quais ele ocorre”.⁷⁰ Fala ainda que se trata do poder de ligação que tem a linguagem com o mundo. No caso de um termo singular, como um nome próprio, trata-se do poder que ele tem de se referir a um objeto no mundo. Ao falar de referência (*Bedeutung*) na teoria fregeana, Evans aponta que Frege *não* foi forçado pela concepção de poder semântico a associar o valor semântico de um termo com o seu referente no mundo. Evans parece então introduzir aqui uma proposta de diferenciação entre a referência de um termo e seu valor semântico, de modo que termos sem referência, ou vazios, continuam possuindo valor semântico, como nossa intuição mais básica enquanto falantes de uma língua sugere. Evans afirma sobre essa questão que “a vontade posterior de Frege de atribuir sentido a termos sem valor semântico é apenas dubiamente coerente”.⁷¹

⁶⁸ EVANS, G. 1982, p. 8. No original: “[...] the idea that the significance of a complete sentence consisted in its being true or false”.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 10.

⁷⁰ *Ibidem*. No original, em inglês: “[...] the power to affect the truth-value of the sentences in which it occurs”.

⁷¹ *Ibidem*, p. 9. No original, em inglês: “Frege’s later willingness to ascribe sense to terms with no semantic value is only dubiously coherent”.

Neste ponto Evans já faz uma introdução de sua principal crítica a Frege. Ele entende que a consequência da tese fregeana de identificação do valor semântico de um termo com seu referente é que todos os termos sem referência real não teriam tampouco valor semântico (e, portanto, nem poder semântico – pois não haveria nada para conectar com a realidade). Para Evans, tal consequência é inaceitável.

Ao atribuir sentido tanto àquelas expressões com referência quanto aos termos vazios, Frege encontra uma saída para esse tipo de fenômeno linguístico dos termos vazios. Mas sua motivação inicial para a criação da noção de sentido, como já vimos, não foi a de encontrar um meio através do qual lidar com os termos singulares vazios, e em seu texto o próprio Evans chama atenção para esse fato. A preocupação de Frege é, antes, de natureza epistemológica: ele procura um mecanismo para entender como algumas sentenças que expressam identidade (formadas por pares de termos singulares com a mesma referência) são informativas e outras não. Além disso, como também já foi comentado acima, a introdução da noção de sentido resolve alguns problemas em sua linguagem notacional.

A crítica evansiana a Frege começa de fato quando ele encontra e analisa o que ele chama de dois problemas radicais na proposta de Frege de tratamento dos nomes próprios e expressões conceituais. Em *The Varieties of Reference* tal tratamento é apresentado da seguinte maneira:

O Nome Próprio ‘John’ tem o papel de introduzir um objeto, o qual deve ser o argumento da função introduzida pela expressão-conceitual ‘ξ é sábio’ – uma função que mapeia todos e somente objetos sábios sob o valor Verdadeiro.⁷²

A primeira consequência problemática é que se o nome próprio não tem referência, ou seja, se o nome falha ao indicar um objeto, então nas sentenças nas quais esse nome ocorre não há contribuição como argumento para a função que corresponde à expressão conceitual. A segunda consequência parece ainda mais séria e está ligada com a questão da vagueza dos conceitos. Da mesma forma que um nome pode não apontar para nenhum objeto, uma expressão conceitual pode

⁷² *Ibidem*, p. 10. No original, em inglês: “The Proper Name ‘John’ has the role of introducing an object, which is to be the argument to the function introduced by the concept-expression ‘ξ is wise’ – a function which maps all and only wise objects on to the value True.”

não apontar para nenhuma função definida: pois se tal expressão tiver uma função que não seja bem determinada, então ela também não tem referência. Dificilmente se tem um conceito ou mesmo um objeto com fronteiras rígidas.

Evans cita referências textuais de Frege para mostrar que antes da criação da distinção entre sentido e referência, Frege defendeu uma visão de termos singulares que os tinha como dependentes de objetos, com a consequência de que uma sentença contendo um nome vazio na verdade não expressaria um pensamento (neste sentido, Frege de fato sustentou uma visão similar àquela da teoria da referência direta).

É possível definir uma proposição dependente de objeto da seguinte forma: sendo a proposição p uma proposição singular acerca de um determinado objeto a , p é uma proposição dependente de objeto caso seja possível que a não exista e, no entanto, sua existência seja um requisito metafísico para que alguém seja capaz de pensar p . Caso o objeto em questão não exista, ou a proposição p tampouco existe como uma proposição de fato (poderíamos falar nesse contexto de “pseudoproposições”), ou ela não pode ser pensada.

Nesse ponto, Evans usa pela primeira vez a expressão “termo singular russelliano”, justamente para falar de “um termo singular cuja significância depende de ele ter um referente”.⁷³ Evans aponta ainda que a criação da distinção entre sentido e referência não teve como motivação dar conta de nomes vazios de referentes, o objetivo, como sabemos, era dar conta da diferença de valor epistemológico de sentenças expressando identidade. Ainda assim, para Evans a distinção fregeana é uma tentativa de dar conta também do fenômeno dos nomes vazios de referente. A crítica de Evans consiste em apontar para a aparente inconsistência que existe em se atribuir sentido a nomes sem referência, já que nos termos de Frege entendemos sentidos como “modos de apresentação da referência”.

Antes de continuar com sua crítica, Evans procura deixar claro seu entendimento da noção de sentido. E vale ressaltar que a compreensão por parte de Evans da noção de sentido é bastante original. Seu objetivo, ele diz, é entender as metáforas das quais Frege se utiliza para explicar a noção de sentido de uma forma menos literal, buscando formular explicações não metafóricas. Em uma

⁷³ *Ibidem*, p. 12. No original, em inglês: “a singular term whose significance depends upon its having a referent”.

interpretação de tendência evidentemente mentalista, Evans propõe que entendamos sentido como uma maneira particular de *pensar* em um objeto.

Em seu artigo “Evans’s Frege”, McDowell insiste que segundo a interpretação evansiana de Frege, nada na ideia de entender sentido fregeano como uma “maneira particular de pensar em um objeto” exclui que ele seja dependente da existência do objeto em questão.

Evans insiste que Frege não formulou uma definição precisa da sua noção de sentido, mas falando deste como “modo de apresentação”, ou como, segundo a interpretação evansiana, “maneira particular de pensar em um objeto”, Frege teria se aproximado perigosamente de uma psicologia das atitudes proposicionais. Segundo Evans, Frege realmente precisava disso para poder explicar como alguns enunciados de identidade podem ser cognitivamente relevantes e outros não. De fato, como McDowell já atentou em seu texto “Evans’s Frege”, é possível que se entenda os pensamentos como os conteúdos possíveis de atitudes proposicionais. E de acordo com Evans, uma ferramenta que deve ser usada para diferenciá-los é o que ele chamou de “critério intuitivo de diferença de pensamentos” – o critério cognitivo utilizado por Frege e já mencionado aqui.

São três os argumentos mais importantes de Evans contra Frege. O primeiro destes é aquele que diz que, basicamente, como sentidos são entendidos como formas de apresentação do referente, não seria coerente falar de sentido de um termo como modo de apresentação de algo se não há nada para ser apresentado.⁷⁴ Para Evans sentidos precisam de referência.

Evans argumenta ainda que é sinal de uma teoria semântica insatisfatória o fato de esta conter proposições sem valor semântico e, para Evans, isso acontece no caso da teoria fregeana tal como ela é normalmente interpretada. A razão para isso estaria na aceitação por parte de Frege de termos que não contribuem com sua referência para a referência da sentença na qual ela está inserida, seguindo o princípio de composicionalidade.

O último argumento de Evans tem a ver com um ponto já muito discutido da filosofia da linguagem fregeana, que é a questão das lacunas de valor de verdade. Segundo Frege, é perfeitamente possível aceitar sentenças que não têm valor de verdade (como sentenças da ficção), por conterem termos sem referência.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 22.

Portanto, ele exclui tais sentenças do campo da ciência, o que Evans interpreta como uma exclusão injustificada. Se tivermos um operador de negação com escopo amplo em uma linguagem científica, aplicando esse operador a uma sentença com um termo sem referência (uma sentença que não é nem verdadeira nem falsa), teríamos como resultado uma sentença verdadeira. Frege não aceita esse tipo de construção, pois para ele nenhuma composição de uma sentença sem valor de verdade tem ela mesma valor de verdade. Essa é, segundo Evans, a grande falha na filosofia madura de Frege.

McDowell explica esse último argumento de uma forma um pouco diferente. A ideia é que fazer juízos é tomar algo como sendo de determinada maneira, mas é estranho pensar que ainda estamos lidando com juízos se não há condições para serem alcançadas para que esse algo seja dessa determinada maneira. Ao fazer um juízo, o pensamento em questão precisa necessariamente ter um valor de verdade, pois se alguém faz um juízo e associa, por exemplo, o valor falso a um pensamento sem valor de verdade, então poderíamos dizer que tal juízo é um juízo falso – mas não porque o pensamento em questão é um pensamento falso, mas porque ele é um pseudopensamento, um pensamento sem valor de verdade. Mas não faz sentido dizer que esse alguém está fazendo um juízo falso se não há um modo no qual a realidade seja tal que o pensamento seja verdadeiro, pois surge uma dificuldade em dizer como exatamente o pseudopensamento estaria relacionado com o que essa pessoa está fazendo ao fazer tal juízo.

McDowell que chama atenção para o fato de que Evans não defende que Frege tenha sustentado *explicitamente* uma tese russelliana sobre os termos singulares depois de “Sobre o Sentido e a Referência”. O que Evans defende é que para entender melhor a proposta de Frege de se atribuir sentido a termos singulares, o melhor caminho é comparar o aparato fregeano com a concepção russelliana de sentenças que genuinamente têm a forma sujeito-predicado. Para Evans termos singulares para Frege são no fundo russellianos, dependentes de objeto.⁷⁵

Segundo McDowell, esse é um modo de Evans elaborar a teoria fregeana sem seguir exatamente o que o próprio Frege deixou, mas modificando sua teoria de modo a apresentá-la de uma melhor forma. Como McDowell faz questão de

⁷⁵ Cf. McDOWELL, John. 2005, p. 58.

ressaltar, no fim o que importa é a ideia de um sentido fregeano entendido como dependente de objetos. Não importa tanto se essa ideia está estritamente de acordo com o que Frege realmente escreveu em seus textos tardios. Mesmo que Frege tenha escrito muito sobre a possibilidade de haver termos singulares com sentido, porém vazios de referência, a ideia de termos singulares russellianos segue de muitos pontos da teoria geral de Frege.⁷⁶

Tendo avaliado a noção fregeana de pensamento com suas diversas características, pontos fortes e problemas, em contraste com a proposta contrária mais proeminente, que é a proposta de Russell (e teorias inspiradas nesta), trataremos da questão da dinâmica cognitiva no capítulo seguinte. Até agora, parece-nos que de fato uma teoria dos pensamentos com uma ampla influência da teoria fregeana se mostra mais propícia em fornecer uma explicação intuitiva e razoável do fenômeno da dinâmica dos pensamentos. Note que a teoria fregeana em si não parece ser tão interessante, pelo menos entendida como a maioria dos intérpretes de Frege a entendem. Pois ela simplesmente elimina o fenômeno da dinâmica cognitiva ao propor que os significados de pensamentos indexicais devem ser na verdade entendidos da mesma forma que os significados de pensamentos eternos. No capítulo seguinte mais será dito sobre isto.

Com relação a outro ponto, como já discutimos,⁷⁷ certamente as teorias de inspiração russelliana representadas aqui por Kaplan e Perry apresentam um tratamento mais refinado dos indexicais. No entanto, como ficará ainda mais claro a seguir, talvez suas interpretações do que Frege disse sobre a indexicalidade não sejam totalmente justas. Vimos nesta seção que é possível conceber termos dependentes de objeto (neste sentido russellianos) aos quais ainda assim estão associados sentidos fregeanos. Isso pode ajudar na explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva. No entanto, não há dúvidas que determinadas tensões na teoria fregeana precisam ser emendadas – como parece ser o caso do critério cognitivo de identidade dos pensamentos. Este e outros pontos importantes serão o tema da discussão a seguir.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 59.

⁷⁷ Ver seção 1.3.

2 O Fenômeno da Dinâmica Cognitiva

No presente capítulo faremos uma discussão sobre os problemas impostos pelo fenômeno da dinâmica cognitiva, buscando debater textos clássicos da literatura sobre o assunto, desde “Demonstratives” de David Kaplan, até os mais recentes textos de John Perry, Gareth Evans e outros autores. “Demonstratives” é considerado o principal texto iniciador da discussão atual sobre os indexicais e a dinâmica cognitiva. De fato, é nesse texto que a expressão “dinâmica cognitiva” aparece pela primeira vez. Comentando diversos pontos do texto de Kaplan, faremos uma introdução ao fenômeno em questão e aos problemas por ele gerados. Discutiremos então a resposta que Frege daria a esses problemas, bem como algumas das respostas neo-fregeanas. Uma especial atenção será dada às ideias defendidas por Evans. Problemas nessas tentativas de explicação do fenômeno serão discutidos, e outras propostas serão apresentadas. A contribuição para a discussão feita por diversos outros autores acerca do fenômeno será levada em conta, em maior ou menor extensão, como os textos de David Kaplan, John Perry, Gareth Evans, Jérôme Dokic, Marco Ruffino, João Branquinho, dentre outros.

2.1. Um problema para as teorias do pensamento

A dinâmica cognitiva é, *grosso modo*, o estudo da retenção e também da mudança das chamadas *attitudes proposicionais*, como, por exemplo, a crença. Atitudes proposicionais são entendidas aqui como relações mentais entre agentes (indivíduos) e proposições, ou pensamentos.⁷⁸ A dinâmica cognitiva é o estudo das condições nas quais uma atitude para com um pensamento (como uma crença,

⁷⁸ Gramaticalmente atitudes proposicionais estão ligadas a verbos como *crer, esperar, desejar, conjecturar*, dentre outros, que podem se ligar a cláusulas antecedidas pela preposição “que”. Por exemplo: “Louis Lane acredita que Clark Kent é o Super-homem”. Russell chamou atenção para esse tipo de verbo em seu texto “The Philosophy of Logical Atomism”, de 1918, propondo chamá-los de “verbos proposicionais”. Cf. RUSSELL, B. 1918.

em nosso exemplo) continua ou deixa de existir na medida em que o agente da atitude (o possuidor da crença) se move no tempo e no espaço. Um estudo adequado deste fenômeno é importante para qualquer teoria do pensamento que tem a pretensão de ser completa. Simplesmente porque não se podem ignorar aspectos dinâmicos da expressão linguística destas entidades ao tentar fornecer uma boa teoria sobre elas.

Além disso, o fenômeno da dinâmica cognitiva é relevante para mais de uma área da filosofia. Uma teoria sobre a dinâmica dos pensamentos depende de (e contribui para) questões que concernem à linguística, à filosofia da linguagem em geral, à teoria do conhecimento, à filosofia da mente e a outras áreas a estas relacionadas. Uma das particularidades da consciência é a unidade – o cérebro humano tem a interessante capacidade de organizar estados individuais de consciência em uma experiência unificada. E tal unificação ocorre em dois níveis: tanto com o passar do tempo (o que nos permite lembrar eventos do passado); quanto em qualquer intervalo temporal (o que nos permite ter a experiência de um estado consciente unificado em todos os seus diferentes componentes). Há diversos exemplos de casos nos quais essas unidades são quebradas. Perdas de memória de curto e longo prazo são exemplos de quebra da unidade da consciência com o passar do tempo, por exemplo. Não é óbvio como o cérebro promove essa unidade em ambos os níveis, e fornecer as respostas para esta questão é tarefa principalmente da neurociência, da psicologia e de ciências relacionadas. No entanto, uma explicação adequada do fenômeno da manutenção e mudança de crenças e conhecimento com o passar do tempo parece estar ligada a uma compreensão apropriada do funcionamento da memória (em especial de longo prazo). Seria benéfico acompanhar avanços na pesquisa acerca desta capacidade mental de armazenar informações. E não apenas isso, para dar conta do fenômeno da dinâmica cognitiva, pressupõe-se uma posição acerca de outros fenômenos psicológicos – como a capacidade de ter pensamentos singulares sobre diversos objetos, além de uma visão específica sobre a noção de pensamento/proposição (como já apontamos no capítulo um).

Ademais, como já foi possível perceber, uma teoria acerca de aparatos linguísticos como indexicais e demonstrativos, e também de uma visão geral sobre a linguagem que levasse em conta seus aspectos dinâmicos deveriam ser

pressupostas.⁷⁹ Neste trabalho nem todos estes aspectos puderam ser levados em consideração. Mesmo assim, espera-se que este possa ser considerado um primeiro passo em uma pesquisa (a ser continuada) que se propõe a fornecer uma teoria o mais completa possível sobre o fenômeno da dinâmica dos pensamentos.

Como já foi mencionado acima, atribui-se a própria criação do termo “dinâmica cognitiva” a David Kaplan, em seu clássico texto “Demonstratives”. De fato, deve-se a Kaplan muito da atual discussão em filosofia sobre referência, proposições, indexicais e demonstrativos, dinâmica cognitiva e diversos outros assuntos relacionados. Foi ele que originalmente propôs chamar as proposições que contém termos singulares genuínos de *proposições singulares*, por envolverem indivíduos diretamente, sem mediação de algo como um sentido fregeano. Foi também ele que propôs chamar tais termos de “diretamente referenciais”.

Discutimos com mais detalhes no capítulo anterior como Kaplan ainda contribuiu em grande medida para as investigações acerca dos assim chamados indexicais e demonstrativos. Esperamos que tenha sido possível perceber que uma explicação razoável desse tipo de expressão é essencial para uma ulterior explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva.

Em seu clássico “Demonstratives”, Kaplan chamou atenção especial para o problema da referência de indexicais/demonstrativos em pensamentos levando-se em conta a passagem do tempo. O problema está em saber que tipo de contribuição uma expressão desse tipo faz ao pensamento/proposição no qual ela ocorre. Por exemplo, seria um sentido fregeano ou uma proposição de outro tipo? Questiona-se ainda, por exemplo, se o mesmo pensamento expresso por “Hoje é um belo dia” pode ser expresso um dia depois por “Ontem foi um belo dia”. Ou se estamos expressando o mesmo pensamento ao asserirmos “Aqui está quente” e, após uma movimentação no espaço, asserindo “Ali está quente”. Voltaremos a discussão proposta por Kaplan a seguir.

Informalmente, para entender melhor o problema da dinâmica cognitiva, o exemplo da preservação de um pensamento que não é indexical pode ajudar. Se hoje um sujeito acredita no pensamento de que “Frege é o escritor da

⁷⁹ Há uma teoria acerca da linguagem que vem sendo desenvolvida há relativamente pouco tempo e que poderia se mostrar uma boa candidata para servir de fundo teórico para uma teoria completa e original acerca da dinâmica cognitiva. Cf. VAN EIJCK, J.; VISSER, A. 2012.

Begriffsschrift” e amanhã ele expressa a mesma crença, é fácil explicar a permanência da atitude proposicional, pois o pensamento no qual ele acredita é exatamente o mesmo. Justamente porque esse é um pensamento eterno – que, como é sugerido, não é sensível a mudanças de contexto, e, ademais, na teoria fregeana esse pensamento tem um valor de verdade fixo e imutável: o verdadeiro.⁸⁰

Desse modo, entende-se que os pensamentos problemáticos são aqueles que envolvem tais expressões indexicais, pensamentos expressos por sentenças que contém pelo menos uma ocorrência de uma expressão indexical. Alguns exemplos de indexicais comuns são: pronomes demonstrativos (isto, aquilo, etc.); pronomes pessoais (eu, você, etc.); advérbios (aqui, agora, hoje, etc.), tempos verbais diferentes do presente e pronomes possessivos (meu, seu, etc.). E os assim chamados “pensamentos eternos” ou “não-indexicais” não apresentariam um grande problema em relação à dinâmica cognitiva. Um exemplo de uma crença em um pensamento eterno ou não-indexical seria aquele do qual falamos, de que “Frege é o escritor da *Begriffsschrift*”, ou a crença de que “Frege é um brilhante filósofo”. Esta, é claro, pode ainda assim persistir no tempo e deixar de existir, no caso improvável de alguém que admira o trabalho de Frege vir a se decepcionar (muito) com algum aspecto de seus escritos. Ainda assim, a crença em questão apresenta um desafio menor quando se tenta explicar como se dá sua retenção e mudança, já que a fim de expressá-la ao mover-se no tempo e no espaço, um indivíduo não precisaria modificar os termos usados na sentença que a expressa. Isso porque, como veremos logo a seguir, essa crença não é expressa por uma sentença que contém expressões que precisem mudar completamente para expressar a continuação ou mudança da crença, como expressões indexicais ligadas ao tempo, lugar ou percepção.⁸¹

Expressões indexicais geram problemas tanto para teorias do pensamento de cunho fregeano quanto para teorias alternativas, como a de Russell e aquelas inspiradas nela. E a situação se torna ainda mais especial quando tratamos do fenômeno da dinâmica cognitiva. Porque seus significados (usando este termo de forma geral e neutra) variam sistematicamente conforme varia o contexto no qual

⁸⁰ Este exemplo foi inspirado por um exemplo similar dado por Ruffino. Cf. RUFFINO, M. 2007, p. 225.

⁸¹ Conferir BRANQUINHO, J. M. V. B. 1991.

elas são usadas. Isso impõe um desafio para qualquer teoria que almeja simetria e completude em uma explicação da linguagem e do significado linguístico. Em seus textos, Frege dá alguma atenção ao fenômeno da dinâmica das atitudes proposicionais, e esboça uma solução para ele que, como discutiremos a seguir (na próxima seção), não é de todo satisfatória. Lidar com indexicalidade e com o fenômeno da dinâmica dos pensamentos não se encaixava bem, afinal, com o principal objetivo de Frege (de cumprir o projeto logicista).

A solução de Kaplan em “Demonstratives” para problema dos indexicais em Frege está intimamente conectada a como ele lida com o fenômeno da dinâmica cognitiva. Tal solução, como já foi comentado, está ligada à introdução de dois níveis de significado para os termos da linguagem, o caráter e o conteúdo, e o papel central que exerce o contexto neste quadro teórico. Em uma passagem significativa e específica sobre o fenômeno da dinâmica cognitiva, Kaplan escreve:

Suponha que ontem você disse, e acreditou, que “É um bom dia hoje.” O que significa dizer, hoje, que você reteve essa crença? Parece insatisfatório apenas acreditar no mesmo conteúdo sob qualquer velho caráter – onde está a retenção?⁸²

De fato, é neste ponto de “Demonstratives” que Kaplan introduz e começa a discutir o problema da dinâmica cognitiva. Discutiremos com detalhes a opinião de Kaplan e de outros autores sobre o fenômeno a seguir, na próxima seção.

Talvez o fato de que o tempo envolve mudança seja o que há de mais complexo na questão de estabelecer um critério de identidade de pensamentos com o passar do tempo (bem como de outros tipos de entidades e objetos). Nesse sentido a existência da mudança torna a questão problemática. Podemos argumentar que o grande problema em fornecer uma explicação correta do fenômeno da dinâmica cognitiva é a questão de se caracterizar a identidade ou diferença do pensamento de um determinado indivíduo tendo em vista: 1. a natureza mutável das expressões indexicais e 2. que um indivíduo é capaz de preservar um pensamento através do tempo e espaço ou mudar de opinião.

⁸² KAPLAN, D. 1988a, p. 537. No original: “Suppose that yesterday you said, and believed it, “It is a nice day today.” What does it mean to say, today, that you have retained that belief? It seems unsatisfactory to just believe the same content under any old character – where is the retention?”

2.2.

A proposta fregeana de explicação do fenômeno

Nesta seção será discutida a (pelo menos aparentemente) intuitiva resposta de Frege ao problema imposto pelo fenômeno da dinâmica cognitiva ao seu modelo de teoria semântica. Algumas das principais questões envolvidas aqui são as seguintes: 1. a teoria de Frege do sentido e do pensamento, 2. sua opinião acerca dos indexicais e demonstrativos, 3. a saída por ele proposta para os problemas gerados pela dinâmica cognitiva.

Como já observamos, a visão de Frege acerca da indexicalidade parece ser a de que indexicais adquirem um sentido novo em cada contexto específico de uso, e esses sentidos são as contribuições semânticas feitas pelos indexicais ao pensamento.⁸³ Em resumo, Frege parece entender que as expressões indexicais têm sentidos mutáveis, sensíveis às diferenças de contexto.

Como já discutimos,⁸⁴ a despeito desta interpretação padrão da opinião de Frege acerca da indexicalidade (promulgada principalmente por Kaplan e Perry), é possível defender uma interpretação alternativa da tese fregeana. Na verdade, a visão de Frege seria que no caso de sentenças contendo expressões indexicais, a expressão do pensamento (e não o pensamento mesmo) só estaria completa se houvesse, conectada a essa expressão, elementos não linguísticos pertencentes à circunstância de enunciação.

De qualquer forma, é fato que para Frege uma expressão indexical por si só em uma sentença não é suficiente para a expressão de um pensamento completo. Assim, dentro da teoria fregeana, para que seja possível apreender de fato o pensamento expresso por uma sentença que contém um indexical, é preciso que haja conhecimento de diversos elementos contextuais. Podemos dizer que exemplos destes elementos seriam: uma referência ostensiva, o momento no qual a sentença é expressa, o indivíduo que expressa a sentença e o contexto geral de expressão.

Como já indicou Ruffino,⁸⁵ em uma linguagem científica ideal, a linguagem que Frege buscava desenvolver para a fundamentação da aritmética através da lógica, os indexicais deveriam ser banidos completamente e substituídos por

⁸³ Cf. RUFFINO, M. 2007, p.

⁸⁴ Na seção 1.3 deste trabalho.

⁸⁵ *Ibidem.*

expressões de outra natureza. De fato, uma linguagem puramente científica não deveria conter nem termos indexicais, nem qualquer referência a percepções, nem qualquer tempo verbal diferente do presente, pois outros tempos verbais também são indicadores de indexicalidade. O tempo verbal do presente é usado para expressar os assim chamados *pensamentos eternos*. O motivo de toda essa exclusão é simples: inevitavelmente, há sempre uma variação no sentido de um indexical, o que não pode acontecer com as expressões da *Begrifsschrift*.

Em seu texto, Ruffino chega à seguinte conclusão: em uma esfera estritamente fregeana, o problema da dinâmica cognitiva não aparece. Frege não veria de fato nenhum problema na dinâmica cognitiva, e seu objetivo ao falar brevemente em “O Pensamento” sobre o fenômeno é o seguinte: para expressar um pensamento fregeano no sentido restrito (um pensamento eterno) usando indexicais com o passar do tempo, ajustes são necessários. Os objetos de crença são na verdade esses pensamentos eternos.⁸⁶ Vejamos o que diz o próprio Frege em seu texto.

Em “O Pensamento”, Frege escreve que com frequência “o mero enunciado verbal, aquilo que fica fixado no papel ou no disco fonográfico, não é suficiente para a expressão do pensamento”. Ele diz ainda:

Se alguém quiser dizer hoje o mesmo que expressou ontem usando a palavra “hoje”, terá que substituir esta palavra por “ontem”. Embora *o pensamento seja o mesmo*, sua expressão verbal tem que ser diferente, para que seja compensada a mudança do sentido que, de outro modo, ocorreria devido à diferença de tempo do proferimento. Dá-se o mesmo com palavras como “aqui” e “ali”. Em todos estes casos, o mero enunciado verbal, aquilo que pode ser fixado no papel, não é a expressão completa do pensamento. Necessita-se, ainda, para uma correta apreensão do pensamento, do conhecimento de certas circunstâncias que acompanham o proferimento e que servem para expressar o pensamento. Isto pode incluir também a ação de apontar com o dedo, gestos, olhares.⁸⁷

É interessante notar a opinião de Frege é realmente a de que o pensamento expresso é o mesmo, embora os indexicais mudem. Pode-se dizer, como já foi sugerido por Kaplan em “Demonstratives”, que o ajuste acontece entre os membros de um tipo de “família” de indexicais. Por exemplo, quando expressamos pensamentos a respeito de dias usando termos indexicais, os termos a serem substituídos são: “hoje”, “ontem”, “amanhã”, etc. Ao usarmos indexicais

⁸⁶ RUFFINO, M. 2007, p. 227

⁸⁷ Grifo nosso. FREGE, G. 1918, p. 19.

para falar de lugar fazemos trocas entre os membros da seguinte família: aqui, aí, lá. E assim sucessivamente, para diversas destas “famílias”. Dessa forma, entraria em jogo o que podemos chamar de *ajustes padrão*.

O que podemos dizer com relação à interpretação de Ruffino da proposta de solução dada por Frege ao fenômeno da dinâmica dos pensamentos? Obviamente, dada a natureza do objetivo do principal projeto de Frege, o projeto logicista, o foco de sua atenção eram pensamentos eternos (não-indexicais). Ruffino parece estar certo em interpretar Frege dessa forma. Realmente, indexicais não têm lugar na linguagem da *Begriffsschrift*. (Assim como não há lugar para mais de um sentido associado a cada termo ou para termos sem referência.) Mas apesar disso, a questão é que esses fenômenos acontecem na linguagem natural. E quando Frege fala da nossa linguagem comum, desejamos que suas teses possam ser generalizadas e de fato aplicadas em uma análise dessa linguagem, já que elas parecem tão intuitivas e elegantes. Quando Frege fala sobre o sentido e a referência dos termos linguísticos, e quando em “O Pensamento”, ele aponta para uma solução do problema da dinâmica cognitiva, deveríamos ser capazes de explicar a os funcionamentos da linguagem com o que ele nos deixou – de fato, isso acontece.

Além disso, vimos na seção 1.3 que podemos interpretar a visão de Frege acerca da indexicalidade de outra forma. Segundo esta interpretação não padrão, Frege teria defendido que a expressão de um pensamento indexical é de certa maneira especial. Para expressar um pensamento através de uma sentença que tem ocorrência de indexicais, requer-se necessariamente na expressão da sentença de elementos não linguísticos da realidade, os quais estão ligados à circunstância de enunciação da sentença em questão. Claro, isso faria com que a *expressão* da sentença estivesse completa, mas e o pensamento em si? Podemos dizer que um pensamento indexical fregeano está de fato completo mesmo se temos, junto com sua expressão linguística, elementos não linguísticos pertencentes ao contexto de enunciação? Parece que não.

Na verdade, um dos problemas mais comumente associados à solução de Frege para o problema da dinâmica dos pensamentos tem a ver com seu critério cognitivo para a diferença de pensamentos, que discutimos brevemente no capítulo anterior.

Como vimos, em sua caracterização dos pensamentos, Frege propôs em “Sobre o Sentido e a Referência” um critério para diferenciar um pensamento de outro, que na literatura veio a ser conhecido como o critério de diferença dos pensamentos, sendo endossado também por neo-fregeanos como Evans.⁸⁸ Trata-se de um critério que nos fornece um meio de saber se duas sentenças expressam dois pensamentos diferentes: é esse o caso se um indivíduo racional, tendo suas faculdades cognitivas em perfeito estado, adotar atitudes diferentes com relação às duas sentenças (como acreditar em apenas uma delas, ou acreditar em uma e suspender o juízo em relação à outra). O critério de Frege tem como condição de que o indivíduo racional entretenha pensamentos no mesmo período de tempo.⁸⁹ Assim, o requisito de racionalidade é *sincrônico*, mas o fenômeno da dinâmica cognitiva exige um critério *diacrônico*, inclusive no próprio entendimento do alcance do problema. Com isso, pode-se argumentar que o problema da dinâmica cognitiva tal como visto pelas teorias fregeana (e neo-fregeanas) torna-se restrito demais, dando espaço a questão sobre o que acontece quando saímos do contexto no qual era possível se referir ao objeto usando o mesmo tipo de indexical e exercendo a capacidade de rastreá-lo. Será que perdemos a capacidade de manter ou de mudar nossa crença fora desse contexto? Essa é apenas uma das limitações da tese fregeana.

João Branquinho já tentou desenvolver uma nova versão do critério cognitivo de Frege de diferença de pensamentos que tivesse uma natureza diacrônica. Ele o faz em seu artigo “On the Individuation of Fregean Propositions”, referindo-se também a interpretação do critério feita por Gareth Evans. Primeiro Branquinho comenta a insuficiência do critério cognitivo de Frege de diferença dos pensamentos para dar conta do aspecto dinâmico que está envolvido na preservação e mudança de atitudes proposicionais. Então ele argumenta que a restrição do critério pode ser superada diante da criação de uma extensão diacrônica deste, dada uma noção apropriada de retenção de atitudes proposicionais.

Branquinho também argumenta que uma atenção especial para a noção de retenção de atitude é obrigatória na explicação da dinâmica cognitiva. Ele acredita que a retenção de atitude deve satisfazer pelo menos dois princípios. Em resumo,

⁸⁸ Cf. EVANS, G. 1982, seção 1.7.

⁸⁹ Cf. DOKIC, J. 1997, p. 4.

eles são os seguintes: 1. Uma ausência de mudança de opinião (*change of mind*) e 2. Preservação da informação. Este segundo princípio tem a ver com a memória. Mais especificamente, o que Branquinho chama de *memória proposicional*, que é, basicamente, a preservação de algumas informações, em contraste com a aquisição de novas.⁹⁰

Vale ressaltar que Branquinho não concorda com o ponto de vista endossado por alguns segundo a qual a mudança de opinião (*change of mind*) deve ser concebida como um estado de ordem superior – um estado em que temos uma crença sobre uma crença. Branquinho acha que esse tipo de visão está equivocada, pois está comprometida com a ideia de que mudanças de opinião são sempre epistemicamente transparentes para o assunto – Branquinho sustenta que um indivíduo pode mudar de opinião sem saber.⁹¹ Isto está exatamente na contramão de uma interpretação proposta para o problema da dinâmica cognitiva que será discutida em mais detalhe abaixo – é a interpretação defendida por Carlos J. Moya e Tobies Grimaltos.

Informalmente, a reformulação de Branquinho do critério cognitivo (dando a ele uma natureza sincrônica) pode ser escrita da seguinte maneira: para proposições serem distintas é uma condição suficiente que seja possível para um indivíduo racional ter atitudes antagônicas com relação a elas em tempos (possivelmente) diferentes, tendo em vista que tal indivíduo retenha em tempos posteriores a atitude tida antes.⁹² O critério cognitivo, tal como endossado por Frege, também foi comentado por Gareth Evans, como veremos a seguir.

2.3. Algumas alternativas

Nesta seção discutiremos algumas das propostas de solução para o problema da dinâmica cognitiva sugeridas na literatura contemporânea. Como poderemos observar, todas as alternativas aqui apresentadas sofrem em medidas diferentes influências tanto de aspectos da filosofia de Russell quanto da filosofia de Frege. Podemos dizer que algumas das teses são de natureza essencialmente neo-fregeana, enquanto outras se apresentam como alternativas a uma visão inspirada

⁹⁰ BRANQUINHO, J. M. V. B. 2000, pp. 7-8.

⁹¹ *Ibidem*, p. 7.

⁹² *Ibidem*, p. 5.

em Frege. Abordaremos aqui em especial as propostas de Saul Kripke, David Kaplan, John Perry, Tobias Grimaltos e Carlos J. Moya, Christoph Hoerl e, finalmente, Gareth Evans. A lista não é exaustiva, mas esperamos que sirva como um bom retrato do estado da arte atual sobre o assunto, cuja discussão apenas recentemente parece ter começado a se tornar melhor organizada.

Nosso objetivo é principalmente promover uma discussão geral sobre o que esses autores têm a dizer sobre o fenômeno em questão, buscando estabelecer, por fim, que aspectos das propostas poderiam ser mais esclarecedores para uma posterior teoria completa sobre a dinâmica dos pensamentos. Certamente, por um lado, muitos aspectos das teses discutidas nesta seção são extremamente elucidativos, e por outro, muitos apresentam problemas talvez insuperáveis dentro do quadro teórico no qual se inserem.

Saul Kripke. Kripke é um dos filósofos da linguagem que pertencem ao grupo dos defensores da teoria da referência direta. Como já foi comentado, esta encontra sua inspiração na teoria russelliana das proposições, que dispensa a noção fregeana de sentido e propõe uma visão das proposições segundo a qual estas são compostas por objetos e propriedades de forma direta.

O que Kripke tem a nos dizer sobre o fenômeno da dinâmica dos pensamentos é interessante principalmente no por dois motivos. Por um lado, sua teoria aparentemente acaba por eliminar por completo o problema da dinâmica cognitiva. De fato, o problema não surge dentro do quadro teórico kripkeano. Tal característica da teoria kripkeana pode nos ajudar a entender como o fenômeno da dinâmica cognitiva seria encarado pelo Frege da *Begriffsschrift*. Em seu primeiro trabalho, Frege provavelmente concordaria com Kripke em diversos pontos no que concerne este assunto. Por outro lado, a proposta de teoria semântica de Kripke está ligada a uma forma de entender o funcionamento das expressões linguísticas que é de natureza essencialmente russelliana, elucidando também como seria uma saída radical para os problemas gerados pela dinâmica cognitiva em um quadro teórico alternativo àquele da filosofia madura de Frege.

Diferente da maioria dos comentadores de Frege, Kripke propõe uma interpretação de uma das teses fregeanas que em um determinado sentido é estritamente literal, elucidando a proximidade que há entre a teoria do “jovem”

Frege com a teoria da familiaridade de Russell.⁹³ Segundo a tese de Kripke, para que haja de fato a expressão de um pensamento, muitas vezes é preciso que haja, junto à sentença que o expressa, tanto o instante temporal no qual ele é expresso, quanto o lugar no espaço no qual ele é expresso. Por exemplo, no caso da sentença *p*: “Está chovendo”, o pensamento desta sentença é expresso pela própria sentença *p* + o instante temporal t_1 + a localidade *l*. Trata-se da localidade e do instante temporal mesmo, de forma que, estritamente falando, nem é possível expressar linguisticamente a entidade abstrata que é esse instante temporal. Podemos perguntar então qual é a contribuição que este instante temporal está dando para o pensamento. A resposta de Kripke parece ser a seguinte. A sentença colabora para o pensamento com o sentido de uma função. E o instante no tempo colabora com o sentido que capturamos quando temos *acquaintance* com o ele, pois tendo *acquaintance* com o instante temporal t_1 , temos *acquaintance* com o sentido de t_1 . O mesmo valeria para lugares. Assim, não é possível entender a sentença “Está chovendo hoje” se você não tem *acquaintance* com o tempo e o local específico. O pensamento constitui então uma função de:

<Está chovendo, instante temporal, localidade>.

Esse pensamento, capturado em um determinado tempo e lugar, nunca será capturado novamente, pois é impossível ter *acquaintance* novamente com o instante temporal (embora seja possível ter *acquaintance* novamente com o local). “Está chovendo hoje” dito hoje e “Estava chovendo ontem” dito um dia depois seriam então, de acordo com a análise kripkeana, pensamentos completamente diferentes. Assim, Kripke simplesmente elimina o problema da dinâmica cognitiva. Isso porque o fenômeno da dinâmica cognitiva diz respeito à possibilidade de continuar tendo o mesmo pensamento que se teve agora em um momento depois. Na visão de Kripke, tem-se um acesso restrito aos pensamentos a cada contexto, pois a cada contexto há um pensamento completamente diferente. A ideia é que ao expressar um pensamento hoje usando o indexical “hoje”, tem-se uma perspectiva especial do dia em questão que não se terá mais ao se tentar expressar este mesmo conteúdo amanhã usando o indexical “ontem”. Isso porque a perspectiva muda. Essa “perspectiva” seria, *grosso modo*, o que Perry chama de *papel* e Kaplan chama de *caráter*, salvaguardadas as devidas diferenças.

⁹³ Cf. KRIPKE, S. 2011. Especialmente a partir da p. 283.

David Kaplan. Vimos anteriormente como em “Demonstratives” Kaplan inicia sua discussão acerca do fenômeno da dinâmica cognitiva.⁹⁴ Para recapitular de forma breve, no trecho já citado, Kaplan se utiliza do seguinte exemplo: se um indivíduo acredita em um determinado dia no pensamento expresso pela sentença “É um bom dia hoje”, o que significa dizermos que ele reteve a mesma atitude com relação ao pensamento no dia seguinte?

A proposta de Kaplan de explicação do fenômeno da retenção de crenças está intimamente conectada a sua proposta de explicação do funcionamento de expressões indexicais, que discutimos anteriormente. Vimos que, para Kaplan, caracteres são funções que nos levam de contextos a conteúdos. Os caracteres de pensamentos eternos são funções constantes, que nos levam sempre ao mesmo conteúdo, independentemente do contexto. Já os caracteres de pensamentos indexicais, que são sensíveis à mudança de contexto, nos levam a um novo conteúdo a cada novo contexto.

Vejam os que Kaplan diz sobre a troca de indexicais que deve ser feita pelo falante de uma língua em diferentes contextos para que ele possa dizer a mesma coisa (usar o mesmo conteúdo – para usar o termo de Kaplan, ou expressar o mesmo pensamento – usando a terminologia fregeana). Em “Demonstratives”, Kaplan escreve:

É o segundo princípio [o segundo princípio do significado desenvolvido por Kaplan, a saber, o caráter das expressões – sendo o primeiro princípio o conteúdo] que explica o fato frequentemente observado de que falantes em diferentes contextos podem dizer a mesma coisa trocando indexicais. (E de fato com frequência eles *devem* trocar indexicais para fazê-lo.) Frege ilustrou este ponto com respeito a “hoje” e “ontem” em “O Pensamento”. (Mas note que seu tratamento de “eu” sugere que ele não acredita que enunciados de “eu” e “você” pudessem similarmente serem relacionadas!)⁹⁵

Note que, para Kaplan (em uma reinterpretação da tese fregeana), para que o mesmo pensamento seja expresso em diferentes contextos (para que, assim, crenças e outras atitudes proposicionais sejam mantidas), ajustes na expressão linguística *devem* ser feitos. Há um tom de obrigatoriedade aqui.

⁹⁴ Cf. a citação na p. 62 deste trabalho.

⁹⁵ KAPLAN, D. 1988a, p. 507. No original: “It is the second principle that accounts for the often noted fact that speakers in different contexts can say the same thing by switching indexicals. (And indeed they often must switch indexicals to do so.) Frege illustrated this point with respect to ‘today’ and ‘yesterday’ in ‘The Thought.’ (But note that his treatment of ‘I’ suggests that he does

Logo depois desta passagem, Kaplan continua a argumentar que no caso especificado, o indivíduo teria que acessar aquele pensamento (ou aquele conteúdo, em seus termos) através de um caráter diferente. É neste ponto que ele explicitamente defende que haja um *ajuste padrão* no caráter para que o mesmo pensamento (ou conteúdo) seja expresso. Como apontado, essa é uma reformulação da tese fregeana original, da forma com esta já foi comentada acima. O indivíduo ajustaria o caráter através do qual ele tem acesso ao pensamento em questão mudando o indexical “hoje” pelo indexical “ontem” e fazendo os ajustes necessários também na expressão verbal. Mas Kaplan enxerga um problema neste ponto:

Se for o caso, então uma pessoa como Rip van Winkle, que perde o rastro [*loses track*] do tempo, não pode reter quaisquer pensamentos desse tipo. Isso parece estranho. Só podemos reter crenças apresentadas para nós sob um caráter fixo?⁹⁶

Voltemos a este ponto a seguir. Antes, é importante notar que Kaplan ainda discute em uma longa nota de rodapé alguns dos aspectos do fenômeno da dinâmica cognitiva aos quais é benéfico que voltemos nossa atenção. Ele está discutindo o caso de um indivíduo que percebe alguém com as calças em chamas e se dá conta de que o que ele vê é seu próprio reflexo. Cito suas observações de forma completa:

O tipo de caso que tenho em mente é este. Primeiro eu penso, “As calças dele estão pegando fogo.” Mais tarde eu percebo, “Eu sou ele” e dessa forma venho a pensar “Minhas calças estão pegando fogo.” Mais tarde ainda, eu decido que estava errado em pensar “Eu sou ele” e concluo “As calças dele estavam pegando fogo.” Se, de fato, eu sou ele, eu retive minha crença de que minhas calças estão pegando fogo simplesmente porque eu acredito no mesmo conteúdo, embora sob um caráter diferente? (Eu também nego esse conteúdo sob o primeiro caráter, mas por mudança de tempo.) Quando eu primeiro pensei “Minhas calças estão pegando fogo,” certa proposição singular, chamemo-la de “Eek”, era o objeto do pensamento. Em uma etapa posterior, eu acredito tanto em Eek quanto na sua negação. Neste sentido, eu ainda acredito o que eu acreditei antes, a saber, Eek. Mas isso não captura meu sentido de reter uma crença: um sentido que eu associo com dizer que algumas pessoas têm uma estrutura cognitiva muito rígida enquanto outras são bastante flexíveis. É tentador dizer que a dinâmica cognitiva tem a ver não com retenção e mudança naquilo que se crê, mas com retenção e mudança nos caracteres sob os quais nossas crenças são tidas. Eu acho que isto está basicamente

not believe that utterances of 'I' and 'you' could be similarly related!)” O grifo em no termo “devem” é nosso.

⁹⁶ KAPLAN, D. 1988a, pp. 537-538. No original: “If so, then a person like Rip van Winkle, who loses track of time, can't retain any such beliefs. This seems strange. Can we only retain beliefs presented under a fixed character?”

correto. Mas não é óbvia para mim qual relação entre um caráter sob o qual uma crença é tida em um tempo e o conjunto de caracteres sob os quais crenças são tidas em um tempo posterior constituiria reter a crença original. Onde indexicais estão envolvidos, pelos motivos dados abaixo, não podemos simplesmente exigir que realmente o mesmo caráter ainda apareça em um tempo posterior. Dessa forma o problema da dinâmica cognitiva pode ser colocado assim: o que significa dizer de um indivíduo que em um tempo sinceramente asseriu uma sentença contendo indexicais que, em algum tempo posterior, ele mudou (ou não mudou) de opinião com respeito a sua asserção? Que sentença ou sentenças ele deve estar disposto a asserir no tempo posterior?⁹⁷

É claro que estas observações de Kaplan são feitas levando-se em consideração uma análise que é desenvolvida em seu próprio quadro teórico. De qualquer forma, algumas das questões mais interessantes aqui colocadas são, obviamente, as seguintes: 1. Uma vez que aceitamos sem problemas e desde o princípio que somos capazes de reter ou mudar crenças ou opiniões acerca de diferentes pensamentos, e trabalhando dentro de um quadro teórico kaplaneano/perryano, seria correto dizer que o objeto de estudo da dinâmica cognitiva é a mudança nos caracteres/papéis linguísticos através dos quais nossas crenças e atitudes proposicionais são tidas? 2. Ainda trabalhando dentro da teoria de Kaplan, há a questão de se estabelecer os detalhes da relação entre caracteres que constituiria reter uma crença com o passar do tempo. Aqui entra a questão dos ajustes padrões. 3. O que significa dizer que um indivíduo *mudou de opinião* com relação a uma proposição? Esta é a questão de saber o que está envolvido na mudança de opinião. E 4. Uma vez que um indivíduo retém uma atitude para com uma proposição com o passar do tempo, que sentença ou conjunto de sentenças

⁹⁷ *Ibidem*. No original: “The sort of case I have in mind is this. I first think, “His pants are on fire.” I later realize, “I am he” and thus come to think “My pants are on fire.” Still later, I decide that I was wrong in thinking “I am he” and conclude “His pants were on fire.” If, in fact, I am he, have I retained my belief that my pants are on fire simply because I believe the same content, though under a different character? (I also deny that content under the former, but for change of tense, character.) When I first thought “My pants are on fire,” a certain singular proposition, call it ‘Eek’, was the object of thought. At the later stage, both Eek and its negation are believed by me. In this sense, I still believe what I believed before, namely Eek. But this does not capture my sense of retaining a belief: a sense that I associate with saying that some people have a very rigid cognitive structure whereas others are very flexible. It is tempting to say that cognitive dynamics is concerned not with retention and change in what is believed, but with retention and change in the characters under which our beliefs are held. I think that this is basically correct. But it is not obvious to me what relation between a character under which a belief is held at one time and the set of characters under which beliefs are held at a later time would constitute retaining the original belief. Where indexicals are involved, for the reasons given below, we cannot simply require that the very same character still appear at the later time. Thus the problem of cognitive dynamics can be put like this: what does it mean to say of an individual who at one time sincerely asserted a sentence containing indexicals that at some later time he has (or has not) changed his mind with respect to his assertion? What sentence or sentences must he be willing to assert at the later time?”

ele deve estar disposto a asserir para expressar tal retenção? Algumas destas questões são retomadas por autores que comentaram sobre o assunto, às vezes com mais ênfase a apenas algumas delas.

Ainda assim, para Kaplan a solução de Frege para o problema da dinâmica cognitiva é insatisfatória principalmente por um motivo, que é o seguinte. É possível que haja casos nos quais uma crença (se não obviamente, pelo menos intuitivamente) é mantida e, no entanto, aquele que retém o pensamento erra em apreender a mudança do contexto. É o caso de Rip van Winkle. Rip van Winkle é um personagem de ficção de um clássico texto da literatura inglesa de Washington Irving. Na história, van Winkle sai para um passeio na floresta, dorme por muito tempo e ao acordar não se dá conta de que na verdade dormiu por muitos anos. Neste caso, para expressar novamente a crença que van Winkle expressou no dia em que adormeceu através da sentença “Hoje está um belo dia”, não é suficiente que ele faça o ajuste padrão do indexical e a expresse como “Ontem estava um belo dia”. A referência do indexical “ontem” neste caso não é aquela que ele intenciona. Poderíamos concluir com isso que Rip van Winkle não retém mais a crença que ele tinha quando adormeceu? A maioria de nós estaria inclinada a dizer que ele não perdeu sua crença. Poderíamos argumentar que mesmo diante do erro no uso dos indexicais, de alguma forma ele ainda acredita que no dia em que ele adormeceu estava um belo dia.

O que Kaplan sugere? Na verdade, Kaplan chega à conclusão de que casos como o de Rip van Winkle impõem um problema não só à proposta de explicação fregeana do fenômeno da dinâmica cognitiva, mas também à sua própria. Em “Demonstratives”, ele não sugere uma solução para este problema. Como vimos, sua sugestão de se dividir o significado linguístico em caráter e conteúdo nos fornece, *grosso modo*, a seguinte explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva: a retenção de uma crença em uma proposição indexical acontece ao se crer na mesma proposição (entendida como uma proposição russelliana) através de diferentes caracteres.

Kaplan afirma que não é suficiente dizer que o indivíduo em questão simplesmente acredita no mesmo conteúdo (no mesmo pensamento, para usar termos caros a Frege) sob o antigo caráter, a saber, “hoje”, pois não haveria retenção da atitude neste caso.

Kaplan chega à conclusão de que tanto a sua sugestão quanto a de Frege para explicar o fenômeno que ele mesmo batiza de dinâmica cognitiva é insatisfatória. E a razão é justamente a existência de casos como o de Rip van Winkle, nos quais há intuitivamente retenção da crença, embora haja uma apreensão incorreta dos contextos. O que parece que precisamos aqui é de um critério para a preservação de crenças. O problema parece ser não que o indivíduo esteja apreendendo e acreditando em um pensamento errado, pois intuitivamente queremos que ele mantenha o mesmo pensamento. De fato, parece que o indivíduo em questão continua acreditando em um mesmo pensamento, o problema parece ser apenas sua expressão: o indivíduo expressa esse pensamento de maneira errada, por um erro na apreensão da *mudança de contexto*, um erro na percepção de que o contexto no qual ela se encontra não é o que ele espera. Em casos como o de Rip van Winkle, parece que o problema está na percepção do sujeito e na correta *expressão* do pensamento.

John Perry. Em seu famoso e importantíssimo artigo “Rip van Winkle and Other Characters”, Perry propõe uma análise do fenômeno da dinâmica cognitiva que tem dois níveis. Similarmente a Kaplan e diferente de Frege, para o qual proposições (ou pensamentos) são compostos de sentidos mais simples, ou, pode-se dizer, de modos de apresentação (sejam modos de apresentação de objetos ou de conceitos), Perry argumenta por uma teoria da referência direta. (Assim como vimos que Kaplan também argumentou.) Assim, ele é a favor da tese de que proposições envolvem diretamente os objetos e propriedades sobre as quais pensamos. Para dar uma explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva, Perry propõe a separação entre a proposição e o estado de crença (ou da atitude em questão) do indivíduo. Para ele, a mudança ocorre não na proposição, que continua a mesma, mas no estado de crença.

Perry inicia “Rip van Winkle and Other Characters” com uma discussão da teoria do caráter (*character*) de Kaplan, sendo seu objetivo defender um conceito de “caráter doxástico”. Ele passa então a desenvolver uma noção de jogos de informação, com a qual pretende lidar com os problemas da dinâmica cognitiva, buscando finalmente aplicar sua proposta ao famoso caso de Rip van Winkle.

Em uma interpretação de noções de Kaplan, Perry esclarece que: 1. O conteúdo é o que equivale na filosofia de Frege ao pensamento. Trata-se do que é (literalmente) dito pelo falante. 2. O caráter é o equivalente ao significado

linguístico. Trata-se de uma função que toma um contexto como argumento e fornece um conteúdo como valor. Há padrões de mudança de caracteres: se o caráter muda, o contexto deve ter mudado de acordo. É importante lembrar que toda expressão linguística tem um caráter, não apenas indexicais e demonstrativos. E finalmente, 3. O contexto é um conjunto de fatores que determina a referência de expressões indexicais. Dentre estes fatores, Perry lista: o falante, o tempo, o lugar, a circunstância e o mundo possível. O caráter, diz Perry, é uma interpretação do significado linguístico. E ele afirma que prefere interpretar a noção kaplaneana de caráter através de sua própria noção de papel linguístico.

Perry argumenta em favor da importância de uma explicação apropriada do funcionamento dos indexicais através da noção que ele próprio defende como apropriada para entendê-los, a noção de papel (*role*). Ele escreve que indexicais são importantes em duas situações, e ambas tem a ver com informação e conhecimento acerca de objetos/indivíduos. Na primeira, uma pessoa pode querer saber mais sobre um objeto que desempenha algum papel para ela (linguístico ou de outra forma). Como no exemplo do próprio Perry, pode-se querer saber qual é a atual posição de um objeto que tem alguma importância para a vida de alguém, como quando se pergunta “Qual é o meu livro?” e alguém responde “Aquele livro é o seu”. A outra maneira na qual indexicais são importantes é quando pensar indexicalmente é a única forma de pensar no(s) objeto(s) sobre o(s) qual(is) é a sentença.

Aqui Perry parece tentar mostrar, além dos pontos para os quais ele obviamente chama atenção, que longe de representarem uma peculiaridade e um aspecto da imperfeição da linguagem natural (como parece ser a opinião de Frege), indexicais são muito importantes e devem ocupar um lugar de destaque em qualquer teoria semântica.

Ao falar de caracteres doxásticos, Perry inicia sua discussão com uma questão que parece guardar consigo o desejo de unir sua teoria de papéis linguísticos (ou caracteres) com uma teoria similar para crenças (e outras atitudes proposicionais). A questão é a seguinte: “Como podemos conceber crenças de forma que caracteres possam ser inteligivelmente assinalados a elas?”⁹⁸ A primeira vista, os caracteres de crenças seriam herdados dos caracteres das

⁹⁸ PERRY, J. 1997c, p. 19. No original: “How can we conceive of beliefs, so that characters may be intelligibly assigned to them?”

sentenças que as representam, mas Perry não concorda com essa visão. Perry argumenta que além de terem como conteúdo proposições, crenças têm o que ele chama de *papéis causais*: elas são causadas por alguns tipos de percepção e causam determinadas ações. Ele então busca mostrar que juntar esses dois elementos não é tão simples. Perry propõe então a postulação de um nível de significado para crenças apenas análogo ao de sentenças, propondo que caracteres (ou papéis) de sentenças sejam diferenciados de caracteres (ou papéis) de crenças.

Em certo ponto, Perry questiona sob que caracteres um sujeito acredita que um objeto tem determinada propriedade quando tal objeto não está desempenhando um papel em sua vida de forma que seja possível referir-se a ele por demonstração. Perry questiona: que papéis causais (se há algum) têm crenças desse tipo? E neste ponto ele introduz sua ferramenta de jogos de informação (*information games*). Tais como são introduzidos por Perry, jogos de informação devem desempenhar a função de ajudar um indivíduo a identificar o objeto sobre o qual se produz uma crença em outro contexto (que não aquele no qual a crença foi formada). Segundo o próprio Perry:

Um jogo de informação envolve a aquisição e posterior aplicação de uma crença sobre um indivíduo. Ou seja, em algum tempo um sujeito passa a acreditar algo sobre alguma pessoa ou objeto. Então, mais tarde, essa crença guia o comportamento do sujeito na direção daquele objeto ou pelo menos de um objeto que o sujeito toma como sendo o mesmo.⁹⁹

Perry descreve oito jogos de informação, que são os seguintes:

1. “Direto” (*straight-through*): neste jogo de informação reconhecer a fonte de crença não é difícil, pois não se perde o contato com ela, a fonte continua ligada ao agente da crença. (Ligada epistemicamente.) Como o nome do jogo sugere, a identificação é feita diretamente com o objeto – no caso do objeto ser uma pessoa, pode-se fazer a ela uma pergunta, por exemplo.
2. “Rastrear” (*tracking*): neste jogo reconhecer a fonte da crença é apenas um pouco mais complicado, pois é preciso exercer a capacidade de rastreá-la na medida em que ela se move no espaço. Neste caso, o objeto

⁹⁹ *Ibidem*, p. 24. No original: “An information game involves the acquisition and later application of a belief about an individual. That is, at some time one comes to believe something about some person or object. Then, later, that belief guides one’s behavior towards that object or at least an object that one takes to be the same as it.”

ou indivíduo muda de posição em relação ao agente da crença – como Perry coloca, o papel que ele exerce muda.

3. “Destacar-e-reconhecer” (*detach-and-recognize*): neste caso reconhecer a fonte da crença é ainda mais complicado. Consiste em conhecer um objeto/indivíduo, formar uma determinada crença sobre ele, passar um determinado tempo sem nenhum contato com ele e em um tempo posterior, reencontrá-lo e reconhecê-lo, mantendo a crença. Neste caso o objeto da crença não exerce por um tempo nenhum papel epistêmico ou pragmático direto na vida do agente da crença. Este jogo envolve uma noção importante: memória.

É interessante que neste ponto Perry fale de “arquivos”. Argumentando que para que seja útil, a “crença destacada” (*detached belief*) deve fazer parte de um arquivo (*file*) maior sobre o objeto da crença. No caso de um indivíduo, “os elementos adicionais no arquivo fornecem os fatos sobre ele que podem me tornar capaz de reconhecê-lo”.¹⁰⁰ A fala de Perry sobre arquivos pode ser interessante em conexão com o tópico da semântica dinâmica, do qual certamente ele está ciente.

4. “Recordação” (*recollection*): de acordo com Perry, no jogo da recordação, o agente da crença tenta retirar da(s) crença(s) que ele já possui uma ou mais crenças novas. Nesse sentido, o agente tenta recordar crenças secundárias que tenha associado ao objeto quando teve contato com ele.
5. “Inferência” (*inference*): o jogo de inferência é similar ao de recordação no sentido de que também há uma “fabricação” de crenças novas, mas dessa vez feitas através de inferências a partir do que o agente já possuía.
6. “Atualizar” (*updating*): o jogo de atualizar é para Perry um caso especial do jogo de inferência. Como ele mesmo coloca, trata-se de uma inferência feita com bases não no objeto fonte da crença, mas em mudanças relativas ao agente da crença. Ou ainda com base em mudanças gerais, como a passagem do tempo.¹⁰¹ Um exemplo de

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 28.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 29.

atualização da crença é expressá-la com um indexical de tempo diferente, como “*a é F agora*” e “*a era F naquela hora*”.

7. “Planejar” (*planning*): este é o jogo de planejar alguma ação para com o objeto da crença da próxima vez que o agente encontrá-lo.
8. “Comunicação” (*communication*): este jogo acontece quando o agente da crença recebe uma informação adicional posterior ao encontro com a fonte da crença e decide que tal informação combina com o objeto da crença, formulando então uma nova crença sobre ele.

Finalmente, Perry fala de casos em que mesmo que um agente jogue bem seus propostos “jogos de informação”, ele venha a fazer uma má identificação da fonte da crença. Perry defende que isto não é razão para dizer que o agente perdeu sua crença. Pelo contrário, porque ele a reteve, ele acabou usando-a erroneamente por engano. Perry diz sobre Rip van Winkle que quando ele acorda depois de ter dormido por muitos anos, Rip atualiza sua crença (de que “Hoje [o dia em que ele adormeceu] é um belo dia”) de acordo com *sua visão* de como o contexto mudou.¹⁰² Como sabemos, ele está simplesmente *errado em sua visão* do novo contexto no qual está inserido. Ao utilizar o indexical “ontem” tentando expressar sua crença, ele parece errar em acreditar no pensamento original. Mas Perry defende que isso na verdade ele retém a crença original, tendo o apoio de diversos outros caracteres.

Esta é uma visão realmente muito interessante, parecida com o que de fato parece ser o principal problema com pessoas como Rip Van Winkle: simplesmente a *expressão* linguística do pensamento em questão. Se assumirmos que o principal problema com a dinâmica cognitiva tem a ver com a expressão de pensamentos indexicais ao longo do tempo, então, tentando permanecer dentro de um quadro teórico fregeano, não seria suficiente dizer que aspectos do contexto têm um papel informativo na *expressão* de o pensamento? O próprio pensamento não muda de fato – pessoas como Rip Van Winkle mantém o mesmo pensamento. Mas, em um espírito fregeano (e também talvez evasiano), devemos apenas adaptar corretamente a expressão linguística para dar conta de uma mudança que tem a ver com o contexto. Informações sobre o contexto original e o atual (junto com sua relação com o primeiro) nos ajudam na adaptação da expressão de nosso

¹⁰² *Ibidem*, p. 36.

pensamento. Mesmo quando cometemos um erro ao fazer essas adaptações, ainda mantemos nosso pensamento passado, desde que nos lembremos dele. E pode ser que se assumirmos que podemos ter termos singulares russellianos em uma teoria fregeana (como Evans faz), tanto melhor para a nossa explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva.

Tobies Grimaltos e Carlos J. Moya. Outra proposta de esclarecer a questão da dinâmica cognitiva é apresentada por Tobies Grimaltos e Carlos J. Moya, em “Belief, Content and Cause”. Neste texto, eles fazem uma crítica justamente a uma proposta de aproximação do problema dos indexicais e da retenção/mudança de crenças apresentada por John Perry.

Grimaltos e Moya tratam especialmente do assunto da mudança de opinião (*change of mind*). Eles sustentam que facilmente não reparamos a mudança de opinião a respeito de um pensamento ao analisarmos determinados exemplos da dinâmica cognitiva, como aquele apresentado por Perry. Eles tentam mostrar que (pelo menos às vezes) a *proposição* de fato muda, e isso explica a mudança na atitude do indivíduo com relação a ela, ou seja, a mudança na crença. Os dois filósofos analisam exemplos retirados de Perry e Lycan. O exemplo de Perry é o seguinte:

Certa vez eu segue um rastro de açúcar no chão de um supermercado, empurrando meu carrinho pelo corredor de um lado de uma prateleira alta e de volta no corredor do outro lado, procurando o comprador com a sacola furada para dizer a ele que ele estava fazendo uma bagunça... Mas eu parecia incapaz de alcançá-lo. Finalmente me dei conta. Eu era o comprador que eu estava tentando alcançar.¹⁰³

Como já indicado por Dokic, Grimaltos e Moya não teriam problemas em aceitar a tese de Perry de que a ocorrência da palavra “eu” na expressão crença “Eu estou fazendo uma bagunça”, em oposição a crença “O comprador com a sacola furada está fazendo uma bagunça”, é essencial. Nesta acepção, trocá-la por outra forma de designação da mesma pessoa acarretaria perda explicativa. O que Grimaltos e Moya propõem é que uma visão crítica da maneira como Perry

¹⁰³ PERRY, J. 1993, p. 33. No original: “I once followed a trail of sugar on a supermarket floor, pushing my cart down the aisle on one side of a tall counter and back the aisle on the other, seeking the shopper with the torn sack to tell him he was making a mess... But I seemed unable to catch up. Finally it dawned on me. I was the shopper I was trying to catch.”

descreve a mudança de opinião em seu exemplo: Perry descreve a mudança de não como uma mudança na proposição, mas no estado de crença.¹⁰⁴

Grimaltos e Moya pretendem mostrar que a mudança em questão é uma mudança na proposição na qual se crê, mostrando que as proposições no exemplo tenham valores de verdade opostos. Por meio de uma astuciosa reinterpretação do exemplo de Perry, eles chegam à conclusão de que, em t_1 , Perry acredita na proposição segundo a qual entre todas as pessoas no supermercado, há apenas um comprador bagunceiro, e que esse comprador bagunceiro não é ele próprio. Assume-se por simplicidade que há apenas quatro compradores no supermercado naquele momento. Então, a proposição na qual se crê em t_1 é a seguinte: $(Mb \vee Mc \vee Md) \wedge \neg Ma$. Aqui b , c e d são os outros compradores, a é próprio Perry e M representa a propriedade de fazer uma bagunça. Grimaltos e Moya defendem que um tempo depois, em t_2 , Perry passa a acreditar em uma proposição diferente, segundo a qual ele era o único fazendo uma bagunça, e não qualquer um de todos os outros compradores. Em termos formais: $Ma \wedge \neg(Mb \vee Mc \vee Md)$. Estas duas proposições têm valores de verdade completamente diferentes. O que eles tentam mostrar é principalmente que, como eles próprios escrevem, as aparências podem nos desencaminhar, e que às vezes há indexicalidade escondida em expressões aparentemente não indexicais, assim como pode haver descrições escondidas em declarações de expressões demonstrativas. Em outras palavras, há sempre exceções.¹⁰⁵

Christoph Hoerl. Mais uma interessante proposta de elucidação do fenômeno da dinâmica cognitiva é apresentada por Christoph Hoerl em seu artigo “Cognitive Dynamics: An attempt at Changing Your Mind”. Basicamente, sua sugestão é que a solução para o problema seja focar (novamente) a atenção na mudança de opinião (*change of mind*) do indivíduo em relação a um determinado conteúdo de crença.

De fato, Hoerl defende que é porque o indivíduo muda de opinião que o fenômeno se torna problemático. Assim, Hoerl opta por não trabalhar com uma noção independente como a de sentido, mas com o que para ele o fenômeno da dinâmica cognitiva pressupõe: a mudança de opinião do indivíduo em questão. Assim, durante seu texto, ele busca estabelecer quais são as condições necessárias

¹⁰⁴ Cf. DOKIC, J. 1997, pp. 6-7.

¹⁰⁵ GRIMALTOS, T.; MOYA, C. J. 1997, p. 165.

para uma mudança de opinião com relação ao objeto de uma atitude proposicional como a crença. Hoerl propõe, por exemplo, que deve haver um critério de identidade diacrônico para pensamentos que são objetos de atitudes em tempos diferentes. Isso é bastante interessante. Outro aspecto interessante do trabalho de Hoerl é sua defesa de que a capacidade de mudar de opinião dependa de uma capacidade anterior de ter pensamentos de uma ordem superior, no sentido de ter pensamentos sobre as minhas crenças antes e depois da mudança. Esta não é uma tese livre de controvérsia. Vimos que Branquinho é contra a visão específica de que mudanças de opinião são epistemicamente transparentes para o indivíduo. Assim, de acordo com Branquinho, poderíamos de fato dizer que alguém mudou de opinião sem estar ciente disso. Isto parece ser verdade. Mas examinemos um pouco mais a fundo a opinião de Hoerl.

Em seu artigo, Hoerl trabalha três condições para mudança de opinião, que são as seguintes: 1. Primeiro você acreditou de x que x era φ , agora você acredita de x que x não é φ . 2. Você parou de acreditar de x que x era φ antes de começar a acreditar de x que x era não- φ . 3. Você sabe que 1. e 2.¹⁰⁶ O principal argumento de Hoerl é que nos passos 1. e 2. seja *transparente* que o indivíduo se refere ao mesmo objeto, sabendo ele disso ou não (aqui a transparência é referencial). O objetivo de 3. é introduzir uma transparência epistêmica, mostrando que é transparente para o indivíduo que ele está se referindo ao mesmo objeto. Hoerl analisa casos nos quais não há mudança de opinião, embora haja uma mudança no “estado cognitivo”.

Em determinado ponto de seu texto, Hoerl postula um corolário que tem a função de tornar explícita a conexão entre a mudança de opinião de um indivíduo e o fenômeno da dinâmica cognitiva. O corolário é o seguinte: “Em t_2 , você sabe de x o que seria necessário para você ainda acreditar que x era φ .”¹⁰⁷ Como o próprio Hoerl explica, este corolário afirma que o conhecimento de um indivíduo de que ele mudou de opinião em última instância depende de que haja modos de pensar disponíveis a esse indivíduo que tornem transparente para ele a sua não mudança de opinião, no caso de ele não tiver mudado de opinião. É intuitivo que há casos nos quais podemos mudar de opinião e isso não ser epistemicamente transparente para nós (como Branquinho aponta de forma correta). Mas note que

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 141.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 152.

quando Hoerl fala de conhecimento de um indivíduo de que ele mudou de opinião, ele defende que a mudança de opinião deve ser entendida como um exercício de racionalidade, para que ela seja adequadamente diferenciada de crenças *de re*. Ele argumenta que o fenômeno da dinâmica cognitiva tem um papel central em nossas vidas enquanto agentes racionais. Ele diz:

Se eu não posso formar nenhuma concepção do que seria necessário para eu mudar minha opinião no futuro com respeito a uma asserção feita agora, não é claro como tal asserção poderia carregar qualquer significado.¹⁰⁸

Gareth Evans. Sob a influência tanto de Frege quanto de Russell (e ao que parece, especialmente do primeiro), Gareth Evans também tem uma proposta para lidar com o fenômeno da dinâmica cognitiva. O sexto e o sétimo capítulos de *Varieties of Reference* são especialmente esclarecedores em relação à posição de Evans sobre o problema. Resumidamente, ele propõe que o tipo de pensamento requerido para entendermos uma sentença que contém um indexical deve ser um pensamento fregeano na medida em que este pensamento deve envolver uma *maneira específica* de pensar no objeto referido (pelo indexical). Esta “maneira específica de pensar no objeto” é aquilo que Evans entende como sendo o sentido fregeano, o *Sinn*, tal como Frege defendeu.

No entanto, com a leitura do capítulo 6 de *Varieties of Reference*, no caso do fenômeno da dinâmica cognitiva a situação se torna um pouco mais complicada. Na visão evansiana, para dar uma explicação sobre como acontece a manutenção ou a mudança de crença no decorrer do tempo e com o movimento no espaço, não bastaria apenas pensar de uma maneira específica no referente. Assim, não bastaria termos o sentido fregeano apenas. Evans propõe que é preciso ainda exercer a habilidade *cognitiva* de rastrear o objeto no espaço e o tempo. E essa parece ser, de fato, uma resposta natural ao problema, pelo menos à primeira vista. Sem esta capacidade do sujeito de rastrear o objeto sobre o qual ele está pensando, não há como explicar o fenômeno da dinâmica cognitiva.

Um famoso artigo de Evans intitulado “Understanding Demonstratives” é também especialmente importante para entendermos qual é a tese que este autor propõe para o entendimento do problema. Como trataremos dos capítulos seis e

¹⁰⁸ *Ibidem*, pp. 156-157. No original: “If I cannot form any conception of what it would take for me to change my mind in the future with respect to an assertion made now, it is not clear how such assertion could carry any meaning.”

sete de *Varieties of Reference* mais adiante, é principalmente a “Understanding Demonstratives” que vamos nos referir neste momento.

Evans começa por avaliar as críticas de Perry a Frege. Em “Frege on Demonstratives”, Perry argumentou, como vimos, que a teoria fregeana do sentido e da referência não seria capaz de explicar satisfatoriamente o fenômeno da indexicalidade. Há uma acepção na qual expressões indexicais têm um significado (e desempenham um *papel*) constante em quaisquer sentenças nas quais apareçam, embora seus referentes mudem conforme muda o contexto. É um problema para Frege, segundo Perry, retirar de uma expressão indexical um “sentido completador” para formar um pensamento completo. A razão é que nenhuma expressão única seria capaz de capturar o sentido de um indexical/demonstrativo. Para Evans, no entanto, a crítica de Perry se baseia na pressuposição (que o próprio Evans rejeita) de que o sentido de um termo singular deve ser (necessariamente) o sentido de uma descrição definida na filosofia de Frege. Ele passa então a tentar explicar o que ele próprio entende como sendo a noção fregeana de sentido. A maneira como Evans entende sentidos fregeanos é defendida também em *Varieties of Reference*, e consiste em entendê-los como maneiras específicas de pensar no referente. Com essa visão de sentido, Evans parece capaz de assimilar termos singulares russellianos no sistema de Frege, garantindo-lhes um sentido. Veja o que ele próprio escreve em “Understanding Demonstratives”:

Se lembrarmos da equação de Frege da referência de um termo singular com o seu referente, aparentemente descobrimos, no coração do sistema semântico de Frege, termos singulares que mais comumente entendemos como russellianos do que como fregeanos. Mas o que faz um reconhecimento fregeano de termos singulares russellianos tão mais sofisticado do que o reconhecimento do próprio Russell é que ele permite que tais termos tenham tanto uma referência quanto também um sentido.¹⁰⁹

Já comentamos a visão evansiana acerca dos sentidos acima, ao falarmos de sentidos fregeanos dependentes de objetos. Como vimos, a interpretação de Evans da filosofia da linguagem fregeana a enxerga como dando primazia a noção de

¹⁰⁹ EVANS, G. 1981, p. 269. No original: “If we remember Frege’s equation of the reference of a singular term with its referent, we apparently discover at the heart of Frege’s semantical system singular terms whose sense depends upon their having a referent - singular terms we more typically regard as Russellian than Fregean. But what makes a Fregean recognition of Russellian singular terms so much more sophisticated than Russell’s own is that it allows such terms to have a sense as well as a reference.”

referência (*Bedeutung*), e não de sentido (*Sinn*). A teoria da referência que Evans entende como estando no centro da teoria da linguagem fregeana é “uma teoria que assinala a cada expressão da linguagem com significado algo que pode ser entendido como a referência ou o valor semântico da expressão”.¹¹⁰ De fato, esta foi a primeira forma de explicação de Frege de sua teoria do significado, como também já vimos, sendo necessária para o sistema de sua *Conceitografia*. É interessante perceber que para Evans (assim como para Frege), entender uma expressão significa entender sua referência (no caso de uma sentença, seu valor de verdade), e entender sua referência é entendê-la de uma maneira particular, que corresponde ao sentido. Assim, o entendimento de uma noção não é independente do entendimento da outra, tampouco são independentes uma da outra as teorias da referência e do sentido.

Evans passa um bom trecho de seu artigo tentando mostrar que a tese de que termos singulares russellianos eram centrais na filosofia de Frege foi de fato defendida pelo próprio Frege. Como já comentamos este assunto antes, não nos ateremos a ele agora. É suficiente notar que Evans se preocupa bastante com este ponto em seu artigo porque é justamente a ligação entre termos singulares russellianos e sentidos fregeanos que fornecerá Evans com a ferramenta necessária para criticar Perry. Essa ligação é o que Evans precisa para negar a restrição apontada por Perry de que sentidos de termos singulares devem ser simplesmente descritivos.

Tendo conseguido mostrar seus argumentos e então remover a restrição apontada por Perry, Evans questiona agora como seria o sentido completador de um indexical como “hoje”. Para entender uma sentença como “Hoje é um dia bom”, um falante precisa pensar no referente de “hoje” (o dia mesmo) de uma determinada maneira. Essa maneira de pensar no dia é, obviamente, pensá-lo como o dia atual. A capacidade do falante de expressar e apreender pensamentos indexicais, como aqueles sobre “hoje”, não se baseia em algo como uma dedução das condições de verdade de, por exemplo, um princípio universalmente quantificado como “Para todos os dias d , ‘hoje’ como enunciado em d se refere a d ”.¹¹¹ Antes disso, argumenta Evans, a capacidade do falante competente de

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 293. No original: “a theory which assigns to each meaningful expression of the language something that can be regarded as that expression's reference or semantic value”.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 305.

expressar e entender pensamentos contendo termos como “hoje” se baseia no que ele chama de um complexo e interconectado conjunto de disposições. Essas disposições consistem na compreensão dos átomos individuais da linguagem. Evans escreve:

O que importa para essa teoria [a teoria fregeana do sentido e referência de ‘hoje’] é que ocorrências de ‘hoje’ devam ter tanto uma referência como também um sentido, não que o sentido de todas as ocorrências da expressão devam ser capazes de serem apresentadas em um único princípio da teoria da referência.¹¹²

É a partir deste ponto em seu artigo que Evans se dedica ao problema que concerne à dinâmica cognitiva. Na seção IV de seu texto, ele desenvolve e defende o que ele chama de “pensamentos fregeanos dinâmicos”. Evans comenta aqui a famosa passagem na qual Frege afirma que para expressar o mesmo pensamento que hoje foi expresso usando a palavra “hoje” um dia depois, deve-se usar a palavra “ontem”. Evans aponta que muitos interpretaram Frege nesta passagem como abandonando a noção “daquilo que é dito” ou “do pensamento expresso”, como aquilo que é o conteúdo de atitudes proposicionais. Frege estaria então favorecendo a visão segundo a qual para expressar o mesmo pensamento basta se referir ao mesmo objeto – usando uma expressão não-indexical no lugar da expressão indexical, por exemplo. Evans comenta que há um grau de conteúdo descritivo envolvido quando um indivíduo pensa “Ontem foi um bom dia” reiterando um pensamento expresso no dia anterior como “Hoje está um bom dia”.

Evans comenta aqui ainda sobre a ineficácia do critério cognitivo de diferença de pensamentos de dar conta de pensamentos entretidos com o passar do tempo. E defende a visão segundo a qual o que Frege requer de nós é sejam capazes de pensar de diferentes formas em um mesmo conteúdo proposicional para garantir a persistência do nosso estado com relação a ele com o passar do tempo. Em uma famosa passagem, Evans escreve:

A ideia de Frege é que estar em um mesmo estado epistêmico pode requerer diferentes coisas de nós em tempos diferentes; as circunstâncias mutantes nos

¹¹² *Ibidem*, p. 306. No original: “What matters for that theory is that tokens of ‘today’ should have a sense as well as a reference, not that the sense of all tokens of the expression should be capable of being shown in a single principle of the theory of reference.

forçam a mudar de forma que mantenhamos posse de uma referência constante e de um pensamento constante - devemos correr para ficar parados.¹¹³

Uma noção central para o entendimento de Evans da questão da dinâmica cognitiva é a de rastrear algo (*keep track of something*). Ele propõe um exemplo para ilustrar este ponto: de um sujeito que por algum tempo tenta acompanhar vários objetos similares se movendo no espaço próximo a ele. Evans nos diz que este sujeito pode concentrar sua atenção em apenas um objeto e rastreá-lo, e provavelmente neste exercício seus olhos se movimentarão, e também sua cabeça ou seu corpo. Essas mudanças, diz Evans, são *necessárias* para manter o contato com o mesmo objeto com o passar do tempo.

De forma similar, o pensamento indexical de um indivíduo em um determinado tempo depende de uma habilidade que se manifesta necessariamente com o passar do tempo. Evans propõe que uma visão fregeana sobre a dinâmica cognitiva é sustentar que crenças persistem com o passar do tempo apesar das diferenças locais que as circunstâncias mutáveis impõem sobre o agente da atitude proposicional. “Nossa habilidade de pensar em um lugar como ‘aqui’ é dependente de nossa habilidade geral de rastrear lugares conforme nos movimentamos”,¹¹⁴ diz Evans. E para isso é necessário que tenhamos a habilidade de “saber quando estamos nos movendo”. Essa habilidade psicológica necessária é central para Evans, que acredita que para termos pensamentos do tipo “Está ξ aqui”, devemos ser capazes de pensar “Está ξ ali”, e assim por diante. Evans sugere que o pensamento descrito na famosa passagem de Frege de “O Pensamento” é um pensamento fregeano dinâmico – pensamentos que se utilizam de diferentes indexicais relacionados (como “ontem”, “hoje”, “amanhã”) para expressar o mesmo conteúdo.

Evans termina esta seção dizendo que a forma como pensamos em um objeto para o qual um sentido fregeano nos direciona é para o caso da dinâmica dos pensamentos uma maneira de rastrear o objeto. Com isso pode-se concluir que no caso da pessoa que em um dia acredita que “Hoje está um bom dia” e no dia seguinte reitera sua crença expressando a sentença “Ontem está um bom dia” está

¹¹³ *Ibidem*, p. 308. No original: “Frege’s idea is that being in the same epistemic state may require different things of us at different times; the changing circumstances force us to change in order to keep hold of a constant reference and a constant thought - we must run to keep still.”

¹¹⁴ *Ibidem*. No original: “Our ability to think of a place as ‘here’ is dependent upon our general ability to keep track of places as we move about.”

pensando nos dois dias o mesmo pensamento. Apesar do que Evans chama de “diferenças de nível mais inferior” (*lower level differences*), trata-se do mesmo pensamento porque os episódios de pensamentos dependem da capacidade do sujeito de rastrear o tempo.

2.4. Algumas considerações parciais

Como esperamos ter sido possível notar, alguns aspectos em especial das propostas analisadas na seção anterior parecem bastante promissores. Mas, como é normal para teorias filosóficas, há diversos pontos nos quais elas podem ser alvo de críticas. De qualquer forma, algumas das discussões não podem de forma alguma deixar de serem levadas em consideração. Isso porque há pontos positivos a serem levados em conta em todas as propostas aqui brevemente discutidas. Esperamos ser possível neste ponto perceber que a proposta fregeana de explicação da dinâmica cognitiva de fato é limitada e insatisfatória. Mesmo que, dentro de um quadro teórico fregeano, forneçamos uma boa explicação sobre pensamentos indexicais e sobre a habilidade de reter atitudes com relação a eles com o passar do tempo (este parece ser o caso da sugestão evansiana, por exemplo), ainda é preciso enfrentar o problema do critério cognitivo de diferença de pensamentos. Como vimos, tal critério, que Evans chama de critério intuitivo de diferença para pensamentos, é limitado temporalmente tal como nos foi deixado por Frege.

Ainda assim, a tese de Frege continua sendo inspiradora e talvez essa inspiração esteja na linha certa, apontando para um bom caminho a ser trilhado no objetivo de fornecer uma teoria independente do fenômeno da dinâmica cognitiva. Buscamos mostrar indiretamente que a proposta de Evans é aquela que se apresenta como a mais promissora em mostrar um caminho para uma explicação razoável do fenômeno em questão. Vimos como Evans propõe uma tese interessantíssima através da qual atrela termos singulares russellianos à teoria fregeana, e os confere sentidos fregeanos. (Apesar da controvérsia com relação à fidelidade exegética para com Frege.) Além disso, sua proposta de se pensar em termos de pensamentos fregeanos dinâmicos parece combinar bem com teorias

semânticas bastante atuais que propõem um olhar mais cuidadoso para os aspectos dinâmicos da linguagem natural.

Ademais, esperamos que tenha ficado claro que dar conta do fenômeno da dinâmica cognitiva de forma completa é uma tarefa muito difícil e que envolve um grande esforço por parte daquele que se propõe cumpri-la. Que a revisão bibliográfica aqui reunida e as discussões feitas possam pelo menos ajudar neste árduo projeto. Relativamente pouco já foi dito sobre este tema específico (dinâmica cognitiva), embora bastante já tenha sido dito sobre assuntos relacionados, e nenhuma teoria sobre a dinâmica cognitiva em si foi proposta até hoje. Este ensaio é antes de tudo o primeiro passo na direção de uma teoria como esta.

A parte final de nossa dissertação será dedicada a uma breve discussão de um caso específico (e que parece ser um caso *sui generis*) ao qual o problema da dinâmica cognitiva também parece se aplicar. É o caso dos pensamentos indexicais na primeira pessoa: os pensamentos *de se*, também chamados na literatura inglesa de *I-thoughts* e que geralmente contém o pronome “eu”.

Discutiremos em especial as ideias de Evans relacionadas a este assunto, em um debate sobre os capítulos 6 e 7 de seu livro *Varieties of Reference*. Nesses capítulos de seu livro, Evans trata de assuntos que são de nosso interesse aqui, como referência demonstrativa, o caso da referência da primeira pessoa e a dinâmica cognitiva quando acontece com pensamentos *de se*. A questão da imunidade ao erro por má identificação (proposta originalmente por S. Shoemaker e endossada por Evans) receberá especial atenção.

3 Um Caso Peculiar: Pensamentos na Primeira Pessoa

Neste capítulo abordaremos alguns dos problemas (aparentemente únicos) que precisamos enfrentar ao lidarmos com o fenômeno da dinâmica cognitiva quando este acontece com os pensamentos que envolvem o pronome da primeira pessoa, ou de maneira geral, pensamentos *de se*. Não se pretende aqui, vale ressaltar, fornecer uma explicação detalhada de todas as questões ligadas aos pensamentos na primeira pessoa. Uma análise mais abrangente dos pensamentos na primeira pessoa deverá ser feita no decorrer de uma pesquisa posterior. Antes, pretende-se chamar atenção para este tipo específico de pensamento, no que ele parece constituir um caso especial para o fenômeno da dinâmica cognitiva. O caso dos pensamentos *de se* será discutido principalmente como um interessante e elucidativo exemplo dentro da discussão acerca do fenômeno da dinâmica dos pensamentos. Discutiremos especificamente a proposta de Evans de explicação desse fenômeno para os pensamentos na primeira pessoa, fornecida em *Varieties of Reference*. Nosso objetivo final nesta parte da pesquisa é principalmente entender um pouco melhor como a dinâmica cognitiva se dá nos casos em que o pensamento é constituído com um tipo de expressão indexical supostamente especial, como é o caso do pronome “eu”.

3.1. A dinâmica cognitiva dos pensamentos na primeira pessoa

O problema da dinâmica cognitiva quando relacionado aos pensamentos na primeira pessoa é o problema de saber como é possível para um indivíduo manter ou mudar de crenças a respeito de *si mesmo* através do tempo. E é claro, essa questão se relaciona ao problema da compreensão de sentenças no passado contendo o uso do indexical “eu”. O entendimento do termo “eu” neste contexto (de sentenças no passado) parece requerer que o sujeito relacione o uso do termo com a informação a seu dispor através de um mecanismo de retenção de informações, como a memória.

Uma das questões relevantes aqui é ainda a questão sobre a possibilidade ou não de errar nas atribuições de predicados mentais e físicos que um indivíduo faz a si mesmo com base nas informações disponíveis através de sua memória. Discutiremos este ponto em detalhes em uma subseção deste capítulo, a seguir. Antes disso, voltemo-nos para duas questões. Primeiro, o interessante tópico da imunidade ao erro por má identificação, na seção 3.2. Segundo, a proposta evansiana de explicação do fenômeno da dinâmica cognitiva quando este acontece com pensamentos na primeira pessoa, em parte da seção 3.3.

3.2. Imunidade ao erro por má identificação

A questão da imunidade ao erro por má identificação é tratada por Evans tanto no capítulo 6 (na seção 6.6 do capítulo) quanto no capítulo 7 de seu livro (logo no início do sétimo capítulo).

O capítulo seis de *Varieties of Reference* é dedicado a tratar de demonstrativos, e nele Evans chega à conclusão de que sua visão sobre esses termos implica que pensamentos feitos sobre demonstrativos em casos estritamente normais são o que ele chama “livres de identificação”. Os assim chamados pensamentos demonstrativos “normais” diferem de pensamentos como “Minha namorada está me traindo”, quando feito ao se avistar uma garota que se parece com sua namorada beijando outro rapaz. Neste caso, em primeiro lugar, há uma identificação da garota em questão (por exemplo, “aquela garota”), e em segundo lugar, há uma identificação dela com sua namorada (“aquela garota é minha namorada”). Esse tipo de pensamento não é livre de identificação. Por outro lado, em um pensamento como “Esta caneta é azul”, a princípio o demonstrativo não corre o risco de ser mal-identificado.

É especificamente na seção 6.6 do sexto capítulo de *Varieties of Reference* que a questão sobre juízos que têm a interessante característica de ser o que podemos chamar de “independentes de identificação” ou “imunes ao erro por má-identificação” é levantada. Um importante componente para entender a noção de liberdade de identificação é a noção evansiana de *Ideia* (com letra maiúscula). De fato, são as análises de Evans especialmente a respeito das “*here*”-*Ideas* e “*this*”-*Ideas* que têm como resultado juízos livres de identificação. *Grosso modo*, a *Ideia*

que um determinado indivíduo tem de um determinado objeto é simplesmente a maneira como o indivíduo está pensando sobre o objeto. Naturalmente, um indivíduo pode ter diferentes formas de Ideias: Ideias descritivas (pensando em um objeto através de uma descrição), Ideias demonstrativas ou Ideias indexicais. Trataremos mais sobre a noção de Ideia na próxima seção.

Presumivelmente, a discussão sobre a imunidade ao erro por má identificação acontece já no capítulo 6 por conta da importância que essa noção terá na discussão do capítulo subsequente de seu livro. O fenômeno é reconhecido por Evans como importante, principalmente porque surge a partir de seu debate acerca dos indexicais “aqui” e “isto”.

Inicialmente Evans discute o que ele chama de dois tipos de conhecimento, ou dois tipos de pensamentos: aqueles que são livres de identificação e aqueles que são independentes de identificação. *Grosso modo*, um pensamento do tipo “a é F” é dependente de identificação se o juízo é feito em dois passos: primeiro um pensamento do tipo “a é F” e outro do tipo “b é a”, como no exemplo que demos no início desta seção. Um pensamento deste tipo pode ser falso porque o indivíduo que o pensa pode estar enganado com relação a identidade representada aqui por “b é a”.

Como já foi sugerido, no caso de pensamentos sobre “aqui” e sobre “isto” (*here-thoughts* e *this-thoughts*), as Ideias envolvidas estão ligadas a certas formas de conseguir informação (há uma noção importante para Evans em jogo aqui: aquela de “links de informação” ou “links informacionais”, em inglês *information links*). Por exemplo, uma Ideia sobre “aqui” é tida em virtude da manutenção de informação sobre o lugar onde o sujeito que pensa os *here-thoughts* está. Quando uma Ideia como essa está envolvida no pensamento de um indivíduo, ela está ligada pelo menos a um link informacional de tal forma que qualquer informação sobre se um predicado é instanciado é ligada diretamente a concepção mesma daquela Ideia. O resultado é o seguinte: o sujeito terá informação sobre se o predicado é instanciado e seus pensamentos não envolverão um componente de identificação. Um exemplo seria o pensamento de que “aqui está frio”, que normalmente não é um tipo de pensamento que se resolve em dois juízos da forma “está frio em l” e “l é aqui”. A ideia de Evans parece ser que em um caso como este, quando os links informacionais constitutivos da Ideia de “aqui” trazem a informação de que o predicado “() está frio” está instanciado, tal informação é

ligada diretamente a Ideia de forma que o indivíduo que a tem está automaticamente disposto a pensar que “aqui está frio”. Isso não aconteceria se tal indivíduo estivesse vendo um local aparentemente frio através de um monitor, e tivesse que julgar através da informação recebida pelo monitor que aquele lugar é o mesmo lugar onde ele está. Neste caso o link informacional que chega ao indivíduo através do monitor não é um dos links constitutivos de sua Ideia de “aqui”.¹¹⁵

Ao longo do capítulo Evans discute ainda vários aspectos de sua noção de liberdade e independência de identificação. Aquela parte em sua discussão que nos é mais interessante acontece quando Evans começa a comparar sua noção de liberdade de identificação com aquela de S. Shoemaker de imunidade ao erro por má identificação.¹¹⁶ Ambas as noções estão intimamente conectadas.

Tanto para Evans quanto para Shoemaker, é essencial para suas noções que dois tipos de pensamentos sejam contrastados: aqueles que envolvem um juízo de identidade e aqueles que não necessitam de tal juízo. A diferença é o critério que os dois autores utilizam para diferenciar os dois tipos de pensamentos. *Grosso modo*, para Shoemaker o critério é o seguinte: o juízo de um indivíduo de que “a é F” é imune ao erro por má identificação quando não faz sentido ter uma dúvida similar a “Algo é F, mas é a que é F?”. O critério tal como formulado por Shoemaker não é suficiente para Evans, pois ele elimina casos que, para Evans, não deveriam ser eliminados. O critério de Shoemaker elimina todos os casos nos quais é possível levantar a questão sobre se é correta a aplicabilidade do predicado do juízo ao objeto (ou lugar) o qual é o sujeito do juízo. Evans parece querer eliminar apenas casos nos quais a correta aplicabilidade do predicado pode ser questionada porque há uma cláusula de identidade que intervém e que pode ser questionada.

Evans propõe a seguinte releitura do critério de Shoemaker:

O que deveríamos dizer é que um juízo é livre de identificação se ele é baseado em uma maneira de saber sobre objetos tal que não faça sentido para o sujeito enunciar ‘Algo é F, mas é a que é F?’, quando o primeiro componente expressa conhecimento que o sujeito não pensa ter, ou poder ter adquirido de qualquer outra maneira. Uma forma de capturar o ponto deste critério revisado é o seguinte: a enunciação ‘Algo é F, mas é a que é F?’ precisa de um background especial na visão, é claro, da pessoa que a enuncia; esta precisa supor que o conhecimento

¹¹⁵ Cf. EVANS. G. 1982, pp. 179-181.

¹¹⁶ *Ibidem*, p. 188.

expresso no primeiro componente não é adquirido, ou não poderia ter sido adquirido, de uma maneira com a qual a Ideia envolvida no segundo componente é associada. Se a situação é perfeitamente normal, e o sujeito não a toma como não sendo normal, a enunciação não faz não sentido.¹¹⁷

É interessante notar que uma das características que Evans propõe adicionar ao critério é a pressuposição de que o sistema informacional esteja em perfeito estado, funcionando normalmente. Não é uma novidade que Evans normalmente busca eliminar casos patológicos. Na próxima seção trataremos um pouco mais sobre o critério de imunidade ao erro por má identificação de Shoemaker/Evans, e também da proposta de tratamento da dinâmica cognitiva dos pensamentos na primeira pessoa proposta por Evans no capítulo 7 de *Varieties of Reference*.

3.3. A proposta evansiana de explicação do fenômeno

Evans tratará de questões a respeito da dinâmica cognitiva relacionada a pensamentos na primeira pessoa no sétimo capítulo de *Varieties of Reference*. A proposta de Evans para dar conta deste fenômeno parece especialmente promissora, como esperamos que tenha sido possível notar já durante a breve discussão no capítulo anterior.

Vejam os caminhos são traçados por ele no referido capítulo de seu livro. Duas seções deste capítulo são de especial importância: a seção na qual Evans trata da memória e aquela na qual ele trata da possibilidade de falha de referência da expressão “eu”.

A seção introdutória do capítulo tem como objetivo discutir vários pontos específicos relacionados aos *I-thoughts*, os pensamentos na primeira pessoa. Em primeiro lugar, Evans comenta o que há de semelhante e de diferente entre pensamentos na primeira pessoa e outras formas de pensamentos referenciais, já discutidos no capítulo anterior, como *here-thoughts* e *this-thoughts*. Em segundo

¹¹⁷ *Ibidem*, pp. 189-190. No original: “What we should say is that a judgment is identification-free if it is based upon a way of knowing about objects such that it does not make sense for the subject to utter ‘Something is F, but is it a that is F?’, when the first component expresses knowledge which the subject does not think he has, or may have, gained in any other way. A way of capturing the point of this revised criterion is this: the utterance ‘Something is F, but is it a that is F?’ needs a special background, in the view, of course, of the person who utters it; he has to suppose that the knowledge expressed in the first component was not gained, or may not have been gained, in the way with which the Idea involved in the second component is associated. If the situation is perfectly normal, and the subject does not take it not to be normal, the utterance does not not make sense.”

lugar, ele tenta mostrar que a expressão *eu* é uma expressão genuinamente referencial. Ao longo do capítulo, Evans argumenta ainda a favor de uma visão que entende a auto-identificação como incluindo tanto a subjetividade quanto o mental. Ele atenta, ademais, para a questão da persistência da identidade do sujeito através do tempo.

Evans dá início a discussão comentando que para responder adequadamente as questões levantadas pelos pensamentos na primeira pessoa seria necessária uma compreensão adequada da auto-atribuição de predicados mentais, que por sua vez requereria uma boa compreensão desses predicados mentais – o que significa uma compreensão da mente como um todo. No entanto, mesmo diante da perspectiva de não poder responder todas as questões sobre o *eu*, Evans nos diz que não é possível deixar esse modo de identificação de lado ao se discutir uma teoria da referência em geral. De fato, discutindo os pensamentos sobre o a primeira pessoa, há esperança de se iluminar a discussão a respeito de modos de identificação do “aqui” e do “isto”, por exemplo. Isso porque, para Evans, a despeito das diferenças, *I-thoughts* são em geral caracterizados da mesma forma que os *here-thoughts* e os *this-thoughts*. Assim, Evans passa a argumentar em que consiste, segundo seu ponto de vista, essa similaridade que ele enxerga entre esses tipos de pensamento.

Ao que parece, a semelhança entre pensamentos de um indivíduo sobre si mesmo e pensamentos sobre *aqui* ou *isto* se dá através de uma espécie de isomorfismo funcional entre esses tipos de pensamentos. Pode-se dizer que a ideia que temos do local no qual estamos, sobre *aqui*, envolve uma sensibilidade dos pensamentos sobre este local a certas informações sobre ele, e as maneiras nas quais esses pensamentos se manifestam pelas nossas ações. O mesmo tipo de coisa acontece com pensamentos sobre mim mesmo. De acordo com Evans, isso mostra como esses pensamentos não podem ser reduzidos a algum tipo de pensamento descritivo. Seguindo a argumentação de Evans, dar-me conta, ao olhar a mim mesmo no espelho, de que tenho uma espinha no rosto, não é o mesmo que dar-me conta de que *o Φ tem uma espinha no rosto*, algo como *o homem refletido pelo espelho tem uma espinha no rosto*. Evans argumenta que para dar-me conta de que tenho uma espinha no rosto não preciso necessariamente saber que quem tem uma espinha no rosto é esta pessoa refletida pelo espelho. E eu posso ter esquecido várias outras das descrições que se aplicam a mim mesmo

(como é bem provável que aconteça). Assim, uma das características que Evans aponta como única dos *I-thoughts* diz respeito a como a memória funciona com relação a minha Ideia sobre mim mesmo. Esse é o principal tema da seção 7.5. de seu livro.

Podemos comparar os *I-thoughts* com os *here-thoughts* e os *this-thoughts* falando do *gap* que existe entre esses tipos de pensamento e pensamentos descritivos, ou Φ -*thoughts* – pois parece claro que um indivíduo possa ter um pensamento descritivo sobre si mesmo sem necessariamente identificar a descrição em questão consigo mesmo. Em outras palavras, é possível que um sujeito tenha um pensamento *de re* sobre si mesmo sem ter ao mesmo tempo (ou posteriormente) um pensamento *de se*. Isso porque para que ele tenha um pensamento realmente *de se* é preciso que ele se identifique com um objeto no mundo, mas também é preciso que ele esteja consciente dos próprios estados. Os *I-thoughts* envolvem então um tipo de identificação especial: uma identificação de si mesmo como objeto e também como sujeito. Neste sétimo capítulo do livro de Evans está, assim, também envolvida uma discussão sobre a diferença entre pensamentos *de re* e pensamentos *de se*.

A assimetria entre pensamentos na primeira pessoa, *this-thoughts*, *here-thoughts* e Φ -*thoughts* parece ser dupla, como é ilustrado na tabela abaixo:

<i>I-thoughts</i>	<i>here-thoughts</i>	<i>this-thoughts</i>
Φ - <i>thoughts</i>	Φ - <i>thoughts</i>	Φ - <i>thoughts</i>

I-thoughts, *here-thoughts* e *this-thoughts* são diferentes de pensamentos descritivos (Φ -*thoughts*), e *I-thoughts* também são diferentes de *here-thoughts* e *this-thoughts*.

Outra característica importante dos pensamentos na primeira pessoa é a tese defendida por Evans de que as Ideias que um indivíduo tem sobre si mesmo envolvem auto-referência. Evans argumenta contra uma tese que já foi bastante difundida na literatura, a saber: de que a expressão indicativa da primeira pessoa “eu” não teria conteúdo real, sendo esse aparente conteúdo apenas uma ilusão causada pela gramática de nossa linguagem. A partir do fato de que a expressão “eu” tem um papel comunicativo importante na linguagem, seríamos levados a crer que ela tem uma referência, o que não seria o caso. De fato, de acordo com

aqueles que defendem que a expressão “eu” não teria conteúdo, o papel que ela exerce é um papel exclusivamente comunicativo, não havendo nenhuma Ideia associada a ela que pudesse ser aplicada em pensamentos. Usamos expressões tais como “Eu estou com dor” porque sentimos a necessidade de nos comunicarmos com outrem. Se esse não fosse o caso, o pronome da primeira pessoa poderia ser omitido, e diríamos (ou pensaríamos) simplesmente algo como “Há dor”. Essa visão foi defendida por filósofos como Strawson, Wittgenstein (em especial o Wittgenstein intermediário) e Thomas Nagel.

Primeiramente, de acordo com Evans, é claro que em contextos comunicativos é preciso que a audiência pense no objeto apropriado. É também correto que pensar em um objeto não consiste em pensar no objeto apropriado/intencionado. Mas daí não segue que não há algo como pensar em um objeto de uma maneira específica estando fora de um contexto comunicativo. Além disso, de acordo com Evans, a premissa dos filósofos que argumentam em favor da falta de conteúdo do pronome “eu” é que, em situações nas quais um sujeito tem pensamentos sobre si mesmo sem comunicá-los, não é o caso que ele precise pensar em um objeto do pensamento que é o objeto certo. Isso pode de fato acontecer, mas disso não se segue a conclusão de que ele não está pensando em algo que é ele mesmo, ou que não está envolvido nesses pensamentos nada que corresponde a uma Ideia do eu.

É interessante chamar atenção para o comentário que Evans faz ainda no início do capítulo sobre a conclusão a qual se pode chegar de que má-identificação é impossível quando alguém está identificando a si mesmo – em outras palavras, pelo menos em um grande número dos meus *I-thoughts* através do tempo, não há possibilidade de haver uma troca de referente inesperada. Evans aponta que se é correto descrever a situação como sendo uma situação na qual um único indivíduo tem vários pensamentos se auto-identificando, se identificando como o sujeito em todos eles, então não pode haver uma má-identificação. Se o indivíduo falhar ao se identificar, nesse caso a descrição utilizada para descrever a situação em questão não se aplica.

Memória e dinâmica cognitiva. A seção 7.5 do sétimo capítulo de *Varieties of Reference* de Evans pode ser dividida em pelo menos três partes. Na primeira destas, Evans discute questões sobre dinâmica cognitiva, e relaciona estas questões em especial com a memória – a qual pode ser entendida como um

mecanismo de retenção de conhecimento, ou de crenças. Para Evans, a memória é uma noção-chave em sua interpretação do problema da dinâmica dos pensamentos. Na segunda parte da seção, busca-se discutir como a memória pode operar de outra forma que não retendo uma crença – mas retendo um estado informacional, que posteriormente serve como base para uma crença ou um novo conhecimento. Na terceira parte, finalmente, Evans discute se declarações de memória são ou não imunes ao erro através de má-identificação.

A primeira questão abordada nesta seção é apresentada também brevemente no início do apêndice do capítulo 6. Uma questão importante para o debate evansiano sobre a dinâmica cognitiva, que diz respeito aos “pensamentos fregeanos dinâmicos”. Em resumo, o que foi dito é que o mesmo pensamento pode persistir no tempo de forma que ele manifeste sensibilidade, de forma objetiva, à mudança do sujeito de posição no espaço e no tempo.

A seção começa com Evans lembrando que as questões da memória quando relacionadas aos pensamentos na primeira pessoa trazem elementos novos e diferentes daqueles relacionados a *here-Ideas* e *this-Ideas* (como é de se esperar).

Evans diz¹¹⁸ que devemos considerar as formas de juízo levemente variantes que um sujeito está disposto a fazer ao manter a atenção em um objeto ou lugar e se mover no espaço-tempo como juízos que são manifestações de uma mesma crença. Ao que parece entende-se juízos aqui como sendo individuados pela forma das palavras que usamos para expressá-los. Ele nos diz ainda que manter um mesmo pensamento no tempo é uma habilidade que deve ser vista como em geral tendo por trás dela juízos demonstrativos.

Aparentemente, o que Evans está querendo dizer é principalmente que os pensamentos na primeira pessoa possuem características únicas. Evans argumenta que a dinâmica cognitiva das *I-Ideas* é “peculiarmente simples”.¹¹⁹ *I-thoughts* têm a característica de que apenas uma entidade que persiste é localizada no tempo. Um exemplo seria o de sentenças na primeira pessoa que possuem, grosso modo, o seguinte conteúdo: (*a* é *F* em t_1) e (*a* é *F* em t_2), sendo este um modelo também para a expressão deste conteúdo. Percebemos que se trata da mesma entidade, o

¹¹⁸ Cf. *Ibidem*, o último parágrafo da p. 236.

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 237.

que é diferente nos seguintes casos: “Aqui está F agora” (expressa em t_1)” e “Lá estava F um minuto atrás” (expressa em t_2).

Evans diz que no que concerne *I-Ideas*, os juízos são feitos sem necessidade de uma habilidade ou cuidado especial por parte do sujeito de não perder de vista o objeto.

Outra coisa que vale a pena notar é o que Evans fala sobre esse tipo de liberdade com relação a identificação que temos quando fazemos juízos recorrendo a memória. Ele diz que essa não é uma liberdade do mesmo tipo daquela que temos quando atribuímos propriedades a nós mesmos no presente. Os mecanismos desse conhecimento livre de identificação mudam. Isso parece ser exemplificado pelo caso de eu ver um corpo no espelho que eu sei ser o meu e pensar “Eu estou bronzeado”. Isso resulta em uma auto-atribuição da propriedade que é livre de identificação por não ser produto de uma associação do tipo “Alguém estava bronzeado” e “Eu sou este alguém”.

Evans discute ainda em geral outra forma na qual a memória pode operar: retendo *informação* ao invés de um estado de crença que persiste no tempo.¹²⁰

A memória poderia ser formada então de dois modos:

1. Em um tempo 1 um estado informacional é produzido através da percepção e ao mesmo tempo esse estado informacional é “conceitualizado” e gera um estado de crença, e o conteúdo deste estado de crença é retido do tempo 1 para um tempo posterior 2 pela memória, quando então pode ser lembrado.

O segundo modo é o ponto da discussão:

2. Em um tempo 1 um estado informacional é produzido pela percepção e retido do tempo 1 para um tempo posterior 2 pela memória, e neste tempo 2 ele é conceitualizado e produz um estado de crença que é baseado então na memória.

Pensamentos desse segundo tipo são similares a pensamentos *de re* – que podem ser entendidos como pensamentos com base na informação. No fim Evans parece sempre buscar priorizar um tipo específico de funcionamento da memória.

De qualquer forma, a questão relevante neste ponto é se esse segundo modo de operação da memória dá origem a um conhecimento/uma crença que é livre de identificação. Essa é a terceira questão tratada por Evans nesta seção. Primeiro, Evans nos diz que esses casos parecem apresentar imunidade ao erro por má-

¹²⁰ Cf. *Ibidem*, pp. 238-239.

identificação do referente. Mas Evans dá o exemplo do Shoemaker, o qual, pelo que parece, é um exemplo que pretende mostrar que a memória pode ser dependente de identificação.

O caso é que é possível ter memórias que parecem ser minhas, mas não são. É possível até suspeitar ou mesmo *saber* que as minhas aparentes memórias não são minhas. Um exemplo é: “Alguém estava vendo uma árvore pegar fogo. Era eu?” nesse último caso talvez haja um elemento conceitual que precisa entrar – um elemento descritivo, que vai descrever sua relação com a fonte da informação. Evans busca focar nos casos nos quais nenhum elemento conceitual entra na hora de avaliar a verdade do pensamento. Uma ideia das maneiras diferentes de adquirir a informação.¹²¹ O que ele quer ressaltar é que não é necessário fazer uma inferência, raciocinar, que “era eu que estava bronzeado”.

Outra questão que talvez possa ser colocada é a seguinte: pelo simples fato de que o conteúdo de um pensamento não seja conceitual, isso excluiria a dependência por parte do pensamento na informação?

O exemplo do Shoemaker é o exemplo da criação de uma réplica exata de uma pessoa – inclusive com uma réplica exata do cérebro, de forma que a réplica teria todas as memórias da pessoa original, sem que elas fossem propriamente suas memórias. É a partir daí que Evans fala de *quasi-remembering*, a terminologia do Shoemaker para falar desse outro tipo de “memória”. No exemplo do Shoemaker, não poderíamos falar propriamente de *remembering*, não podemos dizer que a pessoa está propriamente lembrando. Neste caso seria necessária uma inferência para estabelecer que a pessoa é o sujeito da memória. Mas, como Evans argumenta, daí não se pode concluir que esse tipo de inferência (que tornaria a memória dependente de identificação) seja necessária nos casos normais também. Na realidade, o apelo aos “casos normais” ou “casos padrão” parece ser basicamente o principal argumento utilizado por Evans – que parece atar-se a uma concepção de memória estritamente específica quando fala de pensamentos auto-referenciais: um tipo de memória que realmente é a memória do sujeito, e para a qual não existe a mínima necessidade de apelo a uma descrição.

A partir de determinado ponto do capítulo,¹²² Evans parece tentar dar mais razões para não se tomar a memória como dependente de identificação, ou tentar

¹²¹ Cf. *Ibidem*, p. 239.

¹²² *Ibidem*, p. 243 em diante.

mostrar seu principal argumento (o argumento que apela para o “caso padrão”) de outras maneiras.

A possibilidade de falha referencial. Na última seção do capítulo antes das conclusões, Evans discute a possibilidade de que os *I-thoughts* apresentem uma falha de referente. Basicamente dois tipos de possíveis falhas são discutidos. O primeiro: é o caso de que os pensamentos sobre mim mesmo envolvam as chamadas quase-memórias (*quasi-memories*) e/ou links informacionais desviantes – recolhidos de mais de uma fonte. O segundo caso é o caso do cérebro em uma cuba.

Como vimos, Evans rejeitou a visão de que a expressão “eu” não refere. Nesta penúltima seção ele parece argumentar principalmente contra a visão cartesiana de que *I-thoughts* têm um referente garantido. Evans parece nunca se comprometer com um tipo de referência mental. Usar esse tipo de terminologia pode confundir as coisas: referência é usado no contexto linguístico, e Evans parece buscar separar a linguagem e do pensamento – melhor falar sobre intencionalidade, talvez, ou alvo do pensamento. O que ele busca é de fato falar sobre a referência de pensamentos singulares através de uma teoria que fala do mental.

Pode-se entender que Evans argumenta a favor da tese de que a *I-Idea* de um indivíduo possui um único objeto a partir do qual as várias memórias e canais informacionais derivam. Evans escreve:

Com outros pensamentos que são baseados em informação, há a pressuposição de que existe apenas uma coisa da qual os vários elementos da concepção [de si mesmo] derivam.¹²³

Mas ele diz ainda que é fácil elaborar exemplos nos quais essa pressuposição se torna falsa. Ele dá dois exemplos. Primeiro: se, sem saber, eu baseio minhas auto-reflexões em informações físicas e psicológicas tanto no tempo passado quanto no tempo presente, misturando todas essas informações. Nesse caso não haveria uma só coisa da qual as informações são derivadas. Segundo: se eu recebo informações sinestésicas (sensíveis) de um corpo que não é aquele na origem do meu espaço egocêntrico. Seria o caso de o meu cérebro estar

¹²³ *Ibidem*, p. 249. No original: “As with other thoughts which are information based, there is a presupposition that there is just one thing from which the various elements of the conception [of oneself] derive.”

conectado a outro corpo. Parece que nesse caso do qual ele fala neste ponto,¹²⁴ a solução seria limitar o *I-thought* de alguma forma para que ele tivesse referência e fosse bem fundamentado normalmente. Ele fala de inibir-se de fazer auto-atribuições no tempo passado tendo como base as memórias aparentes e de abster-se de se auto-atribuir predicados passados. Há três casos, na verdade: o caso de transferência de memória; o caso de receber memórias/informações de dois canais diferentes; e o caso de receber informações de outro corpo que não é o corpo no centro do meu espaço egocêntrico.

O que ele parece querer mostrar é que *I-thoughts* são pensamentos com base em informações. Esse tipo de pensamento tem uma propriedade fundamental para que sejam imunes ao erro por má identificação, que ele chama de uma pressuposição empírica (que pode ou não ser satisfeita): a *unicidade de fonte informacional*. Há duas maneiras de não satisfazer essa condição de unicidade: 1. Há mais de uma fonte: → Transferência de memórias em uma pessoa idêntica; → Dois vínculos (duas fontes) informacionais, como a visão e o tato; → Sensações sinestésicas que vêm de um corpo diferente daquele na origem do meu espaço egocêntrico. 2. Não há fonte informacional. É o caso do cérebro na cuba.

Evans chama esse segundo caso de “o eterno pesadelo” (*the perinnial nightmare*). A ideia de que cientistas criassem um cérebro em uma cuba desde o nascimento, estimulando-o com alucinações de modo que esse “indivíduo” desenvolvesse faculdades cognitivas normais. Evans argumenta que uma “pessoa” nessa situação não poderia ter nenhum *I-thought* bem sucedido, simplesmente porque ela não teria uma ideia de si mesma que fosse adequada para tal. Em uma situação similar a do filme *Matrix* (mas ainda mais bizarra), se o indivíduo descobrisse a verdade da situação, ele descobriria que não só o mundo inteiro, mas também seu corpo e o que ele entendia como sendo seu cérebro não passariam de ilusões. A coisa à qual seus *I-thoughts* faziam referência – seu corpo entendido como uma entidade objetiva no mundo – se revelaria como não existente.

Há dois passos no argumento: 1. As informações são produzidas por um cientista e quem recebe não sabe que a informação não vem dele mesmo; 2. Você pode avisá-lo que a informação não vem dele: que são geradas e portanto que a pressuposição empírica não funciona.

¹²⁴ *Ibidem*.

Evans escreve “O sujeito deve pensar ‘em algum lugar no mundo há um pequeno pacote de matéria cinzenta, enrugado, úmido e macio, com mais ou menos três polegares de altura, e esse sou eu.”¹²⁵ Aqui ele está falando da possibilidade de que esse indivíduo pense em si mesmo como um cérebro em algum lugar. Mas esse exemplo é talvez simples demais. Não parece que o problema em questão seja saber onde no mundo esse cérebro está. A situação é pior, pois o cérebro existe em um mundo diferente, a saber, outro mundo do qual o indivíduo não sabe nada.

Evans fala ainda da possibilidade de o indivíduo falar de si mesmo através de uma descrição. Algo do tipo “o indivíduo que pensa este pensamento”. Evans argumenta que nesse caso o indivíduo não tem uma *Ideia* adequada de “este pensamento” para ser bem sucedido utilizando a descrição. Uma *Ideia* de um pensamento deveria individualizar este pensamento com respeito ao indivíduo que o está pensando. Como a identidade mesma do indivíduo está sendo colocada em dúvida, a capacidade de ele identificar “este pensamento” com relação ao sujeito do pensamento pode ser questionada.

Para Evans, uma *Ideia* adequada do *eu* precisa estar baseada na localização daquele ao qual o pronome da primeira pessoa se refere.

Evans encerra a seção no final da p. 254 falando da contingência do fato de que no caso normal nosso cérebro (nosso centro de controle) está no mesmo lugar no qual estamos, ou seja, no centro do nosso espaço egocêntrico – em outras palavras, aquele lugar o qual podemos chamar de *aqui*. Observa-se que ele não faz distinção entre os dois tipos de predicados: físico e mental, pois ambos se baseiam em pressuposições empíricas.

3.4. Algumas considerações parciais

Evans foi escolhido como autor central para a discussão deste capítulo por defender uma visão sobre dos pensamentos na primeira pessoa e sobre alguns aspectos que estão envolvidos tanto neste quanto em outros pensamentos de natureza demonstrativa que é realmente interessante.

¹²⁵ *Ibidem*, p. 251. No original: “The subject is to think ‘somewhere in the world there is a small parcel of grey matter, wrinkled, moist, and soft, about three inches high, and that is me.’”

A questão da imunidade ao erro por má-identificação, por exemplo, que está tão detalhadamente trabalhada nos dois capítulos que comentamos do livro de Evans, é uma questão que não pode ser ignorada por alguém cujo objetivo é discutir aspectos acerca da primeira pessoa e da dinâmica cognitiva de pensamentos *de se*.

Embora não seja nosso objetivo aqui chegar à conclusões definitivas sobre esse tipo de pensamento, com certeza observações sobre ele e sobre outros tipos de pensamentos indexicais similares são importantes para nossa discussão geral. Pode parecer, à primeira vista, que pensamentos na primeira pessoa não impõem um problema com relação à dinâmica dos pensamentos, mas eles podem ser problemáticos, como vimos. Uma noção central no tratamento da preservação de crenças *de se* é a noção de memória. Mas vimos que uma discussão acerca desta noção é importante para a dinâmica cognitiva em geral.

4 Considerações Finais

Seguindo a pesquisa realizada e as reflexões feitas a respeito da teoria fregeana do pensamento, bem como de propostas alternativas, como as propostas de cunho russelliano e aquelas que defendem a existência de proposições genuinamente singulares, esperamos ter conseguido mostrar satisfatoriamente tanto as deficiências quanto os pontos fortes dessas propostas. A esta altura, parece claro que uma teoria que se utilize largamente de elementos das teses fregeanas acerca dos pensamentos, a despeito da fidelidade a alguns pontos, tem mais chances de ser bem sucedida em sua aplicação na resolução de certas questões, como aquelas impostas pelo fenômeno da dinâmica cognitiva. É o caso de uma proposta como a de Evans, que no que concerne ao fenômeno da dinâmica dos pensamentos, é largamente inspirada em Frege. A teoria de Evans parece guardar ideias cujo valor e originalidade ainda não foram totalmente explorados. No entanto, também é claro que apenas elementos direta e unicamente inspirados na teoria de Frege não parecem formar uma teoria bem sucedida em lidar com os problemas relacionados tanto a dinâmica cognitiva quanto a outras questões concernentes a noção de pensamento, como a questão da indexicalidade. As propostas de tratamento dos indexicais feitas por Kaplan e Perry são certamente de um refinamento superior ao da proposta de Frege. Mas questionamos aqui se eles estavam completamente corretos em suas críticas e se, de alguma forma, não seria possível reinterpretar as teses fregeanas acerca deste tópico de modo que elas se tornem mais plausíveis.

É importante salientar que algumas questões acerca da reconstrução de certos pontos de incoerência na tese de Frege, apenas brevemente abordadas no primeiro capítulo, deverão ser reservadas para posterior desenvolvimento. Referimo-nos aqui em especial aos critérios de individuação dos pensamentos apresentados pelo filósofo em diferentes momentos de sua obra, os quais, como apontado, não são compatíveis entre si. Pretende-se, em pesquisa posterior e independente, tentar reconstruir os três critérios de identidade dos pensamentos

fornecidos por Frege de forma a fazer deles a base para uma teoria bem fundamentada dos pensamentos. Tal teoria deverá fornecer uma resposta razoável ao problema da dinâmica cognitiva, dentre outros. A própria questão de uma explicação original, razoável e completa do fenômeno da dinâmica cognitiva se apresenta como um trabalho em andamento, do qual a presente dissertação é o primeiro passo.

A discussão do caso da dinâmica cognitiva quando acontece com pensamentos na primeira pessoa, feita em brevidade no terceiro capítulo desta dissertação, surgiu a partir de inquietações a respeito de outras questões relacionadas ao pronome “eu”. Vale a pena ressaltar mais uma vez que não é nosso objetivo aqui apresentar uma teoria definitiva a respeito da questão específica da dinâmica cognitiva, ou de qualquer outra questão imposta pelos pensamentos singulares ou pelos pensamentos na primeira pessoa. Uma pesquisa mais profunda sobre as questões que podem ser levantadas sobre a primeira pessoa deverá ser continuada e concluída posteriormente, em outro projeto.

Ressaltamos mais uma vez que esta é uma pesquisa em andamento, da qual este trabalho é certamente apenas o primeiro passo. É um trabalho excepcionalmente complexo fornecer uma explicação completa do fenômeno da dinâmica cognitiva, mas talvez depois do início da pesquisa que teve lugar aqui, as linhas gerais de uma teoria que dê conta deste fenômeno possam ser traçadas em trabalhos futuros. Isso, é claro, também não deixa de ser um projeto ambicioso.

Referências Bibliográficas

Seguido ao nome de cada autor, está o ano original da publicação de suas respectivas obras. Este é usado nas referências nas notas de rodapé logo após o nome do autor. Quando há divergência entre o ano original da publicação da obra e o ano de publicação da edição utilizada, este último é informado ao fim da referência:

BALTZLY, D. (2012) “Stoicism”. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/stoicism/>

BELL, D. (2005) “Thoughts”. In: *Gottlob Frege: Critical Assessments of Leading Philosophers*. Vol. IV. Ed.: Michael Beaney, Erich H. Reck. New York: Routledge, pp. 313-329.

BERMÚDEZ, J. L. (2005) “Evans on the Sense of ‘I’”. In: *Thought, Reference and Experience. Themes from the Philosophy of Gareth Evans*. Ed.: José Luis Bermúdez. Oxford: Clarendon Press, pp. 164-194.

BRANQUINHO, J. M. V. B. (1991) “Cognitive Dynamics and Demonstrative Thought: an Anti-Cartesian Standpoint”. In: *Argumento*. Vol. I, nº 2, pp. 55-76.

_____. (1992) *Direct Reference, Cognitive Significance and Fregean Sense*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy at the University of Oxford. New College: University of Oxford. Hillary Term.

_____. (1999) “The Problem of Cognitive Dynamics”. In: *Grazer Philosophische Studien*, Vol. 56, pp. 22-56.

_____. (2000) “On the Individuation of Fregean Propositions”. In: *Analytic Philosophy and Logic. The Proceedings of the 20th World Congress of Philosophy*. Vol. VI. Ed.: A. Kanamori. Ohio: Bowling Green, Philosophy Documentation Center, pp. 17-28.

BOËR, S. E. (1989) “Neo-fregean thoughts”. In: *Philosophical Perspectives*, Vol. 3, *Philosophy of Mind and Action Theory*. Ridgeview Publishing Company, pp.187-224.

CHATEAUBRIAND, O. (2001) *Logical Forms. Part 1. Truth and Description*. Campinas: UNICAMP, Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência. *Coleção CLE*, v. 34.

DOKIC, J. (1997) *European Review of Analytical Philosophy*. Vol. 2. *Cognitive Dynamics*. Stanford: CSLI Publications.

_____. (2001) *L'esprit en mouvement: Essai sur la dynamique cognitive*. Collection Langage at Esprit. Directeur de Collection: Eros Corazza. Stanford: Éditions CSLI.

_____. (2012) "Indexicality". In: *Identity, Language & Mind. An Introduction to the Philosophy of John Perry*. Ed.: A. Newen; R. van Riel. Stanford: CSLI Publications, pp. 13-31.

DUMMETT, M. (1989) "More about thoughts". In: *Gottlob Frege: Critical Assessments of Leading Philosophers*. Vol. IV. Ed.: Michael Beaney, Erich H. Reck. New York: Routledge, 2005, pp. 330-350.

_____. (1991a) "The Relative Priority of Thought and Language". In: *Frege and Other Philosophers*. New York: Oxford University Press, pp. 315-324.

_____. (1991b) *Frege and Other Philosophers*. New York: Oxford University Press.

EVANS, G. (1981) "Understanding Demonstratives". In: *Meaning and Understanding*. Ed.: H. Parret, J. Bouveresse. Berlin: W. de Gruyter, pp. 291-321.

_____. (1982) *The Varieties of Reference*. Ed.: John McDowell. New York: Oxford University Press.

_____. (1985) *Collected Papers*. Oxford: Clarendon Press.

EZCURDIA, M. (1997) "Dynamic and Coherent Thoughts". In: *European Review of Analytical Philosophy*. Vol. 2. *Cognitive Dynamics*. Stanford: CSLI Publications, pp. 105-139.

FITCH, G. e NELSON, M. (2009) "Singular Propositions". In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2009 Edition). Ed.: Edward N. Zalta. URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/propositions-singular/>>.

FREGE, G. (1879) *Begriffsschrift, a formula language, modeled upon that of Arithmetic, for pure thought*. In: *From Frege to Gödel. A Source Book in Mathematical Logic 1879-1931*. Ed.: Jean van Heijenoort. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1971, pp. 1-82.

_____. (1892) “Sobre o Sentido e a Referência”. In: *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. 2. Ed. amp. e rev. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009, pp. 129-158.

_____. (1893a) *Leis Básicas da Aritmética, Prólogo*. In: *Três Aberturas em Ontologia: Frege, Twardowski e Meinong*. Organização, tradução e apresentação de Celso R. Braidá. Florianópolis: Rocca Brayde, 2005, pp. 13-41. URL = <http://www.cfh.ufsc.br/~nim/textos_nim_files/textos_pdf/aberturas.pdf>.

_____. (1893b) *The Basic Laws of Arithmetic. Exposition of the System*. Trad., ed.: Montgomery Furth. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1964.

_____. (1897) “Logic”. In: *Posthumous Writings*. Ed.: Hans Hermes, Friedrich Kambartel, Friedrich Kaulbach. Assist.: Gottfried Gabriel, Walburga Rödding. Trad.: Peter Long e Roger White. Assist.: Raymond Hargreaves. Oxford: Basil Blackwell, 1979, pp. 126-151.

_____. (1906a) “Letters to Husserl”. In: *The Frege Reader*. Trad.: Michael Beaney. Blackwell Publishing, 1997, pp. 301-307.

_____. (1906b) “A brief Survey of my logical Doctrines”. In: *Posthumous Writings*. Ed.: Hans Hermes, Friedrich Kambartel, Friedrich Kaulbach. Assist.: Gottfried Gabriel, Walburga Rödding. Trad.: Peter Long e Roger White. Assist.: Raymond Hargreaves. Oxford: Basil Blackwell, 1979, pp. 197-202.

_____. (1914) “Logic in Mathematics”. In: *Posthumous Writings*. Ed.: Hans Hermes, Friedrich Kambartel, Friedrich Kaulbach. Assist.: Gottfried Gabriel, Walburga Rödding. Trad.: Peter Long e Roger White. Assist.: Raymond Hargreaves. Oxford: Basil Blackwell, 1979, pp. 203-250.

_____. (1918) “O Pensamento. Uma investigação lógica”. In: *Investigações Lógicas*. Org., trad.: Paulo Alcoforado. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. Coleção Filosofia: 141, pp. 9-39.

GEIRSSON, H. (2002) “Frege and Object Dependent Propositions”. In: *Dialectica*, 56 (4), pp. 299-314.

GRIMALTOS, T.; MOYA, C. J. (1997) “Belief, Content and Cause”. In: *European Review of Analytical Philosophy*. Vol. 2. *Cognitive Dynamics*. Stanford: CSLI Publications, pp. 159-171.

HARCOURT, E. (1999) “Frege on ‘I’, ‘now’, ‘today’ and some other linguistic devices”. In: *Gottlob Frege: Critical Assessments of Leading Philosophers*. Vol. IV. Ed.: Michael Beaney, Erich H. Reck. New York: Routledge, 2005, pp. 262-287.

HOERL, C. (1997) “Cognitive Dynamics: An Attempt at Changing Your Mind”. In: *European Review of Analytical Philosophy*. Vol. 2. *Cognitive Dynamics*. Stanford: CSLI Publications, pp. 141-158.

KAPLAN, D. (1988a) “Demonstratives: An essay on the semantics, logic, metaphysics, and epistemology of demonstratives and other indexicals”. In: *Themes from Kaplan*. Ed.: J. Almog, J. Perry and H. Wettstein. Oxford: Oxford University Press, pp. 481-563.

_____. (1988b) “Afterthoughts”. In: *Themes from Kaplan*. Ed.: J. Almog, J. Perry and H. Wettstein. Oxford: Oxford University Press, pp. 565-614.

KRIPKE, S. A. (1977) “Speaker’s Reference and Semantic Reference”. In: *Philosophical Troubles. Collected Papers, Volume 1*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011, pp. 99-124.

_____. (2006) “The First Person”. In: *Philosophical Troubles. Collected Papers, Volume 1*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011, pp. 292-321.

_____. (2008) “Frege’s Theory of Sense and Reference: Some Exegetical Notes”. In: *Philosophical Troubles. Collected Papers, Volume 1*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2011, pp. 254-291.

LUNTLEY, M. (1997) “Dynamic Thoughts and Empty Minds”. In: *The European Review of Analytical Philosophy*. Vol. 2. *Cognitive Dynamics*. Ed.: J. Dokic. Stanford: CSLI Publications, pp. 77-103.

McDOWELL, J. (2005) “Evans’ Frege”. In: *Thought, Reference and Experience. Themes from the Philosophy of Gareth Evans*. Ed.: J. L. Bermúdez. Oxford: Clarendon Press, pp. 42-65.

McGRATH, M. (2011) “Propositions”. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2011 Edition). Ed.: Edward N. Zalta. URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2011/entries/propositions/>>.

NOONAN, H. (1984) “Fregean Thoughts”. In: *The Philosophical Quarterly*. Vol. 34, 136, *Special Issue: Frege*. Blackwell Publishing, pp. 205-224.

_____. (2011) "Identity". In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2011 Edition). Ed.: Edward N. Zalta. URL = <http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/identity/>.

PERRY, J. (1977) "Frege on Demonstratives". In: *The Philosophical Review*. Vol. 86, 4. Cornell University, pp. 474-497.

_____. (1979) "The Problem of the Essential Indexical". In: *Noûs*, 13: 1, Oxford: Wiley-Blackwell, pp. 3-21.

_____. (1980) "A Problem About Continued Belief". In: *Pacific Philosophical Quarterly*, 61, pp. 317-332.

_____. (1997a) "Indexicals and Demonstratives". In: *Companion to the Philosophy of Language*. Ed.: Robert Hale, Crispin Wright. Oxford: Blackwell Publishers Inc.

_____. (1997b) "Myself and I". In: *Philosophie in Synthetischer Absicht (A festschrift for Dieter Heinrich)*. Ed.: Marcelo Stamm. Stuttgart: Klett-Cotta, 1998, pp. 83-103.

_____. (1997c) "Rip Van Winkle and other Characters". In: *The European Review of Analytical Philosophy*. Vol. 2. *Cognitive Dynamics*. Ed.: J. Dokic. Stanford: CSLI Publications, pp. 13-39.

PROSSER, S. (2005) "Cognitive Dynamics and Indexicals". In: *Mind and Language*, 20, pp. 369-391.

RECANATI, F. (1997) *The Dynamics of Situations*. In: *The European Review of Analytical Philosophy*. Vol. 2. *Cognitive Dynamics*. Ed.: J. Dokic. Stanford: CSLI Publications, pp. 41-75.

_____. (1993) *Direct Reference, From Language to Thought*. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.

RODRIGUES, A. A. (2007). Frege, fazedores-de-verdade e o argumento da funda. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Data de Catalogação: 18/10/2007. Orientador: Oswaldo Chateaubriand Filho. URL = http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=10724@1.

RUFFINO, M. (2007) *Fregean propositions, belief preservation and cognitive value*. In: *Grazer Philosophische Studien* 75, pp. 217-236.

RUSSELL, B. (1903) *The Principles of Mathematics*. New York: W. W. Norton & Company, INC Publishers, 1903.

_____. (1905) “On Denoting”. In: *Mind* 114 (456). Oxford, 1905, pp. 479-493.

_____. (1910-1911) “Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description”. In: *Proceedings of the Aristotelian Society*, 11, pp. 108-128.

_____. (1912) *The Problems of Philosophy*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1980.

_____. (1918) *The Philosophy of Logical Atomism*. In: *Logic and Knowledge*. New York: Routledge, 2004.

SAINSBURY, R. M. (2002) *Departing from Frege. Essays in the philosophy of language*. New York: Routledge.

SALMON, N. U. (2005) *Reference and Essence*. Second edition. (Studies in analytic Philosophy. Series Editor: Quentin Smith.) New York: Prometheus Books.

SHOEMAKER, S. (1970) “Persons and Their Pasts”. In: *American Philosophical Quarterly*.

_____. (1994) “Phenomenal Character”. In: *Noûs* 28: 1, Oxford: Basil Blackwell, pp. 21-38.

_____. (1996) *The First Person Perspective and Other Essays*. Cambridge: Cambridge University Press.

VAN EIJCK, J.; VISSER, A. (2012) “Dynamic Semantics”. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 Edition). Ed.: Edward N. Zalta. URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/dynamic-semantics/>>.

VOLTOLINI, A. (1997) “Critical Notice of François Recanati’s Direct Reference”. In: *European Review of Analytical Philosophy. Cognitive Dynamics*. Vol. 2. Stanford: CSLI Publications, pp. 175-184.

WAHL, R. (1993) “Russell’s Theory of Meaning and Denotation and ‘On Denoting’”. In: *Journal of the History of Philosophy*, Vol. 31, 1. The Johns Hopkins University Press, pp. 71-94.

WEINER, J. (1990) *Frege in Perspective*. Ithaca, New York: Cornell University Press.

WETTSTEIN, H. (1990) *Frege-Russell Semantics?* In: *Dialectica*, 44. doi: 10.1111/j.1746-8361.1990.tb01654.x, pp. 113-135.

ZALTA, E. N. “Fregean Senses, Modes of Presentation, and Concepts”. In: *Philosophical Perspectives* (Noûs Supplement), 15, 2001, pp. 335-359.